

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO – PGDRA
MESTRADO

DAIANE FRANCIELE STABACK

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DO
COOPERADO: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE

TOLEDO – PR

2020

DAIANE FRANCIELE STABACK

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DO
COOPERADO: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Profa. Carla Maria Schmidt, Dra.
Coorientadora: Profa. Ednilse Maria Willers, Dra.

Toledo – PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Staback, Daiane Franciele

Educação Cooperativista e sua Importância na manutenção do Cooperado : O Caso da Cooperativa Agroindustrial C.Vale / Daiane Franciele Staback; orientador(a), Carla Maria Schmidt; coorientador(a), Ednilse Maria Willers, 2020.
133 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2020.

1. Doutrina Cooperativista. 2. Educação Cooperativista. 3. C.Vale. I. Schmidt, Carla Maria. II. Willers, Ednilse Maria. III. Título.

DAIANE FRANCIELE STABACK

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DO
COOPERADO: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Profa. Carla Maria Schmidt, Dra.
Coorientadora: Profa. Ednilse Maria Willers, Dra.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ednilse Maria Willers.
(Coorientadora)
Universidade Estadual de Oeste do
Paraná

Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves
Universidade Estadual de Oeste do
Paraná

Prof. Dr. Sérgio Fajardo
Universidade: Unicentro

Toledo, 17 de Fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, pelo dom que me deu e a perseverança que me concedeu nesses dois anos, para que me capacitasse e desenvolvesse em mim um ser humano melhor e mais íntegro na qual eu me tornei.

Aos meus pais que sempre colaboraram com meu crescimento profissional e me apoiaram nessa fase, dando todo amor, apoio e dedicação, sempre me motivando a perseguir os meus sonhos. Tio Wilson, espero que aí do céu você veja isso.

Agradeço imensamente ao meu namorado Michael, que vem me acompanhando desde a graduação e, conviveu comigo nos momentos árduos e aflitivos desse período, vivenciei momentos maravilhosos ao meu lado gerados pela academia e se esteve presente quando necessitei. Obrigada pela paciência, e principalmente pelo seu amor comigo. Essa conquista é nossa, e sou muito feliz de dividi-la contigo!

A minha companheira fiel, Isadora, obrigada por me oferecer suporte físico e emocional quando necessitei, você é essencial para mim. Obrigada pela convivência diária.

As minhas amigas de infância que sempre estão presentes a cada desenvolvimento e etapas da minha vida, todo meu reconhecimento pelo amor e preocupação de vocês, Ariane, Bruna, Juliana e também a Laize e Núbia.

Minha família que compreendeu minha ausência e me auxiliou quando eu necessitei.

Gostaria de agradecer intensamente a professora Carla Maria Schimidt, que apreciou em mim potencial e confiança e me escolheu para o programa como sua orientanda, serei eternamente grata pela sua atenção, carinho e serenidade nesses últimos dois anos, você me inspira a ser melhor.

A minha Coorientadora Ednilse Maria Willers minha eterna gratidão, mais uma vez trabalhando comigo, e me dando todo suporte necessário, seja racional ou emocional, uma mulher fantástica de inúmeras qualidades, que não tenho palavras para descrever, meu muito obrigada por mais essa conquista juntas!

Com essa turma, eu fiz uma amizade, que eu não tenho dúvidas que tenha sido enviado por Deus. Desde os primeiros dias de aula nos tornamos grandes amigas, e assim fomos seguindo unidas, enfrentando todos os desafios e reconhecendo a vitória uma da outra, a nossa convivência se tornou algo diário e foi o nosso alicerce, e hoje

tenho certeza que será eternamente. Priscila Blanck, a você todo meu amor, respeito e admiração! Obrigada por tudo.

Agradeço a minha turma, que se consolidou e tenho certeza que deixaremos saudades, pois fomos uma sala diferenciada, que adorava fazer comemorações, ajudando e cuidando uns aos outros, a vocês eu desejo todo sucesso e prosperidade que há nesse mundo, Isabela, Vanderlei, Thiago, Samara, Bianca, Helena e Giovani. Nossa turma fez história!

Agradeço à toda equipe do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Aos professores, em especial, Lucir Reinaldo Alves, Pery Francisco Assis Shikida, Carlos Alberto Piacenti, Weimar Freire da Rocha Jr, Cristiano Stamm e Moacir Piffer, meus sinceros agradecimentos por todo conhecimento e discernimento compartilhado. À Clarice e Roseli, agradeço por todo apoio administrativo durante a realização do curso.

Agradeço a equipe C. Vale, em especial ao Sr. Jonis Everton Centenaro, pela confiança e pelo excelente atendimento e contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também, todos os cooperados da C. Vale da microrregião de Toledo, que disponibilizaram seu tempo e informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, pois a bolsa de estudo foi de extrema importância para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que indiretamente me incentivaram a chegar até aqui.

STABACK, D. F. **EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DO COOPERADO: O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE:** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RESUMO

Por ser o cooperativismo um dos modelos de organização que promove o desenvolvimento econômico e social, estudos de soluções que levem ao aumento de seu desempenho e a redução de seus problemas são cada vez mais importantes. As cooperativas não buscam somente melhorias na gestão e em suas finanças, mas, também no planejamento de programas de educação cooperativa que objetive a participação e a permanência de seus cooperados, bem como a busca por novos cooperados. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre educação cooperativista e a participação dos cooperados da Cooperativa Agroindustrial C.Vale, com sede no município de Palotina/PR em municípios selecionados da microrregião de Toledo/PR. A metodologia utilizada foi o estudo de caso por meio de um estudo exploratório em cinco municípios da microrregião de Toledo/PR que detêm unidades da C.Vale. Por meio da aplicação de questionários foi possível identificar que os cooperados conhecem e participam de parte dos programas de educação cooperativista organizados pela C. Vale. Especificamente nesta pesquisa foi possível constatar que a educação cooperativista é reconhecida como importante forma de preservação da doutrina cooperativa.

Palavras-chave: doutrina cooperativista; educação cooperativista; C.Vale.

STABACK, D. F. **COOPERATIVIST EDUCATION AND ITS IMPORTANCE IN MAINTENANCE OF THE COOPERATE: THE CASE OF THE AGROINDUSTRIAL COOPERATIVE C.VALE:** Dissertation (Master's) - State University of Western Paraná.

ABSTRACT

Because cooperativism is one of the organizational models that promotes economic and social development, studies of solutions that lead to increased performance and reduced problems are increasingly important. Cooperatives are not only looking for improvements in management and their finances, but, mainly in the planning of cooperative education programs that aim at the participation and permanence of their members, as well as the search for new members. Thus, the purpose of this research was to analyze the relationship between cooperative education and the participation and permanence of members of the Cooperativa Agroindustrial C.Vale, headquartered in the city of Palotina Paraná, in selected cities in the micro region of Toledo Paraná. The methodology used was the case study through an exploratory study in five cities in the micro region of Toledo Paraná that owns units of C. Vale. Through the application of questionnaires it was possible to identify that the members know and participate in part of the cooperative education programs organized by C.Vale. Specifically in this research it was possible to verify that cooperative education is recognized as an important way of preserving cooperative doctrine.

Keywords: cooperative doctrine; cooperative education; C.Vale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Cooperativa Agroindustrial C.Vale	19
Figura 2 - Municípios da Microrregião de Toledo	70
Figura 3 - Principais cooperativas agroindustriais dos municípios da microrregião de Toledo	72
Figura 4 - Núcleos Executores da Educação Cooperativista da C.Vale	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento do número de cooperativas nos anos de 2010; 2014 e 2018...	57
Gráfico 2 - Número dos cooperados nos anos de 2010; 2014; 2018	57
Gráfico 3 - Evolução no ramo agropecuário	59
Gráfico 4 - Evolução do Quadro de Cooperados da C.Vale do ano de 2010 a 2019	75
Gráfico 5 - Idade e escolaridade dos cooperados	88
Gráfico 6 - Gênero, por município com unidades da C.Vale, dos cooperados	89
Gráfico 7 - Idade Média e Tempo Médio de Associação	90
Gráfico 8 – Média da Idade e anos de associação por município	91
Gráfico 9 - Frequência com que se vai à cooperativa	92
Gráfico 10 - Frequência com que vai a cooperativa por município.....	93
Gráfico 11 - Tempo de associação, por município e idade	95
Gráfico 12 - Por que se associar a C.Vale?	96
Gráfico 13 - Compreensão dos princípios básicos do Cooperativismo	98
Gráfico 14 - Análise das questões do questionário sobre o conhecimento dos princípio e da doutrina cooperativista:	99
Gráfico 15 - Participação de atividades sobre a educação cooperativista nos últimos dois anos.....	101
Gráfico 16 - Participação de atividades sobre a educação cooperativista nos últimos dois anos por município	102
Gráfico 17 - A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os cooperados e sobre essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo. Percepção dos cooperados sobre o grau da educação cooperativista conforme escolaridade	104
Gráfico 18 – Explanação do conhecimento específico por meio dos gráficos destinado aos cooperados da Cooperativa C.Vale.....	105
Gráfico 19 - Gráficos com as respostas dos conhecimentos específicos educação cooperativista	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do estudo	21
Quadro 2 - Definição dos sete princípios de Rochdale (ACI, 2019b)	34
Quadro 3 - Programa corporativo de educação cooperativista da C.Vale.....	83
Quadro 4 - Composição dos Núcleos femininos da C.Vale.....	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	13
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo Geral.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E HIPÓTESES DE PESQUISA.....	16
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
ESTA	PESQUISA ESTÁ DIVIDIDA EM OITO CAPÍTULOS, INCLUINDO A PRESENTE INTRODUÇÃO. A FIGURA 1 APRESENTA ESSA DIVISÃO:.	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL.....	22
2.1	COOPERAÇÃO E COOPERATIVA: UMA RELAÇÃO INTRINSECA	22
2.1.1	A Doutrina Cooperativista.....	29
2.1.2	Princípios do Cooperativismo	32
2.1.3	Legislação Cooperativista no Brasil.....	36
2.2	EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: EMBASAMENTO TEÓRICO	39
2.3	EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA.....	39
2.3.1	A Importância da Educação Cooperativa	45
2.4	A EDUCAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO	49
2.5	EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO RAMO AGROPECUÁRIO.....	52
3	O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO SUA HISTÓRIA	55
3.1	O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO PARANAENSE.....	61
3.1.1	O Cooperativismo Agropecuário na Mesorregião Oeste do Paraná	65
3.1.2	A Microrregião de Toledo – e o avanço das Cooperativas Agropecuárias ...	69
4	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE: UMA HISTÓRIA ATRELADA AO CRESCIMENTO E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO OESTE PARANAENSE	72
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	76
5.1	ESTUDO DE CASO.....	76
5.1.1	Delineamento da pesquisa	77
5.2	UNIVERSO DA PESQUISA: POPULAÇÃO E AMOSTRA	78
5.3	COLETA DE DADOS.....	79

5.3.1	Escala Likert	80
5.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	81
6	RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA	82
6.1	PERFIL DOS COOPERADOS.....	87
6.2	PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EXISTENTE.....	97
6.2.1	Conhecimento Específico	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS.....	111
	APÊNDICES	124
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COOPERADO.....	125
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA A AUTORA EM 13/08/2019 COM O GERENTE DA ASSESSORIA DE QUALIDADE E COMUNICAÇÃO DA C.VALE, SENHOR JONIS EVERTON CENTENARO	128
	APÊNDICE C – FOLDER ELABORADO PELA AUTORA.....	131

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O cooperativismo é tido como um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social por gerar e distribuir renda, e promover o capital social nas comunidades que o praticam (BIALOSKORSKI NETO, 2002; LIMA; ALVES, 2011).

Com a cooperativa resgata-se a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e da autonomia, podendo ser considerada uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil (MORATO; COSTA, 2001).

Fundadas com um propósito inicial de defender e proteger o sustento de comunidades das imperfeições do mercado (COOK; PLUNKETT, 2006), as cooperativas estão presentes nos mais diversos setores e promovem, dentre outros benefícios, o acesso ao crédito, a saúde, a educação, à moradia, e ao mercado de trabalho, com responsabilidades sociais e ambientais (OCB, 2004).

As cooperativas apresentam duas dimensões, a econômica e a social, com foco no cooperado e na comunidade (BIALOSKORSKI NETO, 2002). Dessa forma, o cooperativismo possui importância significativa na economia brasileira, sendo um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e de evolução (MATOS; NINAUT, 2008).

No estado do Paraná, as cooperativas agropecuárias têm um papel importante no desenvolvimento socioeconômico e na transferência de tecnologia na garantia da compra e do escoamento das safras. Também transforma os excessivos produtivos das áreas rurais gerando emprego e renda no interior do estado. Por isso, sua importância é mais do que estratégica, pois elas garantem a dinâmica econômica de vários municípios paranaenses (LIMA; ALVES, 2011).

O desenvolvimento rural e a modernização das regiões paranaenses fortaleceram-se por meio das cooperativas agropecuárias durante o processo de modernização e de consolidação do agronegócio paranaense (alternando os padrões de acumulação de capital nas economias regionais e subordinando as propriedades rurais ao capital industrial). As alterações dessa base técnica de produção ocorreram,

num primeiro momento nos produtores integrados às agroindústrias ou cooperados às cooperativas e na sequência se dispersaram no espaço rural (LIMA; ALVES, 2011).

Nesse processo, a educação cooperativista tem um papel estratégico, tendo por objetivo promover a integração ativa dos cooperados (MENDES, 2010). Faz com que eles intervenham de forma crítica na gestão da cooperativa e no usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos.

Para Nascimento (2000), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e gerenciais, podem ser resolvidos com a maior participação de todos os envolvidos e isto passa, necessariamente, pela educação cooperativista.

Dessa forma, se considerados os elementos do cooperativismo na construção da educação cooperativa, sua relevância social e educativa por meio de seus princípios, está-se referindo à teoria e prática do cooperativismo como uma forma de ser e de viver em sociedade.

O cooperativismo é um processo social, embasado em relações associativas na interação humana pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, em realizar objetivos comuns, buscar produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns (FRANTZ, 2001).

O cooperativismo se situa na linha do “dever ser”, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências para optarem por uma proposta comportamental, na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. Os valores, princípios e normas que propõe são um paradigma que ajuda a orientar a ação dos cooperadores, no seu empenho em prol da realização dos objetivos da cooperação (SCHNEIDER, 1993, p. 2).

Nesse sentido, o cooperativismo se apresenta como uma prática social que se adapta à várias ideologias e compreensões de educação.

Concretamente isso se expressa nas experiências práticas realizadas nas cooperativas ao longo do tempo por meio da educação cooperativista qual seja: resgatar a cooperação e o espírito do associativismo em contraposição aos valores do individualismo e da competição, típicos da cultura de nossa época (FRANTZ, 2012).

Tem-se, portanto, na prática cooperativa uma proposta de educação cooperativista intrínseca, tendo em vista que é na relação concreta entre os sujeitos sociais que se constrói a consciência social ou, especificamente nessa abordagem, a consciência cooperativa (FRANTZ, 2012).

A autonomia dos educandos em suas vivências cooperativas, entretanto, é decisiva para o processo de construção da consciência participativa.

A opção pela educação cooperativa, portanto, pressupõe para a cooperativa o desafio de abandonar o “medo da democracia” e de afirmar seu compromisso com a construção de um processo de crescente inclusão e participação, que culmine com a consolidação da doutrina e dos princípios cooperativistas adaptadas às demandas técnico operacionais do nosso tempo atual (MENDES, 2010).

Esse processo deve ser visto como um processo endógeno movido pelo capital social¹ e suas interações. Por meio da cooperação e da interação, as atividades econômicas podem ser estimuladas, as cadeias produtivas complementadas, novos sistemas produtivos serem criados e, com isso, induzir o desenvolvimento regional (PIFFER *et al.*, 2007).

Nesse sentido, a cooperação passa a ser um elemento-chave no desempenho econômico e político. Robert Putnam é um dos principais defensores do desenvolvimento econômico e político via capital social. Ele argumenta que isso ocorre porque: a) o progresso econômico e a prosperidade exigem cooperação; b) um aspecto essencial do comportamento econômico cooperativo é o capital social; e c) o capital social, por sua vez, é tributário do engajamento cívico (BAQUERO; CREMONESE, 2008).

Moreira *et al.* (2008) também entendem que a cooperação tem importância econômica, competitiva, política e social, sendo este um dos aspectos que se busca no incentivo das experiências associativas. A participação cooperativa de atores sociais, seja numa cooperativa, seja numa associação comunitária, concorre para que haja maior transparência na gestão de recursos e atos administrativos.

Bialoskorski Neto (2002) afirma que em regiões nas quais as cooperativas agem há uma forte correlação positiva entre valor da produção, níveis de educação e

¹ Para Putnam (1996), o capital social são formas de cooperação e associatividades nas comunidades locais. Ou seja, os padrões de organização sociocultural do desenvolvimento regional. A explicação das diferenças regionais do desenvolvimento, segundo esse autor, está na cultura cívica, o civismo, a cultura política e as tradições republicanas, ou seja, a diferença está no capital social. Mesmo as instituições por si só não podem explicar as diferenças regionais.

menor desigualdade na posse da terra. As cooperativas são organizações importantes, pois desenvolvem tanto a distribuição de renda quanto um estoque de capital social, principalmente na agricultura.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre educação cooperativista e a participação dos cooperados da Cooperativa Agroindustrial C. Vale.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) mensurar o grau de compreensão dos cooperados quanto ao cooperativismo agropecuário, sua doutrina e seus princípios;
- b) analisar a relação entre educação cooperativista e a percepção dos cooperados na cooperativa afeta ao estudo.

1.3 JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E HIPÓTESES DE PESQUISA

A história do cooperativismo faz parte da evolução da humanidade. Ela se revela diante das dificuldades e lutas que os homens encontraram e travaram no dia a dia para sua sobrevivência e defesa de sua dignidade (ALVES; SILVA; FREIRE JR, 2008). É uma história associada à economia daqueles que cooperam, que, apoiados em sua doutrina, buscam a produção e a distribuição daquilo de que necessitam ou que desejam para viver. O cooperativismo surge como uma atividade humana concreta, que leva a marca histórica de cada época em que ela ocorre (ALVES; SILVA; FREIRE JR, 2008).Especificamente para as cooperativas agropecuárias o porte das mesmas tem relação direta com o desafio de manter na ativa seu quadro de cooperados, buscando a manutenção dos mesmos e a busca por novos.

Uma das estratégias mais defendidas pelos autores Frantz (1980; 2001), Frantz e Schonardie (2007), Schneider (1999; 2003; 2007) Mendes (2010) e Frantz, Schonardie e Schneider (2017) são as práticas da educação cooperativista. É da educação cooperativista que surgem as dimensões pedagógicas da gestão em organizações cooperativas. A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste

em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos cooperados, ou seja, adular para cooperar. Se a cooperativa é um instrumento de trabalho, a educação para a cooperação afirma a importância do diálogo entre os cooperantes e a sua plena consciência sobre o caráter social, justo, transparente e solidário da organização (FRANTZ; SCHONARDIE; SHNEIDER, 2017).

De acordo com Frantz (1980) no cooperativismo brasileiro as atividades de educação sempre foram valorizadas nas cooperativas, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, tais como: promoção da fidelidade cooperativa; qualificação da organização do quadro social; homogeneização de valores e; comportamentos associativos.

A educação passa a ser de fundamental importância para o desempenho da cooperativa e o desenvolvimento do cooperativismo. A compreensão da relação desses conceitos, educação e cooperação, possibilitam o aperfeiçoamento organizacional e institucional das práticas cooperativas, que hoje tanto se busca na luta pela competitividade (FRANTZ; SCHONARDIE, 2007).

Identificar as práticas ou ações educativas, inerentes às organizações cooperativas e compreendê-las, segundo a sua racionalidade e funcionalidade, é fundamental para a construção das condições de estabilidade de uma cooperativa, uma vez que esta deve ser produto de uma ação consciente e combinada entre sujeitos com vistas a um determinado fim (MENDES, 2010).

Schneider (2007, p. 25) também ressalta a importância da educação nas organizações cooperativas ao afirmar que “os valores da cooperação devem ser mais trabalhados entre os cooperados, dirigentes e públicos em geral”, pois são eles que dão “sentido, motivação e razão de ser para a ação cooperativa”. Segundo o autor, só assim, se consegue a lealdade dos cooperados e o fortalecimento da cooperativa.

Ou seja, a educação cooperativista deve contribuir para o fortalecimento das relações da cooperativa com outras entidades de apoio e representatividades do seu quadro social, em uma estratégia de divulgação da filosofia cooperativa às comunidades e sociedade em geral. A educação é umas das formas para estimular a fidelidade, a reciprocidade e a participação dos cooperados nas atividades da cooperativa.

É nesse sentido que Lago (2008) afirma que a falta de educação cooperativista é a principal origem dos problemas de infidelidade e oportunismo do cooperativismo. Esses problemas levam a falta de resultados, ao endividamento e prejudicam a capitalização e até a sustentabilidade da cooperativa.

Assim, a educação cooperativa permeia uma proposta multidisciplinar, baseada na ação coletiva e na constante reflexão crítica sobre experiências concretas de cooperados, oferecendo elementos importantes para a construção de uma educação cerceada por uma prática social histórica que evidencia aprendizagens constantes em prol da consolidação do sistema cooperativista (FRANTZ, 2001).

Isto posto definiu-se a Cooperativa Agroindustrial C. Vale como objeto desta pesquisa. A C. Vale está localizada da microrregião de Toledo, mesorregião Oeste Paranaense.

A C. Vale é uma cooperativa agroindustrial com sede no município de Palotina. Possui 150 unidades de negócios e mais de 21.943 cooperados com acerca de 10.500 colaboradores (C. VALE, 2019).

A C. Vale faz parte do cooperativismo paranaense, considerado um dos mais dinâmicos do país. Entre as 1000 maiores empresas do Brasil, listadas no ranking elaborado pelo jornal Valor Econômico, em parceria com a Serasa Experian e Fundação Getúlio Vargas, dezesseis cooperativas agropecuárias do Paraná estão entre as 1000 maiores: Coamo, **C.Vale**, Lar, Cocamar, Copacol, Agrária, Integrada, Castrolanda, Coopavel, Frimesa, Frísia, Copagril, Coasul, Capal, Coagru e Primato (EXAME, 2018) grifo nosso.

No Paraná, há quinze cooperativas agropecuárias com faturamento acima de R\$ 1 bilhão, entre as quais está a C.Vale (EXAME, 2018).

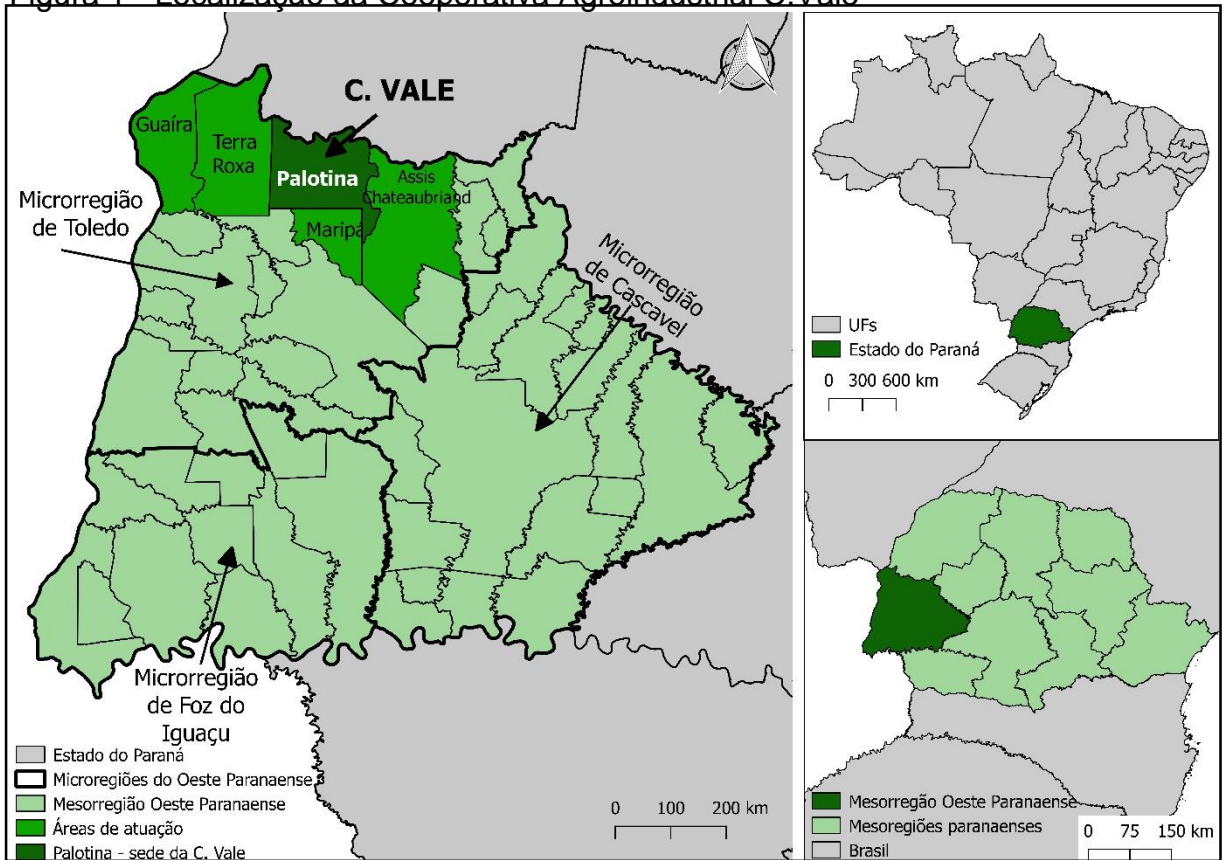
Nesse sentido estudar formas que possam contribuir para a sobrevivência social da C. Vale se justifica diante aos autores estudados de que a educação cooperativista é uma das estratégias que as cooperativas precisam adotar para a sua manutenção, permanência e captação de novos cooperados, entendidos como essência de uma cooperativa. Schneider (2007) enfatiza que a educação cooperativista é um mecanismo indispensável para garantir a sobrevivência das cooperativas, reforçando que, sem essas atividades de cunho educacional, as cooperativas podem correr o risco de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico vigente, em que há predominância da concorrência e do conflito.

Para tanto, é necessário que se entenda que o que diferencia as cooperativas de outros tipos de empresas, como se dá o seu funcionamento, como se estrutura, atentando, ao mesmo tempo, para os valores e princípios que norteiam o cooperativismo e determinam diretamente sua identidade e sua cultura organizacional (FERREIRA, 2009).

Nesse marco, cooperados, dirigentes e colaboradores precisam saber as especificidades das cooperativas, entendendo sua missão e objetivos e qual é a sua função dentro da organização e como podem melhor cumpri-la. Sem educação cooperativista dificilmente este tipo de organização poderá funcionar adequadamente cumprindo com seus objetivos e respondendo aos desafios que as transformações do ambiente lhes impõem.

A Figura 1 situa a C. Vale no espaço geográfico paranaense.

Figura 1 - Localização da Cooperativa Agroindustrial C.Vale



Fonte: elaborada pela autora (2019).

A cooperativa Agroindustrial C. Vale é vista como um dos principais agentes geradores de desenvolvimento econômico social em Palotina-PR, pois promove renda aos cooperados e estes, por sua vez, direcionam essa renda na própria região (ALVES; SILVA; FREIRE JR, 2008).

A cooperativa também é a empresa que mais gera postos de trabalho e arrecadação de impostos no município de Palotina. No contorno da verticalização da produção, a cooperativa em questão ainda propicia, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento social e econômico da localidade onde está inserida.

Neste sentido, para a definição do problema de pesquisa, levou-se em consideração a expectativa de investigar o processo da educação cooperativista destinado aos cooperados e o quanto desse processo é percebido pelo cooperado. Analisando se há relação desta educação com a participação do cooperado na Cooperativa Agroindustrial C. Vale.

Sendo assim tem-se duas hipótese de pesquisa: a) a participação do cooperado na C.Vale é consequência da educação cooperativista executada por ela; b) o cooperado que faz parte da cooperativa mais tempo percebe mais os efeitos das ações da educação cooperativista praticada pela C.Vale.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está dividida em oito capítulos, incluindo a presente introdução.

A figura 1 apresenta essa divisão:

Quadro 1 - Estrutura do estudo

Capítulo 1 Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualização do tema; • Problema de Pesquisa; • Objetivos da Pesquisa; • Justificativa da Pesquisa;
Capítulo 2 Referencial Teórico	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentação Teórica e Conceitual • A doutrina Cooperativista; • Princípios do Cooperativismo. • Educação Cooperativista
Capítulo 3 O Cooperativismo Agropecuário	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativismo Agropecuário no Brasil; no Paraná e na Mesorregião Oeste do Paraná; • A microrregião de Toledo e o avanço das Cooperativas Agropecuárias.
Capítulo 4 Procedimentos Metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Delineamento da Pesquisa; • Questão de Pesquisa; • Universo da Pesquisa: População e Amostra; • Coleta de Dados;
Capítulo 5 Resultados e Análise da Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil dos Cooperados; • Percepção da Educação Cooperativista Existente; • Conhecimento Específico.
Capítulo 6 Considerações Finais	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusões
Referências	
Apêndices	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

No Brasil, o sistema cooperativista possui importância significativa na economia nacional, estadual e regional. Um dos setores em que as organizações cooperativas mais estão presentes no país é o agropecuário.

O Cooperativismo agropecuário, de uma forma geral, tem ganho papel de destaque no dinamismo econômico social brasileiro. Por meio das cooperativas, os pequenos produtores e médios têm tido oportunidades de competitividade no mercado agropecuário. Por meio dos princípios do Cooperativismo, as cooperativas são incentivadas a buscarem informação e treinamento para seus sócios e membros da comunidade, gerando, por meio da educação e capacitação, o desenvolvimento da sociedade em que se insere (MENDES 2010).

Para compreender melhor esse contexto, os parágrafos que seguem dissertam sobre a história do cooperativismo e com ela a propagação da doutrina cooperativista.

2.1 COOPERAÇÃO E COOPERATIVA: UMA RELAÇÃO INTRINSECA

Para White e Dillingham (2009), a cooperação entre os seres humanos é muito antiga. Os homens se agrupavam, desde a pré-história, como forma de suprir suas necessidades básicas, se agrupavam para sobreviver².

Dentro da tradição sociológica, a cooperação é estabelecida entre indivíduos, grupos e categorias sociais. Ela se constitui em uma das formas de ação coletiva que mais despertaram interesse de estudo, na medida em que a própria sociedade é entendida como uma extensa rede de colaboração entre os mais diversos atores sociais (BECKER, 1977). Assim, embora se admita que o conflito e a competição sejam processos intrínsecos aos sistemas sociais, considera-se a cooperação uma relação primordial, visto que, sem ela, não pode existir sociedade.

Para Demo (2002, p. 90), "a cooperação é o resultado natural de indivíduos, homens, tentando maximizar seu proveito". Segundo esse autor, a noção de que os homens são inerentemente egoístas, cooperando só quando é de seu interesse

² Desde a pré-história os homens desenvolveram formas de cooperação, principalmente nas plantações e no artesanato. Exemplos contundentes dessa prática foram encontrados na Babilônia, no Egito, na Grécia e na China. No continente americano, as civilizações asteca, maia e inca também viviam de forma cooperativa. A principal característica dessa forma de cooperação era a organização agrária, forte e desenvolvida (WHITE; DILLINGHAM, 2009).

econômico, é questionada, sobretudo porque não está vastamente testada, além de basear-se mais em crenças culturais do que em evidência empírica.

Olson (1999, p. 72) também reconhece que “as pessoas [...] sentem-se motivadas [...] por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico” para cooperar, e não, necessariamente, apenas por interesse econômico. Mannheim (1971, p. 133) afirma que a cooperação é uma atividade integradora. Para ele, “as forças integradoras mais importantes são a afinidade mental, a simpatia e o auxílio mútuo. A afinidade mental, por si, não integra os indivíduos por muito tempo. Se desejarmos estabilizar a integração devemos ter um objetivo externo comum”. É nesse sentido que o autor defende que se “aprende a cooperar, cooperando”.

Dentro das concepções de cooperação apresentadas, Dugatkin (1997) citado por Demo (2002, p. 92-93; 137-140) apresenta dois caminhos que motivam o homem para o ato de cooperar: a) a cooperação motivada por dinâmicas familiares e, b) a cooperação por transações recíprocas. A cooperação motivada por dinâmicas familiares nada mais é do que as relações de parentesco que reforçam o processo cooperativo.

A cooperação mútua tomaria o lugar da competição e da ganância pelo lucro, integrando as instâncias de produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituindo a base de uma nova sociedade, mais justa e mais humana, uma vez que, não comportaria nem exploradores e nem explorados (PINHO, 1966, 1977; SCHNEIDER, 1981).

Dessa forma, o movimento cooperativista tal como é conhecido hoje surgiu na Europa, no início do século XIX, como uma reação contra os abusos da concorrência do capitalismo industrial e liberal da época e como forma de minimizar as consequências da introdução das máquinas na produção (PINHO, 1982). Seus maiores idealizadores foram: Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamim Buchez e Louis Blanc, dos quais o cooperativismo recebeu inspiração fundamental (SINGER, 2002).

Pinho (1966; 1977) destaca:

- a) Saint-Simon (1760-1825): defendia a educação como princípio fundamental nas cooperativas, o que levaria a conscientização do trabalhador sobre a sua condição de explorado; defendia uma organização

planificada da produção e exaltava a distribuição proporcional as obras nas cooperativas;

- b) Robert Owen (1771-1858): inglês, filho de artesãos. Considerava que o homem é resultado de seu meio social, para modificá-lo é necessário modificar esse meio de forma pacífica, gradual e moderada, para tanto propunha a escola enquanto meio dessa mudança. Combateu o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais. Sua influência foi de elevada relevância sobre os Pioneiros de Rochdale, tanto que é considerado o pai do cooperativismo;
- c) François Marie Charles Fourier (1772-1837): filho de comerciantes de tecidos na França, imaginava a possibilidade de resolver os problemas sociais por meio de unidades autossuficientes, comunidades que se organizavam em regime cooperativo, comunitário, onde se prestariam serviços coletivos, criando um ambiente de convivência espontânea. Idealizador das cooperativas integrais de produção criou comunidades onde os cooperados tinham tudo em comum, chamadas de falanstérios;
- d) Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865), médico francês católico, defendia a associação cooperativa de produtores livres, de forma pacífica e sem espoliação (roubo). Esta associação deveria ocorrer entre pessoas de uma mesma classe profissional. Buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa;
- e) Luis Blanc (1812-1882): historiador, orador e político francês. Defendia a ampla intervenção do Estado para que as associações de trabalhadores pudessem modificar o meio socioeconômico em que viviam, para tanto era necessário que esses trabalhadores se especializassem.
- f) Charles Gide (1847-1932) - Francês, professor universitário, é conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Fundador da Escola de Nimes, França, em 1886, contribuiu com a produção do conhecimento sobre o cooperativismo mundial, sendo o precursor do “corpo doutrinário” que formatou o cooperativismo. (SCHALLENBERGER, 2003, p. 13).

Foram esses os precursores do pensamento cooperativista que inspiraram o cooperativismo rochdaleano a partir de 1844. Apesar das peculiaridades de cada um, sete foram os pontos em comum, que fundamentaram a ideia do modelo

cooperativista a partir daquele período, quais sejam: a) a ideia de cooperação; b) de organização do trabalho; c) de livre iniciativa; d) de prestação de serviços sem interesse de lucro; e) de que o capital é apenas um meio; f) de que a cooperativa é uma forma de economia coletiva; g) de concentração cooperativista e continuidade e h) de reforma social por meio de associações (PINHO, 1977).

Mas a história se encarregou de demonstrar a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen e outros ideólogos do movimento como Charles Fourier³. A dialética de interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo presentes no mercado, levou as cooperativas a se inserirem no mercado capitalista, sem fundir-se nem se identificar com a ideologia e a tendência dominante na expansão desse mercado. A proposta original dos pioneiros de Rochdale continuou sendo caracterizada e difundida como um movimento social capaz de levar à transformação de sociedades baseadas no regime de cooperação e de ajuda mútua.

O cooperativismo surgiu em Rochdale, na Inglaterra, no ano 1844, durante a revolução industrial. Um grupo de tecelões, depois de uma frustrada greve por salários melhores, formou uma organização empresarial particular que chamaram de cooperativa. Essa organização foi estruturada com base nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade (BIALOSKORSKI NETO, 1998)⁴. Ainda segundo Bialoskorski Neto (1998), a cooperação tem se consolidado, principalmente a partir do final do século XIX, quando muitas organizações foram constituídas sob a forma de cooperativa.

O termo cooperação – co-operare – contém a base de uma cooperativa e o processo de cooperação de seus cooperados em sua raiz etimológica latina a noção de trabalho, de relações sociais de trabalho. A cooperação implica o sentido social do trabalho. Entretanto, trata-se de um conceito aberto a múltiplos usos, tais como o de definir ações ou relações entre indivíduos. É também empregado como um conceito

³ Tanto Robert Owen quanto Charles Fourier pensaram e projetaram formas de organização social estruturadas para a cooperação e a solidariedade

⁴ A organização formada pelos operários tinha como órgão máximo de decisão democrática a assembleia geral, sendo que a cada homem caberia um único voto, independentemente de sua participação na sociedade, a qual não visaria lucros sobre os negócios, mas sim, o suporte e prestação de serviços a seus integrantes. Dessa forma, a organização estava fundamentada nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade e, portanto, não deveria promover segregação por motivos políticos, religiosos, raça ou gênero (BIALOSKORSKI, 2000).

de organização institucional, neste caso, materializando-se numa cooperativa (BOETTCHER, 1974).

Pinho (1966) considera que, apesar de os termos ‘cooperação, cooperativa, e cooperativismo’ terem a mesma base epistemológica de cooperar, isto não configura o mesmo fenômeno social. Enquanto cooperação significa ação conjunta com vistas a um objetivo comum, cooperativismo representa uma doutrina ou uma ideologia, e cooperativa seria uma organização de pessoas organizadas em um empreendimento de cunho econômico-social, constituindo-se as referências dessa organização pelos princípios e valores do cooperativismo.

Frantz (2012, p. 45) conceitua cooperativa como “uma ação política, organizada pelo entrelaçamento de dois polos fundamentais – a associação e a empresa – que se fundem e tomam corpo, por meio de uma estrutura de relação e funções técnicas e operacionais”, e complementa ainda que ela é, antes de tudo, uma “associação de pessoas e não de capitais”, que se propõe a atuar na perspectiva econômica de seus componentes individuais, dando-lhes suporte diante da competitividade do mercado.

Assim, uma organização cooperativa é composta por uma estrutura e uma superestrutura, as quais representam seu amplo sentido econômico e seus significados social, político e cultural. Ou seja, a estrutura formada pelas finalidades econômicas da cooperativa a caracterizam como uma empresa, e o processo político abrangido pelo empreendimento cooperativo corresponde a uma superestrutura.

A cooperativa é, antes de tudo, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe a atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, ao fazê-lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa, uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado (PINHO, 1966; FRANTZ, 2002).

Assim, a cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos cooperados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado (FRANTZ, 1985). Ou seja, a “cooperativa é uma sociedade civil, organizada para a defesa dos interesses e a promoção econômica e social dos seus cooperados” (SCHALLENBERGER, 2010,

p. 127). "Representa uma simbiose de ajuda mútua e da ajuda própria." (MACHADO, 1975, p. 17).

Cabe ressaltar que a organização cooperativa realiza plena atividade comercial, podendo realizar operações financeiras, bancárias e candidatar-se à empréstimos e aquisições do governo federal. Especificamente as cooperativas de produtores rurais podem ser beneficiadas com o crédito rural de repasse.

Entretanto, a partir de 11.01.2003, por força do Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), deixou de haver número mínimo de cooperados fixado em lei, sendo necessário apenas que haja cooperados suficientes para compor a administração da cooperativa, levando em conta a necessidade de renovação tendo poder de veto às decisões da diretoria, caso não haja consentimento por maioria dos votos dos cooperados em assembleia geral.

Essa formalização de cooperação proliferou em diversos países, atingindo diversos setores da economia. Atualmente, o cooperativismo no Brasil possui 13 ramos, mas a partir de 2020 serão apenas sete. Essa modernização irá garantir que o Sistema OCB fique ainda mais próximo da realidade das cooperativas, gerando cada vez mais impactos positivos tanto para as pessoas quanto para os negócios – num grande movimento de fortalecimento da economia brasileira. (OCB, 2020).

Alguns ramos se uniram, outros foram ressignificados. Sendo assim, os ramos serão: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho; produção de bens e serviços; e transporte (OCB, 2020).

Na cooperativa o cooperado é o proprietário do empreendimento, é o dono do negócio. Ele participa das assembleias e opina sobre os rumos e decisões da cooperativa. Por meio da cooperativa o cooperado não simplesmente se emprega ou exerce uma atividade econômica, mas se une para melhorar sua condição de vida, agregando inclusive, formação técnica e educacional. Além do que, pelo fato ser o dono, participa das decisões da sociedade.

É a família que guarda a imagem de grupo colaborativo. "Tendemos a cooperar com parentes e familiares, mais do que com os outros é fato que cooperamos melhor com conhecidos, amigos e parentes porque a relação está plantada em ambiente de relativa confiabilidade (DUGATKIN 1997).

Um exemplo das afirmações de Dugatkin (1997), foram as associações de produtores do Rio Grande do Sul, auxiliados pela Igreja da Imigração. Os imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul organizaram-se em associações de

produtores. Nessas associações, o espírito comunitário cristão era o desencadeador da organização do trabalho coletivo desses colonos-produtores. "A organização idealizada era a da associação produtiva" (SCHALLENBERGER, 2009, p. 67).

Nesse sentido é que para Pinho (1966, p. 7), "Cooperativismo é a doutrina⁵ que visa à renovação social através da cooperação". Assim, quando organizada sob a forma de estatutos estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais, entre os quais estão as cooperativas.

Nesta linha de raciocínio, a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constituiu o cooperativismo. Quer seja:

Cooperativismo, no sentido de doutrina que tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; **cooperativas** no sentido de sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se [...] de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesses lucrativos e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados "Princípios de Rochdale": adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p. 8-9) (grifo nosso).

Assim, o cooperativismo é uma doutrina econômica que objetiva reorganizar a sociedade de forma a assegurar a harmonização das dimensões econômicas, sociais e culturais do processo de desenvolvimento econômico, independente das condições estruturais existentes (LOUREIRO, 1981).

Organizar uma cooperativa é buscar construir empoderamento, especialmente nas relações econômicas com o mercado.

A organização cooperativa constitui-se como uma reação aos problemas técnicos ou políticos de produção e distribuição das riquezas entre os seres humanos. A base da organização cooperativa está fundada nas dimensões técnicas e políticas do trabalho humano e associada às consequências sociais daí decorrentes. O comportamento co-operativo dos cooperados na empresa-cooperativa deve ser racionalmente organizado, mediante normas, regras, contratos.

⁵ Para Pinho (1966) a doutrina cooperativista evidencia a pessoa humana, procurando, por meio da ajuda mútua e da associação democrática, corrigir os males da sociedade capitalista através da prestação de serviços, permitindo a eliminação do comerciante intermediário, tornando o produtor o próprio comerciante de sua produção, ampliando suas condições de adquirir os bens necessários à satisfação de suas necessidades e de sua família. Neste sentido, cria-se ao longo do tempo, um meio de cooperação no qual não haverá conflitos, pois, usuário e proprietário é uma só pessoa.

Diante de sua ressignificação como movimento social, a qualificação para a cooperação ganha importância, desafiando o movimento cooperativo para a adoção de práticas de educação popular. Os objetivos da cooperação, junto aos que lutam por alternativas à tendência de exclusão, instituem a importância do diálogo como um de seus meios de gestão e, conseqüentemente, potencializa a concretude de suas práticas como um processo social de educação, isto é, de educação popular.

Para muitas pessoas ou grupos sociais, hoje, a cooperação torna-se, novamente, elemento fundamental à construção de seus espaços de vida, pois a organização cooperativa, para além da expressão material, desenvolve também expressões culturais, políticas e sociais que se somam aos interesses, objetivos e necessidades de seus cooperados. A organização cooperativa adquire um significado mais amplo que a simples função de encaminhamento de operações técnicas e instrumentais das economias individuais associadas. Em decorrência disso, impõe-se a necessidade de repensar as práticas cooperativas.

2.1.1 A Doutrina Cooperativista

Quando a cooperação começou a ser organizada segundo estatutos previamente estabelecidos surgiram grupos sociais como as cooperativas que visavam, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo (PINHO, 1966).

A doutrina cooperativista⁶ surgiu em meados do século XIX, como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e das mazelas econômico-sociais desencadeadas pela revolução industrial, sendo delineada na Escola de

6 Segundo Pinho (1966), a doutrina cooperativista tem como objetivo central a correção do meio econômico social, utilizando a cooperativa como instrumento para essa correção. Valores fundamentais num sistema de ideias e julgamentos que descreve, explica, interpreta ou justifica uma situação que ela pretende manter ou modificar mediante uma ação precisa de que define os fins e os meios". Desse modo, a ideologia é um instrumento racional de ação histórica, pois justifica e esclarece o porquê é necessário agir num dado momento. Toda ideologia refere-se a interesses individuais ou coletivos imediatos, inspirando-se em padrões de moral e conhecimento preexistentes. Assim, por referir-se a interesses, a ideologia constitui-se em um forte apelo psicológico, o qual se traduz numa unidade representativa de motivação e de ação em comum. "A grande força dinâmica da ideologia reside em fundir em si o social com o psicológico para serviço de uma causa definida como legítima e digna de ser apoiada em benefício de um grupo bem identificado" (op cit., p. 50). Nesse sentido, o sentimento de unidade e de pertencimento a um grupo é condição necessária à construção da ideologia cooperativa, até porque o ato de cooperar e de se unir diante das dificuldades comuns, desenvolve o pensamento cooperativo. É esse pensamento cooperativo que alimenta o sistema de ideias que serve de núcleo à ideologia cooperativa na visão do autor.

Nimes⁷, em 1886, por Charles Gide. Seu ideal era de uma organização cooperativista que se imporia ao *laissez-faire* capitalista.

A Doutrina Cooperativista é humanista, pois atribui ao homem uma importância fundamental, bem como a seus interesses e aspirações. No cooperativismo, o homem é o centro de tudo (SCHNEIDER, 2003). A doutrina prima pela liberdade, principalmente econômica, mas não se abstém da liberdade social e democrática. A igualdade é o princípio básico do cooperativismo, pois não existem distinções de nenhuma espécie, quer seja de cor, credo, sexo, política, etc. Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores.

O número de cooperativas começa a se multiplicar na Europa, surgindo a necessidade de se criar uma entidade mundial que congregasse os interesses comuns das cooperativas, desse esforço surge a ACI – Aliança Cooperativa Internacional (CENZI, 2012).

A fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895, representou o esforço de institucionalização e regulamentação do movimento cooperativista. Havia, naquele momento, a necessidade de dar coesão e identidade a um conjunto de experiências diversas, com matrizes ideológicas distintas. E o modelo de Rochdale foi o escolhido nessa construção organizacional, com sede em Genebra, Suíça (FAJARDO; ROCHA, 2018).

Para a ACI, o cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade.

Para a ACI sustentam que o cooperativismo é entendido como uma prática social histórica, cuja doutrina institui um lugar de aprendizagem, de educação à cooperação. A sua instituição se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento e ao seu progresso. Na interação dos seus cooperados, enquanto partícipes de um projeto comum, produz-se as condições para um processo de socialização de conhecimentos e de experiências.

⁷Escola de Nimes fomentou a doutrina cooperativista. Pregava a união dos consumidores em cooperativas, as quais absorveriam todas as atividades econômicas por meio de três etapas sucessivas: as cooperativas de consumo, que centralizariam a venda dos produtos; as cooperativas de produção, que fabricariam os produtos para as de consumo; e as cooperativas de exploração agrícola, que forneceriam a matéria-prima para as de produção (SCHALLENBERGER, 2010, p. 130).

Se resguardados os preceitos doutrinários da organização cooperativa, esta encontra-se em posição de superioridade para o aumento de sua eficiência. Isso deve-se ao fato de que, em assembleia geral, o princípio da democracia e igualdade podem favorecer.

Em continuidade as definições de cooperativismo, para Schallenger (2010, p. 128) o cooperativismo é uma doutrina econômica. É essa doutrina "que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e as necessidades de cada um [...]". Ou seja,

É um sistema de organização socioeconômica fundamentada nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada cooperado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua (SCHALLENGER, 2010, p. 128).

Já na visão de Ferrinho (1978, p. 99-100) cooperativismo é um movimento social que ocorre quando homens com necessidades comuns estabelecem entre si uma relação de interdependência orientada para uma filosofia de vida⁸ que os leva a procurar satisfazer aquelas necessidades por meio da solidariedade, da equidade, do respeito do homem pelo homem e pelo ativismo constante. O autor critica as definições estáticas usadas no ocidente, as quais encaram as cooperativas como empresas e não como resultado de um processo social.

É importante observar que, embora o cooperativismo seja uma forma de associação entre pessoas, o associativismo e o cooperativismo possuem diferenças marcantes, a iniciar pelas suas finalidades. O associativismo possui objetivos que

⁸ Entendida pelo autor como uma ideologia cooperativa (sem grifo no original). Para Ferrinho (1978, p. 49), "uma ideologia é um padrão de crença cognitiva e moral organizado em torno de valores fundamentais num sistema de ideias e julgamentos que descreve, explica, interpreta ou justifica uma situação que ela pretende manter ou modificar mediante uma ação precisa de que define os fins e os meios". Desse modo, a ideologia é um instrumento racional de ação histórica, pois justifica e esclarece o porquê é necessário agir num dado momento. Toda ideologia refere-se a interesses individuais ou coletivos imediatos, inspirando-se em padrões de moral e conhecimento preexistentes. Assim, por referir-se a interesses, a ideologia constitui-se em um forte apelo psicológico, o qual se traduz numa unidade representativa de motivação e de ação em comum. "A grande força dinâmica da ideologia reside em fundir em si o social com o psicológico para serviço de uma causa definida como legítima e digna de ser apoiada em benefício de um grupo bem identificado" (op cit., p. 50). Nesse sentido, o sentimento de unidade e de pertencimento a um grupo é condição necessária à construção da ideologia cooperativa, até porque o ato de cooperar e de se unir diante das dificuldades comuns, desenvolve o pensamento cooperativo. É esse pensamento cooperativo que alimenta o sistema de ideias que serve de núcleo à ideologia cooperativa na visão do autor.

permeiam os aspectos sociais, principalmente em favor de representar e defender os interesses de seus membros; já o cooperativismo, abrange tanto os aspectos econômicos, no que se refere à viabilização de suas atividades de consumo, produção, prestação de serviços, comercialização e crédito, quanto os sociais, oferecendo capacitação para o trabalho e a vida em comunidade (VEIGA; RECH, 2001).

O cooperativismo moderno carrega em seu núcleo o objetivo da valorização do trabalho humano. Os cooperados desenvolvem uma conduta racional de associação, de cujo processo nascem formas de organização e instrumentalização de seus interesses e objetivos.

O cooperativismo se torna uma prática social que institui um lugar de aprendizagem, um lugar de educação. A sua instituição se dá como uma condição inerente a sua organização, seu funcionamento, seu progresso. Na interação dos cooperados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo, como partícipes de um projeto comum, produzem eles as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências (FRANTZ, 2002).

Educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação. A educação é um processo cooperativo, desde que esteja voltado à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes (FRANTZ, 2002).

2.1.2 Princípios do Cooperativismo

Os princípios de Rochdale surgiram da própria experiência da cooperativa cujos pioneiros eram mais realistas do que idealistas. Eles queriam construir uma cooperativa que fosse ao encontro de suas necessidades e sobrevivesse como um negócio. Elaboraram então uma série de regras de conduta e procedimentos de organização que guiariam os negócios da associação (MENDES, 2010).

Princípios são leis que regem a conduta, uma verdade geral ou fundamental, sobre a qual as leis são construídas e as regras são ditadas (MENDES, 2010). Os princípios cooperativistas são as principais características das cooperativas e

descrevem com mais detalhes como elas devem proceder e operar. O estudo e a análise destes princípios são fundamentais para a compreensão desta forma única de organização que são as cooperativas.

Além disso, segundo Barton (2000), a compreensão e a aderência aos princípios são fatores tão importantes para o sucesso do negócio cooperativo quanto as questões gerenciais, que também estão presentes nos outros tipos de organização.

De fato, os princípios cooperativos, que impregnaram a experiência dos pioneiros de Rochdale, foram assumidos pela ACI desde a sua fundação em 1895 (BOOK 1993). Sob a égide desta, passaram pelo crivo de diversos processos de reapreciação e de reformulação, destinados a testarem a sua perenidade e a garantirem a sua eficácia.

Os princípios básicos do cooperativismo foram criados na Inglaterra pelos pioneiros de Rochdale, em 1844. As sucessivas reformulações realizadas pela ACI ocorreram em 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester - UK), com o objetivo de adaptar à realidade da economia mundial, sendo eles: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Gestão democrática e livre; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; e 7. Interesse pela comunidade.

Além da prática, outra fonte dos princípios foi às filosofias sobre as melhores maneiras de suprir as necessidades financeiras dos membros por meio da ação coletiva, e as teorias econômicas e sociais (MENDES, 2010). As cooperativas, mais do que qualquer outro modo de organização, tentaram combinar as teorias e os sistemas econômicos para desenhar um novo tipo de empreendimento (ACI, 2019a).

Conforme já ressaltado, os princípios de Rochdale se tornaram a base do cooperativismo moderno. Em 1921 os sete princípios citados primeiramente começaram a ser recomendados como critérios para filiação à ACI. Desde então, eles foram revisados e alterado três vezes (1937, 1966, 1995) com o intuito de modernizar o cooperativismo, manter sua relevância e adaptar o conceito do que pode ser classificado como cooperativa (MENDES, 2010).

Em 1937, os três últimos princípios (neutralidade política e religiosa; vendas à vista e promoção da educação) perderam seu caráter obrigatório e passaram a ser apenas “métodos”. Tais mudanças estavam relacionadas ao contexto histórico da época, quando a Europa estava sofrendo com a grande influência do Estado e dos partidos políticos nas cooperativas.

Mudanças em 1966 foram feitas para adequar à nova realidade das cooperativas pós-guerra. As mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e o aparecimento de grandes multinacionais tiveram que crescer, tornando-se muito mais complexas (MENDES, 2010).

Desta forma, no Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte redação: 1) adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos cooperados pró rata das operações; 4) taxa limitada de juros ao capital social; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional. Nota-se por meio do princípio 5, assim, a volta da educação e a inserção da noção de cooperação entre cooperativas (MENDES, 2010).

A terceira e última revisão dos princípios iniciou-se em 1988 e foi implantada em 1995, em Manchester – UK. Tida como diferente das anteriores, esta revisão procurou ser mais profunda na questão da identidade das cooperativas. O crescimento das cooperativas em tamanho e complexidade e a busca por uma eficiência econômico-administrativa no mercado cada vez mais competitivo fez com que valores básicos do cooperativismo fossem sendo substituídos. A nova redação dos princípios cooperativistas, aprovada pela ACI, preocupou-se em dar uma definição formal e internacional do que é uma cooperativa.

Desta forma, a definição de 1995, foi a última atualização, e na qual esta pesquisa está baseada, a ACI (2019b) define sete princípios como sendo os originais de Rochdale apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Definição dos sete princípios de Rochdale (ACI, 2019b)

Princípios	Definição
1 - Adesão livre e voluntária:	Sociedades cooperativas são organizações voluntárias de livre adesão, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e, como membros, assumem as responsabilidades, sem discriminações de sexo, raça, classe social, religião e políticas. O cooperado é aceito se preencher as condições estabelecidas no estatuto e só pode ser demitido por vontade própria ou por infração legal/estatuária;
2 - Controle democrático, um sócio, um voto:	As sociedades cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que na formulação das políticas e na tomada de decisões, participam ativamente. Nas cooperativas singulares todos

	os membros têm direito igual de voto (um membro, um voto); as federações (conjunto de três cooperativas) e confederações (conjunto de três federações) também são organizadas de maneira democrática;
3 - Participação econômica dos sócios:	Os membros contribuem equitativamente para a formação do capital das suas cooperativas, o qual é controlado democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem frequentemente o resultado da cooperativa, que pode ser denominado excedente ou sobras limitadas ao capital integralizado como condição de adesão. Normalmente os excedentes são destinados a um dos seguintes objetivos: o desenvolvimento da cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, sendo que uma parte destas será indivisível; benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
4 - Autonomia e independência;	As sociedades cooperativas são organizações autônomas, de mútua ajuda, controladas por seus membros. Se a estas se fizer necessário firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, e mesmo recorrerem à capital externo, devem fazer de maneira que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a sua autonomia;
5 - Educação, treinamento e informação:	As sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de maneira que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informando o público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação; (grifo nosso)
6 - Cooperação entre cooperativas:	As sociedades cooperativas servem de forma eficaz os membros e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
7 - Preocupação com a comunidade:	As sociedades cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Elaborada pela autora com base em ACI (2019b).

Os princípios da Aliança Cooperativa Internacional norteiam as leis cooperativistas de cada país, que podem ou não alterá-los. No Brasil, como será exposto posteriormente, as leis contemplam todos os princípios cooperativistas pregados pela ACI.

Segundo Alves (2003), os princípios do cooperativismo, uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país por meio do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade da renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

Desta forma, os princípios cooperativistas são a base do cooperativismo. São eles que estabelecem as regras de conduta das cooperativas e transformam os valores de liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade em práticas. Compreendê-los e segui-los é fundamental para o desenvolvimento das cooperativas (MENDES, 2010).

Está aí a necessidade das cooperativas em promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação

Apenas a título de exemplo, tomando a situação do cooperado, se ele não tiver uma noção suficientemente clara a respeito de sua entidade e for pouco ativo na vida da cooperativa, ao menor sinal de adversidade, ele a abandonará

O ideal, aliás, é que haja programas de formação que considerem o perfil dos diferentes atores internos. No caso dos cooperados, é indispensável que a assunção de cargos eletivos na cooperativa seja antecedida de uma passagem por um bem estruturado mecanismo de preparação para o mundo cooperativo (MENDES, 2010).

Os valores e os princípios do cooperativismo, estão em sintonia com o que se quer como norteadores de vida para os cooperados. Por isso, não se deve economizar em ações que coloquem em prática esta diretriz. Educar, formar e informar é fundamental, pois quanto mais cooperativa for a nação, mais próspera e justa ela será (OCB,2019).

O princípio relaciona-se imediatamente com os valores da transparência e da responsabilidade, esclarecido, no entanto, que os programas/conteúdos que o levam à prática têm de ocupar-se de todos os valores.

É nesse contexto que se insere a educação cooperativista.

2.1.3 Legislação Cooperativista no Brasil

A evolução das leis cooperativistas no Direito Brasileiro teve sequência quando o governo do País começou a demonstrar interesse pela organização de cooperativas e outras formas de associativismo.

Em decorrência, editou o Decreto n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, facultando a criação de sindicatos para a defesa dos profissionais da agricultura e da indústria.

No artigo 10, do mencionado decreto, era possibilitada a constituição de caixas de crédito e de cooperativas de produção e de consumo (GONÇALVES, 2005).

Em 1907, através do Decreto n.º 1.637, foi dado início ao tratamento legislativo das sociedades cooperativas, sem as efetivas precisões ideológicas e doutrinárias. Estas cooperativas passaram a cercar-se de maior consistência através da promulgação do Decreto n.º 22.239/1932.

Na sequência, o decreto-lei n.º 59/1966 define a Política Nacional de Cooperativismo e modifica as legislações anteriores, sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto n.º 60.597/1967, o qual institucionaliza a criação do conselho Nacional de Cooperativismo.

A Lei n.º 5.764/71 determina, para a constituição e funcionamento de uma cooperativa, a existência dos seguintes órgãos sociais:

- a) assembleia Geral dos Cooperados;
- b) conselho Fiscal;
- c) diretoria ou conselho de administração.

Decorrido o período de quatro anos, depois de discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, foi promulgada a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a finalidade de definir a Política Nacional de Cooperativismo (OCB, 2019).

Instituiu o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, juntamente com a oficialização do acompanhamento estatal sob a interveniência de órgãos criados e intitulados para a coordenação e tutelação do Sistema Cooperativo, com vigência até a nova Constituição Nacional, promulgada em 5 de outubro de 1988.

A partir de então, as sociedades cooperativas, juntamente com os órgãos próprios de representação, confederações, federações e centrais, passam a constituir efetivamente o Sistema Cooperativo Brasileiro, já sem a tutela governamental, assumindo a própria autodeterminação por meio de um processo que significa autogestão. A cooperativa é, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas (projeto social) e uma empresa econômica (projeto econômico).

Por isso se diz que ela tem dupla natureza sendo considerada uma das formas mais avançadas de organização social. O projeto social deve estimular a ação solidária e a ajuda mútua reunindo pessoas que têm objetivos, interesses, problemas e necessidades comuns. Nessa associação, todos os cooperados têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, definidos em seu estatuto (GONÇALVES, 2005).

Já, seu lado empresa, exige, cada vez mais, organização e qualidade, buscando a modernização constante para manter a competitividade, a produtividade, a excelência e resultados. A Lei Cooperativistas n.º 5.764 de 16/12/71, assim define a cooperativas, segundo Maia (1985) " É uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos cooperados".

Entretanto, só quando existe a cooperação entre os cooperados, na busca de solução para problemas por eles identificados, é que surge e se justifica a cooperativa como empresa. A Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, diz em seu Artigo 5 - item XVIII: "A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Isto representa maior liberdade às cooperativas, o que é positivo.

Entretanto, delega ao cooperativismo uma enorme responsabilidade em relação ao seu futuro, o que, por consequência demanda maior organização interna. Ora, se a cooperativa é dos cooperados, cabe a eles traçar as políticas desta empresa, definir as diretrizes, tomar as decisões e manter permanente controle da mesma, para que ela seja efetivamente uma empresa autogestionada.

Após relatar a evolução do cooperativismo, a próxima seção irá retratar a Educação Cooperativista, seu conceito e evolução histórica.

2.2 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: EMBASAMENTO TEÓRICO

As sociedades cooperativas e suas formas particulares de organização econômica, ao longo do tempo, enfrentaram desafios a sua sobrevivência. Alguns desses problemas foram de ordem estrutural como a falta de discernimento sobre a doutrina cooperativista e o seu conhecimento sobre o que pode interferir no seu desempenho econômico e social. Autores como Pinho (1966), Frantz (2001) e Amodeo (2008), se atentaram em propor soluções para esse problema, com o uso de medidas administrativas e gerenciais que provocam alterações da doutrina cooperativista, ou até mesmo o fato do cooperado não conhecer os princípios de uma cooperativa.

Esta parte do estudo foi desenvolvido com a premissa de que sem uma educação baseada na doutrina do cooperativismo e, com ela, a participação dos cooperados, não haverá permanência dos cooperados na cooperativa. Esta seção discorrerá sobre estes temas.

2.3 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

A educação acontece nos espaços da vida humana, em todas as suas dimensões, com todos os seus sentidos. Confunde-se, portanto, com a própria experiência humana de querer conhecer a si mesmo e ao mundo que habita. A preocupação do homem com o seu mundo, com as diferentes dimensões de sua vida está presente desde os tempos mais antigos.

A educação é um processo que se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais, as quais ocorrem nos mais diferentes espaços da vida humana: no trabalho, nos grupos sociais, nos movimentos sociais, na família, na escola, na igreja, no partido político, no sindicato e na cooperativa (FRANTZ 2008). É um fenômeno que contém aspectos técnicos, políticos e culturais. As características cognitivas das práticas, técnicas, econômicas ou políticas, inerentes à complexidade do fenômeno social da cooperação, contribuem para o processo educativo em organizações cooperativas.

De acordo com Libâneo (1998, p. 18):

[...] um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação. [...] as transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades.

Libâneo (1998, p. 22), define a educação como sendo:

[...] o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Entende ele a educação como uma prática social “que atua na configuração da existência humana individual e grupal” (op Cit, p. 22). Como tal contém intenções, interesses, e se produz nas relações dessas intencionalidades “enraizada no contexto geral da sociedade” [...] tendo “como agentes múltiplas instituições e práticas”. Para o autor:

[...] a educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que os conteúdos dessa mediação são os saberes e modos de ação. É esta ideia-força que explica as várias educações, suas modalidades e instituições (LIBÂNEO, 1998, p. 24).

Se a educação pode ser entendida como processos comunicacionais e de interações em uma sociedade, então as organizações cooperativas constituem-se em campos de educação fundada no sentido da organização e na atuação de seus cooperados (FRANTZ, 2008).

Uma organização cooperativa se caracteriza, em termos sucintos, por dois polos: um associativo e outro instrumental, isto é, empresarial. Como tal, uma cooperativa é uma ação política, organizada pelo entrelaçamento desses polos. “A percepção desse conceito e de sua implicação prática para o funcionamento de uma cooperativa deve ser um dos conteúdos básicos para programas de educação para a cooperação” (FRANTZ, 2002).

Em razão da natureza da organização cooperativa – associação e empresa – a educação, como formadora e qualificadora de seus integrantes, se constitui em um dos aspectos fundantes de sua estrutura de poder, de seu controle político, de sua

gestão. Por isso, comunicação e educação, em organizações cooperativas, não devem envolver apenas os cooperados, mas também aqueles que venham somar-se a elas pelo seu trabalho, pelos serviços técnicos ou gerais, necessários ao empreendimento cooperativo.

A educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação, como um processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação, como processos sociais (op cit.).

No processo da educação é possível identificar práticas cooperativas e no processo da cooperação pode-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir (FRANTZ, 2002). Nesse processo de interlocução de saberes de cada cooperado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e potencializam-se, como práticas sociais específicas.

Assim, no diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa, como um processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação (op cit.).

Para compreender essa relação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, deve-se olhar e perguntar pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Deve-se perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a cooperação, de quem está envolvido no processo da educação. Deve-se compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo.

A possibilidade de poder contribuir para o desenvolvimento, para as mudanças e transformações da realidade, por meio da educação cooperativa, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações envolvidas, coloca o desafio de construir espaços de poder pelo entrelaçamento, pela integração das práticas de

educação e de cooperação, como processos sociais de afirmação e emancipação de seus sujeitos.

Libâneo (1998, p. 22) também define a educação como “uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal”. Acontece no espaço das relações sociais. No caso de uma organização cooperativa, essas relações têm como base os interesses, as necessidades de seus integrantes e os objetivos da associação. A educação na organização cooperativa atua na configuração dessa associação, levando-se em conta os interesses, as necessidades e os seus objetivos. Estes se fazem “força pedagógica” no processo da educação.

Nas organizações cooperativas produz-se educação, mas ela se faz cooperativa nas práticas da interação dos cooperados, seja pela ação discursiva da argumentação sobre o fazer, ou seja, pelo fazer. Ela se faz cooperativa na prática, nas relações dos cooperantes. A educação no espaço da organização cooperativa, a sua prática pedagógica, contém e revela a noção, a compreensão que se tem do que vem a ser uma cooperativa (FRANTZ, 2007).

Na definição do que vem a ser uma cooperativa, na economia de mercado, especialmente no caso de cooperativas agropecuárias, entram dois aspectos básicos que compõem o ponto de partida para a sua conceituação e sua diferenciação de outras iniciativas, como as empresas privadas ou estatais.

Desde a fundação das primeiras cooperativas até o início do século XXI, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos por estas organizações mesmo com algumas modificações introduzidas pelas Assembleias Internacionais da ACI de: 1934 (Londres), 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester – Congresso do Centenário da ACI) (PINHO, 2003).

Foi na última modificação dos princípios cooperativistas, ocorrido em 1995, em assembleia democraticamente realizada com a participação das cooperativas associadas à ACI do mundo todo, que o 5º princípio cooperativista ficou descrito sob o seguinte título: *Educação, Treinamento e Informação*. Este princípio passou a ter a seguinte redação, definida pela ACI (1995, s.p.):

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus cooperados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informem o público geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ACI –1995, s. p.).

Desse modo, amplia-se não só o significado, mas também o conteúdo da educação cooperativista, incluindo, além dos cooperados, os administradores, executivos e os empregados das cooperativas. A assembleia recomenda, ainda, que os benefícios do cooperativismo sejam difundidos ao público, em especial aos jovens e aos líderes das comunidades, onde as cooperativas estão presentes.

É nesse sentido que Valadares (2005, p. 33) define a educação cooperativista:

[...] como um processo e um método para formular e executar políticas de educação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática. Compreende o processo propriamente dito de preparação e adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária adotada pela cooperativa.

Dada a importância da educação cooperativista para essas organizações, e por se tratar de uma atividade específica – distinta das atividades econômicas que são próprias das cooperativas, o que pode impor dificuldades e complicações próprias, averigua-se aqui como ela é implementada e preocupam-se especialmente do caso das duas cooperativas agropecuárias foco desse estudo (MENDES, 2010).

A Educação Cooperativista deve colocar à disposição do movimento o instrumental cultural, científico e tecnológico criado pelo mundo moderno, respeitando o conhecimento e as experiências populares, a fim de obter um aumento significativo dos bens e serviços gerados pela ação da cooperativa.

A gestão de um empreendimento cooperativo depende de muitos fatores, dentre os quais o conhecimento e compreensão de todas as suas dimensões culturais, sociais, técnicas e econômicas. Afirma Souza (2000, p. 7) que “uma empresa autogestionária é mais que uma empresa, pois se assemelha a uma família, marcada por laços afetivos e também é uma organização social de orientação ideológica”, e, assim, compromete e responsabiliza reciprocamente seus integrantes. Certamente, na percepção desses fatores está um dos requisitos ou desafios maiores aos dirigentes e administradores de organizações cooperativas.

A prática educativa prepara para o mundo do trabalho e para a vida social”. Dessa percepção nasce a dimensão pedagógica da gestão em organizações cooperativas. A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos cooperados.

Por isso, no caso de uma cooperativa, pode-se falar de uma educação para a cooperação, porém, como um processo social, inerente a sua organização e funcionamento, como meio de gestão. Sendo a cooperativa um instrumento do trabalho, a educação para a cooperação afirma a importância do diálogo entre os cooperantes e a sua plena consciência sobre o caráter social, justo, transparente e solidário da organização (FRANTZ; SCHONARDIE; SCHNEIDER, 2017).

Desse modo, opõe-se ao sentido tradicional de educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência (MÉSZÁROS, 2005).

No cooperativismo brasileiro, as atividades de educação sempre foram valorizadas nas cooperativas, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, tais como: promoção da fidelidade cooperativa, qualificação da organização do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos associativos (FRANTZ, 1980).

Essa valorização das atividades educativas se dá, especialmente, junto às iniciativas de economia solidária. Segundo Souza (2000, p. 7), essas iniciativas “ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas. ” Na afirmação e construção desses processos sociais dá-se ênfase às práticas educativas, voltadas à cultura de valores e comportamentos de cooperação.

Esse quadro de iniciativas, entretanto, exige novas aprendizagens de forma lenta e constante. Escreve Gohn (1999, p. 92): “Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos”.

Os elementos acima descritos, do processo educativo, podem e devem contribuir para reforçar a autoestima dos cooperados.

Assim, o verdadeiro processo da cooperação cooperativa exige cooperados que sejam os efetivos protagonistas das ações e dos empreendimentos cooperativos, ou seja, que os dirijam de forma autônoma, democrática, solidária e participativa.

Segundo Frantz; Schonardie e Schneider (2017) o agente cooperativista é convidado para construir um empreendimento que esteja sob sua condução e responsabilidade, e não a serviço de terceiros, que passariam a assumir a condição

de seus donos, os seus patrões, os que pensam, dirigem e planejam em seu lugar e que se apropriam dos resultados.

O cooperado cooperativo, como dono e usuário do empreendimento mantido por ele, em ação solidária com outros cooperados, quer ser seu próprio patrão, quer assumir a audácia de suas próprias iniciativas e riscos, mas com competência individual e coletiva.

2.3.1 A Importância da Educação Cooperativa

A educação é de fundamental importância para o desempenho da cooperativa e o desenvolvimento do cooperativismo. A compreensão da relação desses conceitos, educação e cooperação, possibilita o aperfeiçoamento organizacional e institucional das práticas cooperativas, que hoje tanto se busca na luta pela competitividade (FRANTZ; SCHONARDIE, 2007).

A educação cooperativista é reconhecida como um dos pilares do desenvolvimento cooperativo, formando parte tanto dos princípios como das necessidades específicas das organizações cooperativas. Pinho (2003, p. 3) é um dos autores que considera a educação cooperativista como uma importante ferramenta para a consolidação do sistema cooperativo:

Diz-se, em direito, que as cláusulas pétreas do direito constitucional não podem ser mudadas porque representam os pilares básicos de sustentação das garantias individuais e da própria estabilidade de uma nação. Por isso, são convertidas em pedras e sua imutabilidade é garantida nas Constituições dos Estados modernos. Metaforicamente, pode-se afirmar que a educação dos cooperados, ou educação cooperativa, é importante cláusula pétrea do sistema cooperativo internacional.

Tendo em vista tratar-se de um dos princípios do cooperativismo, Santos (2000) ressalta ser a educação cooperativista um importante instrumento para promover o desenvolvimento das cooperativas. Nesta direção acentua que, na medida em que os cooperados, dirigentes e todos os envolvidos direta ou indiretamente na cooperativa começarem a ter uma melhor compreensão do que é e o que pode o cooperativismo, terá a oportunidade de vivenciar com mais autenticidade o seu papel e cumprir eficientemente suas responsabilidades, ou seja, atuando verdadeiramente na vida de suas cooperativas e, conseqüentemente, comprometidos com sua gestão.

Hendges e Schneider (2006) acrescentam que a educação cooperativa significa também conhecimento. Desse modo, para que um sócio inicie sua participação em uma cooperativa e passe a integrar seu quadro social, precisa fundamentalmente identificar e compreender os valores, regras e princípios que norteiam o movimento cooperativo, para que obtenha também um maior entendimento sobre o empreendimento econômico do qual irá fazer parte.

Por isso ressaltam a importância de os cooperados ingressarem na cooperativa já conhecendo de antemão sua estrutura e os princípios que orientam seu funcionamento.

A expectativa é de que a partir do conhecimento de sua organização, os cooperados possam a entender melhor a realidade que os circunda, passando a ser promotores do seu próprio desenvolvimento e agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades. Nesta direção, Frantz (2003, p. 2-3) ressalta:

Quanto mais se compreende os fenômenos e os acontecimentos em todos os espaços da vida, mais possibilidades de organização e ação se apresentam diante de suas dificuldades ou interesses. Entre o conhecimento e a ação dos homens existe uma estreita relação. Dessa relação nasce o poder de ação. Pela organização cooperativa, busca-se poder de ação. Portanto, faz sentido aprofundar o conhecimento teórico sobre o que é e como funciona uma cooperativa. O exercício do poder cooperativo depende dessa compreensão, depende de conhecimento.

Nessa perspectiva, Freire (1997) afirma que o homem é consciente e na medida em que conhece e compreende, tende a se comprometer com a própria realidade. Albuquerque (2003), ao fazer referência ao projeto político-pedagógico, assinala que este deve cumprir a missão de identificar quais são as finalidades sociais a serem reforçadas, para que garanta de fato a construção de dignidades e, ao mesmo tempo, de indivíduos mais autônomos.

Assim, os projetos político-pedagógicos cooperativos devem ser entendidos como espaços de construção coletiva dos conhecimentos que se encontram tanto disponibilizados pela cultura de uma sociedade como existentes no grupo. Estes projetos educacionais clamam por um agir cooperativo no seu sentido mais amplo, que possibilite a passagem de uma cultura pautada na desconfiança para uma cultura que tenha como prioridade, necessariamente, a confiança e a cooperação.

Dessa maneira, a respeito desta questão, Fauquet (1981) analisa que, para o movimento cooperativo, o perigo seria a falta de conhecimento de suas próprias

características, especialmente se restringir somente aos seus aspectos econômicos. Assim, as condutas práticas nos negócios cooperativos, que visualizem somente um ser econômico em detrimento de uma pessoa, ou seja, um ser moral e social compromete inevitavelmente, por um lado, a disseminação do espírito da cooperação e por outro lado, a sua prosperidade material.

Nesse íterim, Jakobsen (1996) explica que educação cooperativista deve cumprir basicamente dois propósitos: a) socializar os membros no entendimento da lógica e dinâmica da organização de uma cooperativa e do seu papel como cooperado e b) equipá-los com ferramentas suficientes que os habilitem a pensar novas soluções segundo a lógica geral dos princípios e valores cooperativos, diante das crises e das necessidades de mudança e inovação.

Neste último item englobam-se tanto técnicas de gestão e produção como conhecimentos específicos das mais variadas espécies, que melhorem o desempenho, tanto do produtor quanto da cooperativa.

É nesse contexto que se verificam constantes manifestações dos próprios representantes das cooperativas sobre a necessidade de promover um processo contínuo de aprendizagem nessas organizações e, por conseguinte, de difundir entre os indivíduos envolvidos, direta ou até mesmo indiretamente, o conhecimento sobre sua natureza específica.

Para tanto, enfatiza-se a importância de recorrer ao quinto princípio cooperativista, “educação, formação e informação”, no intuito de atender aos imperativos particulares de tais processos de aprendizagem nessas organizações. Observa-se, desta maneira, a existência de um tipo de educação voltada exclusivamente para as cooperativas, em atendimento às demandas específicas que elas apresentam.

Dessa maneira, tendo em vista essa discussão, Hendges e Schneider (2006) afirmam que a educação cooperativista deve ser entendida como:

Todas as atividades que despertam o interesse comprometido dos sócios. Esta atitude por si só já é um caminho para alcançar a educação. A dificuldade reside em saber despertar o interesse dos sócios para comprometer-se, uma vez que de uma maneira geral as pessoas querem resultados imediatos, e a imediatidade não faz parte da educação cooperativista. Ao contrário, educação cooperativista é um processo que dura por toda a vida, é inesgotável, devendo ser cuidado, revisado, experimentado, degustado, isento de qualquer tipo de discriminação quanto a gênero, idade, profissão, raça etc. Nada impede sua evolução, não havendo nenhum entrave que o impeça de seguir seu percurso e para tanto deve existir sempre o

animus cooperando para tal. Enquanto estivermos vivos, temos oportunidade de nos educarmos (p. 39).

Garzón (1978), citado por Schneider (2003, p. 36), chega a evidenciar a importância de “formar cooperadores antes de criar cooperativas”, por acreditar que é exatamente a in experiência nos negócios, devido ao desconhecimento dos princípios, valores, normas e especialmente dos fins do cooperativismo, por parte dos indivíduos envolvidos diretamente no empreendimento cooperativo, um dos maiores obstáculos para criar uma simples cooperativa de base, quanto mais o desenvolvimento do “setor cooperativo”.

É preciso levar em consideração, dessa forma, que a educação cooperativista se traduz em um processo de aprendizagem contínua e persistente, a ser promovido pelas organizações cooperativas, capaz de dar subsídios para o enfrentamento das contradições internas e externas que porventura se apresentem a estas organizações. Questão essa aprofundada por Schneider (2003, p. 14), ao salientar que:

Não se consegue mudar uma situação de concorrência para ajuda mútua de uma hora para outra. Desencadeia-se um processo cujo resultado só se obtém em longo prazo. Por isso, também, deve enfatizar-se na educação cooperativista seu caráter de educação permanente. Educar para solidariedade e a ajuda mútua tende a ser uma tarefa precípua das cooperativas. Daí a importância de os dirigentes das cooperativas serem sensíveis a esta realidade, investirem na educação dos seus cooperados e colaboradores.

Para tanto, é preciso levar em consideração sua dupla natureza ao realizar os processos de aprendizagem nestes empreendimentos. Como se trata de uma organização que possui duas dimensões complementares, de uma associação e de um empreendimento econômico de gestão coletiva e democrática, apregoa-se que as propostas de capacitação dirigidas às cooperativas precisam inevitavelmente contemplar essas duas dimensões referidas.

Schneider (2003) enfatiza que a educação cooperativista é um mecanismo indispensável para garantir a sobrevivência das cooperativas, reforçando que, sem essas atividades de cunho educacional, as cooperativas podem correr o risco de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico vigente, em que há predominância da concorrência e do conflito.

De acordo com o mesmo autor, existem estreitos vínculos entre cooperativismo e educação, pois é exatamente pelos processos educativos que se dá a transmissão

das ideias, valores, dos princípios e das atitudes que são norteadoras do cooperativismo. Nessa mesma linha de pensamento, Frantz (2001) considera a educação e a cooperação duas práticas sociais, sendo que em determinados aspectos uma contém a outra, ou seja, tanto no processo de educação é possível verificar práticas cooperativas, como o inverso também pode ser observado, pois os processos cooperativos educam. É cooperando que se aprende a cooperar.

2.4 A EDUCAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO

O cooperativismo é uma prática social histórica, que institui um lugar de aprendizagem, um lugar da educação. A sua instituição se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento, ao seu progresso. Na interação dos cooperados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo como partícipes de um projeto comum, produzem eles as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências (FRANTZ, 2001).

A educação é um processo cooperativo, desde que seja um processo voltado à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes (FRANTZ, 2001).

Nas organizações cooperativas, produz-se educação, mas ela se faz cooperativa na prática, as relações dos cooperantes. A educação, no espaço da organização cooperativa, a sua prática pedagógica, contém e revela a noção, a compreensão que se tem do que vem a ser uma cooperativa (FRANTZ, 2001).

Ao escolher o público da educação cooperativista se enfatiza que, em primeiro lugar, devem vir os cooperados, que por meio da utilização de metodologias adequadas de educação de adultos, jovens e crianças devem ser participativos nas discussões, núcleos regionais, trabalhos de grupos, que lhes permitam atuar de maneira mais incisiva na vida de suas cooperativas.

É preciso capacitar a própria comunidade em geral, de onde advém o candidato potencial a cooperado (a), que também deve ser alvo da educação cooperativista (SCHNEIDER, 1999).

A educação pode ser atendida como uma ação cooperativa. Isso significa dizer que, vista a aprendizagem como um processo cooperativo de descoberta do conhecimento, este só ocorre como resultado de uma socialização, uma construção coletiva.

Os pioneiros de Rochdale, já nos seus primeiros estatutos (1844,1845), demonstravam claramente a preocupação com a formação do cooperado por meio de uma educação voltada a potencializar uma adesão à doutrina cooperativa. Para esses pioneiros, sem uma devida compreensão por parte do cooperado das regras que norteiam o sentido de ser da cooperativa, este não tem condições de voluntariamente aderir à proposta. Esta preocupação com a formação do trabalhador em cooperativa representa um diferencial da proposta dos pioneiros.

É o que ratifica Schneider (2007, p. 10) quando afirma que a educação cooperativa é considerada a “regra de ouro” da proposta cooperativa em decorrência de sua importância para a efetividade da proposta, e é a partir dela que se dá a possibilidade da compreensão dos outros princípios. Segundo o autor, foi a partir da realização do Congresso da ACI, realizado em 1995, que o termo “educação cooperativa” abrange um universo maior de ação voltada para a construção do trabalhador em cooperativa, indo além o sentido de conhecimentos gerais e de forma específica aspectos relacionados com o movimento cooperativo. Schneider (2007, p. 10) considera que, atualmente, o princípio nos deixa bem claro que:

[...] a tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros. Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, por se de cunho social e cultural, também requer um alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes. A estes cabe emitir um diagnóstico sobre suas deficiências e conquistas, bem como a consecução de objetos e meios que consolidem um movimento cooperativo unitário (MUÑOZ, 1996). [...] Educação significa também conhecimento, para que um sócio ingresse em uma cooperativa que possui como característica a adesão voluntária. Faz-se necessário que conheça os valores e os princípios e regras que norteiam o movimento cooperativo e a empresa da qual as pessoas irão fazer parte. A ignorância em relação ao processo cooperativo com todas as suas expressões e ramificações, implica numa experiência amarga, correndo o risco de ser transmitida erroneamente a possíveis interessados e deixando de tal forma uma imagem negativa sobre a estrutura das cooperativas.

A educação cooperativa representa o elemento que potencializa dois fatores essenciais de configuração de um empreendimento que se propõe a ser cooperativo. Primeiro, a diferenciação entre a gestão do empreendimento cooperativo e a

continuidade da racionalidade exclusivamente instrumental, possibilitando, assim, referências de construção de um ambiente, ou cultura, voltado à prática cooperativa. Segundo, a construção da identificação do cooperado com os princípios e valores cooperativos, representando o que Schneider (2003) denomina de a passagem do “comportamento do agente da cooperação” atuando na forma proativa de agir deste junto à cooperativa.

O autor destaca que a tarefa de educação cooperativa consiste também em compreender que, no contexto social com base capitalista, a tarefa de potencializar o “comportamento do agente da cooperação” necessita de uma ação continuada, sendo que a passagem de uma forma de atuar deste “agente”, dentro da lógica capitalista, para a lógica cooperativa não ocorre a partir de uma educação fragmentada ou bancária.

Para Schneider (2003), a educação deve promover a reflexão, a discussão e a ação dos envolvidos de forma gradual e contínua para despertar neles o interesse pela participação e, assim transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento. Nesta mesma linha de pensamento Frantz e Schonardie (2007) defendem que além da transmissão dos conhecimentos técnicos e científicos é preciso que a educação seja uma prática solidária e social respaldada, portanto, na comunicação e na participação. Ferreira e Presno Amodeo (2008) compartilham dessa ideia e corroboram que a fidelidade, a confiança e o comprometimento dos cooperados que se dá por meio da comunicação entre eles.

As autoras salientam ainda que a compreensão efetiva das relações entre cooperado e cooperativa é importante principalmente devido ao fato de eles exercerem diferentes papéis simultaneamente: dono, usuários e investidores, o que implica em responsabilidades e recompensas distintas.

Além de tudo isso, Mógliá *et al.* (2004) ressaltam que a educação é uma das formas para estimular a fidelidade, a reciprocidade e a participação dos cooperados nas atividades da cooperativa, como pode-se constatar nesta passagem:

O objetivo para se estimular a fidelidade e a reciprocidade é assegurar o envolvimento dos cooperados na cooperativa, com a participação efetiva para agregar valores a cadeia produtiva, sendo necessário para isso incrementar [...] produtos e serviços dando aos cooperados incentivos diferenciados. Esse problema pode ser resolvido também pela educação: a resposta está relacionada basicamente a atividades educacionais completas, como parte normal do financiamento de qualquer cooperativa – grande, média ou pequena (MOGLIA *et al.* 2004, p. 4)

É neste sentido que Lago (2008) afirma que a falta de educação cooperativista é a principal origem dos problemas de infidelidade e oportunismo do cooperativismo. Desencadeando resultados negativos, ao endividamento, e prejudicando a capitalização e até a sustentabilidade da cooperativa.

2.5 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO RAMO AGROPECUÁRIO

Como admite Frantz (2001), a educação se traduz em um processo cooperativo, desde que este processo seja essencialmente voltado à emancipação humana e também um processo interativo e democrático, em que os sujeitos, por meio da ação comunicativa, podem se tornar donos do próprio destino e construtores da sua própria história. Assim, Schneider (2003) destaca que a educação cooperativista precisa agir no sentido de mudar o comportamento do agente da cooperação, visando a transformar o perfil do cooperado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de cooperado bem informado, solidário, motivado e participativo.

No caso dos produtores agropecuários, as cooperativas tradicionalmente têm se apresentado como organizações rurais de importância para lhes fornecer os insumos, viabilizar a venda e/ou, a agregação de valor aos seus produtos e promover o desenvolvimento local, muitas das vezes também representando seus interesses ante as instâncias de governo. Dadas as características de vida no meio rural, a dimensão associativa das cooperativas é muito relevante, o que confere a estas organizações um papel de destaque.

Neste sentido, para Sousa (2011), a educação cooperativista cumpre o papel de atuar simultaneamente em ambas as formas de gestão, efetivando processos permanentes de capacitação que sustentem e promovam uma adequada gestão cooperativa. Assim, a realização de um bom trabalho de educação cooperativista poderá conduzir à solução de outros problemas decorrentes na gestão dessas organizações.

Muitas vezes, no entanto, as atividades de educação cooperativista não são, necessariamente, consideradas em toda sua relevância no desenvolvimento da gestão cooperativa, podendo, dessa forma, tanto esvaziar o seu conteúdo quanto limitar não só a sua possibilidade de alcançar os seus objetivos e cumprir a sua missão, como a sua própria potencialidade competitiva.

Para comprovar tal tese, os estudos conduzidos por Milagres, Amodeo e Sousa (2009) e Reis *et al.* (2009) em cooperativas agropecuárias diagnosticaram que a educação cooperativista é insuficientemente desenvolvida. Nas pesquisas mencionadas, apontaram-se também as deficiências relacionadas com a gestão social, o que se traduz em índices cada vez mais baixos de participação e envolvimento dos cooperados na vida de suas cooperativas, e, conseqüentemente, a falta de fidelização aparece como um dos principais problemas assinalados pelos interlocutores das cooperativas.

Esta fidelização é reconhecidamente importante para todo tipo de organização econômica e, conseqüentemente, também para as cooperativas. Evitar comportamentos oportunistas dos que só se relacionam quando for de seu interesse, sem continuidade nas transações, não é o que as organizações procuram como modelo de relacionamento com seus parceiros (sejam sócios ou clientes).

Assim, manter os cooperados informados e participativos é de fundamental importância para o desenvolvimento das organizações; nesse sentido, a educação cooperativa tem um importante papel nesta fidelização dos cooperados como donos e clientes das cooperativas.

Milagres, Amodeo e Sousa (2009) e Reis *et al.* (2009) apresentam e resumem as deficientes práticas da educação cooperativista e seus efeitos na gestão social e empresarial, avaliados como um dos maiores gargalos enfrentados pelas cooperativas.

Diante do exposto, a educação cooperativista, possibilita o aprimoramento da educação aos cooperados, permite contribuir satisfatoriamente para o alcance da competitividade na Cooperativa Agroindustrial C. Vale, objeto de estudo dessa pesquisa. Dentro deste panorama, alguns autores, como Jakobsen (1996), Valadares (2005) e Amodeo (2006) acentuam que a capacitação passa a ser fator decisivo no desenvolvimento das cooperativas, pois impulsiona as relações entre os cooperados, assim como proporciona uma maior ampliação da capacidade de gestão.

No caso dos produtores agropecuários, as cooperativas tradicionalmente têm se apresentado com organizações rurais de importância para lhe fornecer os insumos, viabilizar a venda e, a agregação de valor aos seus produtos e promover o desenvolvimento local, muitas das vezes também representando seus interesses ante as instâncias do governo. Dadas as características de vida no meio rural, a dimensão

associativa das cooperativas é relevante em nosso país, o que confere a estas organizações um papel de destaque.

Esse capítulo teve por objetivo sumarizar a temática da educação cooperativista, sua importância para a manutenção e a sobrevivência das cooperativas desse ramo bem como para o sistema cooperativista em geral. A construção dos parágrafos acima foram fundamentais para a análise do problema de pesquisa que será discutido no capítulo seis desta dissertação.

No próximo capítulo será apresentada a contextualização histórica do cooperativismo brasileiro, segundo do paranaense e da microrregião Oeste do Paraná.

3 O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO SUA HISTÓRIA

A ideia de cooperação no Brasil existia desde as sociedades indígenas e também foram incentivadas durante a colonização portuguesa, principalmente pelos jesuítas. Durante a escravidão, no entanto, ela tinha participação discreta nas relações sociais e econômicas. Somente no final do século XIX a cultura da cooperação ressurgiu com força no país (PINHO, 2004).

Bialoskorski Neto e Ferreira Júnior (2004) afirmam que o cooperativismo agropecuário no Brasil apresenta importantes funções, tais como: a) a barganha por melhores preços; b) a possibilidade de agregar valor ao produto; c) o acesso a mercado, inclusive internacional; e d) a possibilidade de acesso e adoção de tecnologia.

Dessa forma, as cooperativas são importantes organizações de produtores rurais na agricultura em função das características de mercados do setor primário da economia, isto é, há mercados relativamente concentrados a montante e a jusante do produtor rural, e a organização do produtor é imprescindível para possibilitar uma melhor barganha por preços a montante, e a industrialização, o armazenamento, e o transporte das commodities agropecuárias a jusante (BIALOSKORSKI NETO; FERREIRA JÚNIOR, 2004. p. 1).

Além disso, as cooperativas possuem um desempenho diferente dos outros tipos de empresas, isso por terem uma arquitetura organizacional diferente, principalmente no que diz respeito a distribuição dos direitos de propriedade. Soma-se ainda o fato de que essas estruturas podem usufruir de vantagens no que se refere à coordenação dos sistemas agroindustriais (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Assim, o cooperativismo no Brasil teve início no final do século XIX. A primeira cooperativa que se tem registro é a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto – MG, fundada em 1889, e marca, portanto, o início do cooperativismo rochdaleano no Brasil (OCB, 2019).

Outras iniciativas marcam o período inicial do cooperativismo brasileiro, dentre as quais se pode citar a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, fundada em 1891 em Limeira, no estado de São Paulo, a Cooperativa Militar de Consumo fundada então no Distrito Federal, em 1894, e, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em 1897, em Campinas (SP). Vale destacar o

surgimento da primeira cooperativa Central, a Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil, fundada em 1911, no estado do Rio de Janeiro (MENDES, 2010).

Em termos de país, o cooperativismo agropecuário surgiu no meio rural, principalmente no sul do país, por meio dos imigrantes europeus e seus descendentes. O governo brasileiro pretendia, por meio desses imigrantes, ocupar e colonizar os grandes espaços vazios que existiam no interior do Rio Grande do Sul, otimizando, nesse processo, o aumento da produção de alimentos. Neste sentido, os imigrantes de origem alemã e italiana eram reconhecidos como especialistas (SINGER, 1973).

Contudo, ao se instalarem nas distantes áreas disponibilizadas para a colonização, as chamadas colônias, os imigrantes se depararam com regiões inóspitas, cobertas por densas florestas nativas povoadas por índios e distantes dos centros urbanos da época. Superadas as primeiras dificuldades, esses imigrantes desenvolveram um forte espírito comunitário, semelhante ao que tinham em seus países de origem.

Ou seja, no campo, desenvolveu-se uma forma distinta de organização da vida social (SINGER, 1973). O que predominava no interior das colônias gaúchas eram associações cooperativistas coloniais com forte apelo comunitário, restrito a pequenos grupos de produtores com a mesma origem étnica (WILLERS, 2015).

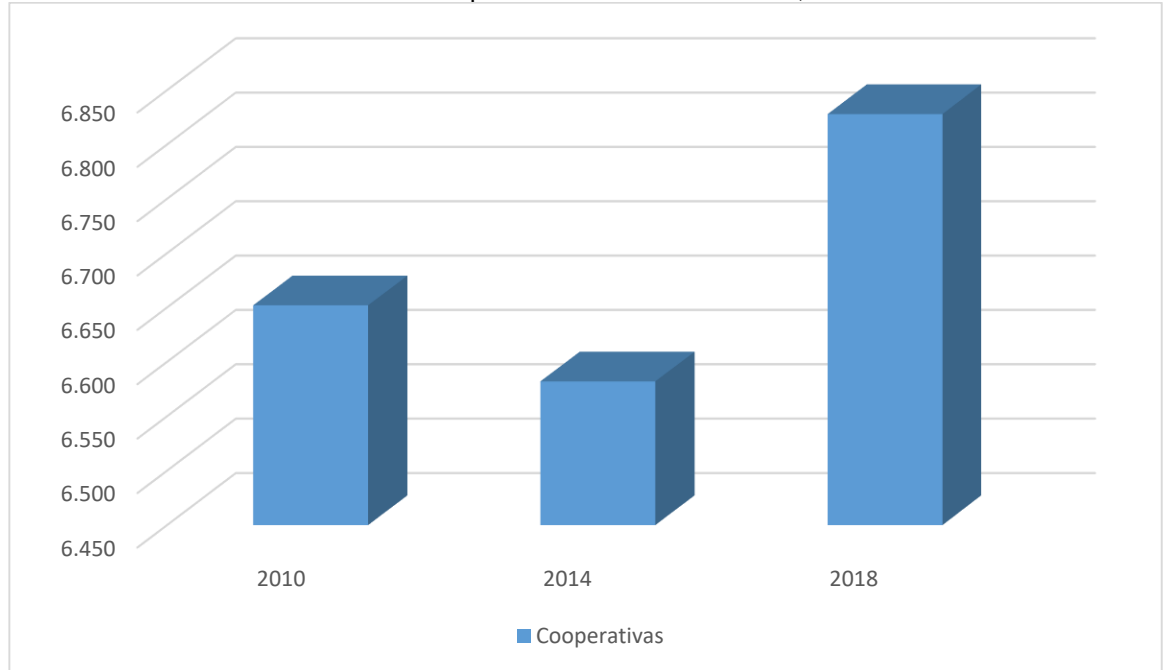
Após a estabilização monetária da economia, com o Plano Real em 1994, ocorreu maior crescimento do número de cooperativas no país, apesar de no início ela ter resultado na descapitalização das cooperativas. Contribuiu também para esse aumento o incentivo à terceirização das atividades públicas e privadas por meio de cooperativas, por meio de dispositivo legal (Silva et al, 2003).

O cooperativismo hoje é uma importante força para a economia do país. Segundo a OCB, em 2019, existiam 6.828 cooperativas ativas, congrega 14.6 milhões de cooperados e gerando 425,3 mil empregos. (OCB, 2019).

Além de gerar trabalho, emprego e renda, as cooperativas transformam a realidade de milhares de brasileiros, todos os dias. Só nos últimos oito anos, o número de pessoas que se uniram às cooperativas aumentou 62%. E a quantidade de empregos gerados aumentaram 43%.

No Gráfico 1 pode-se visualizar o aumento do número de cooperativas nos anos de 2010; 2014 e 2018.

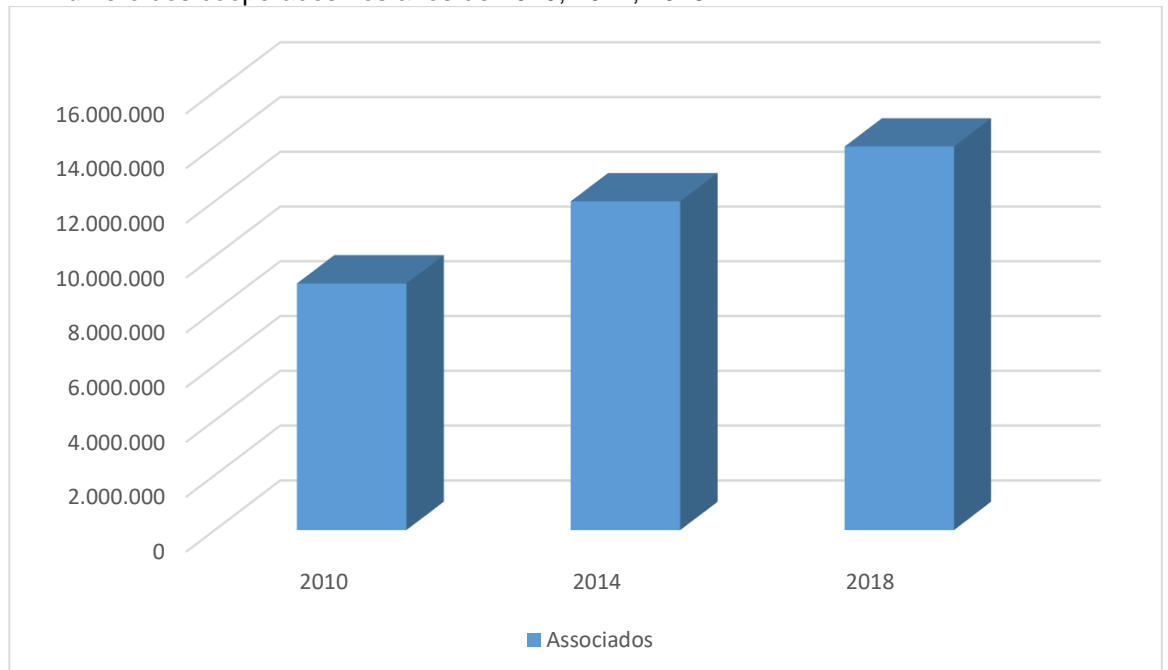
Gráfico 1 - Aumento do número de cooperativas nos anos de 2010; 2014 e 2018.



Fonte: Elaborada pela autora com base na OCB (2019).

E em seguida, no gráfico 2 tem-se o número dos cooperados nos anos que compunham essas cooperativas em 2010; 2014 e 2018.

Gráfico 2 - Número dos cooperados nos anos de 2010; 2014; 2018



Fonte: Elaborada pela autora com base na OCB (2019).

Dos 14,6 milhões de brasileiros engajados em alguma cooperativa, mais de 80% vivem no Sudeste (5,1 milhões) e no Sul (4,4 milhões). Alguns estudiosos

acreditam que a boa aceitação do cooperativismo entre a população dessas duas regiões tenha raízes na herança cultural dos imigrantes europeus, no século XIX, marcada pela tradição associativista como Schallenberger (2006) e Willers (2015) (OCEPAR, 2019).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu em todo território nacional, desde o início das primeiras cooperativas no país. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente das exportações e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados (GONÇALVES, 2001).

Os cinco estados que somam o maior número de cooperados agropecuários são, respectivamente: Rio Grande do Sul (320.635 mil); Paraná (170.793 mil); Minas Gerais (169.542 mil); São Paulo (136.708 mil); e Santa Catarina (71.480 mil) (OCB, 2019).

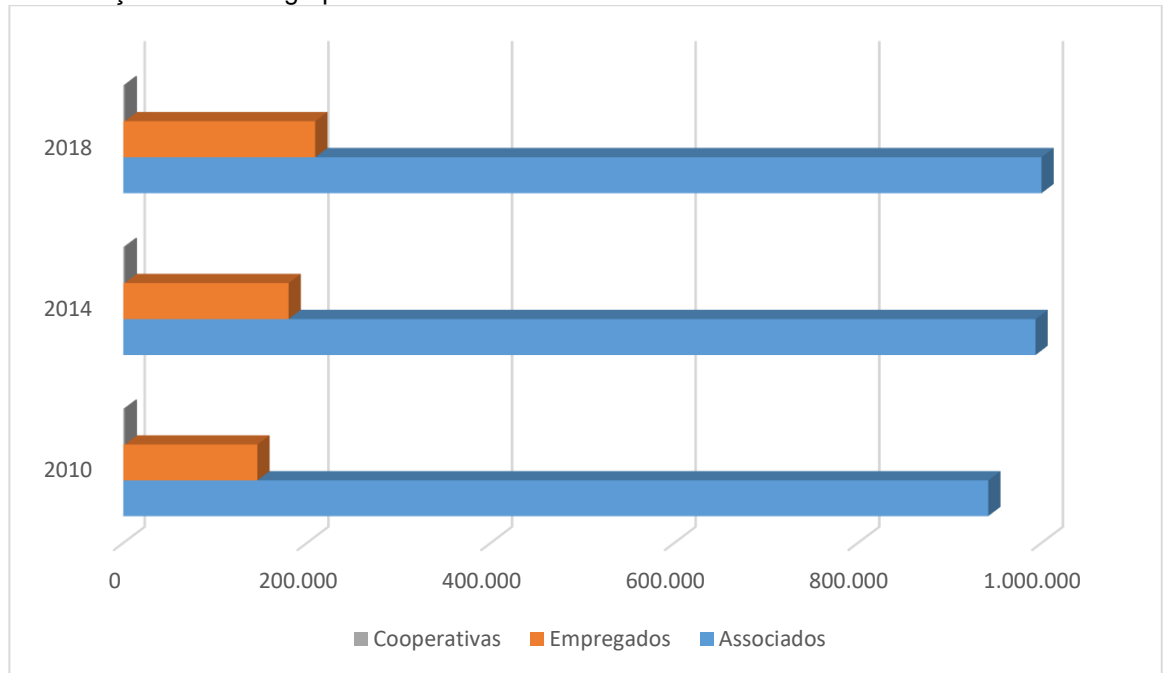
As cooperativas agropecuárias aperfeiçoam, presentemente, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro. No entanto, produzir é apenas uma das etapas do complexo cooperativo agropecuário. O produto colhido precisa ser transportado, armazenado, beneficiado, comercializado e industrializado, exigindo das cooperativas estrutura para tal e grande eficiência técnica gerencial, pois delas depende a remuneração dos produtores cooperados (GONÇALVES, 2001).

Com o Ramo agropecuário as cooperativas de produção agropecuária destinam-se, essencialmente, a prover, por meio da mutualidade, o fomento relacionado às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. São formadas por produtores agrícolas, pecuários, pescadores e/ou extrativistas.

Com modelos de negócios presentes em diversas cadeias produtivas de grãos, oleaginosas, fibras, carnes, lácteos e outras, são responsáveis pelas operações de fornecimento de insumos, classificação, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos de seus cooperados, gerando economia de escala nos processos de compra e venda, promovendo a agregação de valor à produção e uma atuação menos assimétrica e mais concorrencial no mercado. Se destacam também pela prestação de serviços de assistência técnica, transferência e fomento de tecnologias aos cooperados.

No gráfico 3 obtemos uma evolução no ramo Agropecuário pode-se observar, em números, a evolução das cooperativas agropecuárias no Brasil na última década, seus cooperados e a geração de empregos.

Gráfico 3 - Evolução no ramo agropecuário



Fonte: Elaborada pela autora com base na OCB (2019).

De acordo com o gráfico 3 é possível observar que o número de cooperados aumentou de forma modesta ao longo da última década. Contudo o número de empregados aumento em torno de 43% naquele mesmo período, resultado dos fortes investimentos e da ampliação da capacidade agroindustrial das cooperativas (OCB, 2019).

O gasto total com despesas de pessoal, em 2018, atingiu R\$ 4,53 bilhões. Ao cumprirem as suas obrigações fiscais e tributárias, a exemplo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda (IRPJ), assim como os demais tributos incidentes sobre as atividades econômicas (IPI, o ICMS, o PIS e a Cofins), as cooperativas contribuíram para a arrecadação tributária e para o financiamento da atividade estatal com um valor aproximado de R\$ 5,13 bilhões em 2018 (OCB, 2019).

Por meio do quadro 1 pode-se visualizar a distribuição, por grandes regiões e estados, das cooperativas agropecuárias, de seu quadro de cooperados e de empregados nos anos de 2017/2018.

Quadro 1 – Distribuição, por grandes regiões e estados, das cooperativas agropecuárias, cooperados e empregados nos anos de 2017/2018

Quadro 1 - Distribuição por grandes regiões e estados das cooperativas agropecuárias nos anos de 2017/2018

Regiões	Cooperativas			Cooperados			Empregados		
	2017	2018	Var.(%)	2017	2018	Var.(%)	2017	2018	Var.(%)
NORTE	420	458	9,0%	19.852	20.769	4,6%	1.560	2.130	36,5%
AC	47	51	8,5%	1.454	1.469	1,0%	251	216	-13,9%
AM	52	54	3,8%	2.553	2.442	-4,3%	70	70	0,0%
AP	58	62	6,9%	1.475	2.049	38,9%	15	1	-93,3%
PA	172	181	5,2%	5.182	8.838	61,8%	503	1.003	99,4%
RO	52	64	3,8%	3.715	3.126	-15,9%	101	103	2,0%
RR	24	47	95,8%	2.303	2.114	-8,2%	58	58	0,0%
TO	15	9	-40,0%	3.170	1.186	-62,6%	562	679	20,8%
SUDESTE	401	400	-0,2%	329.113	348.402	5,9%	32.269	32.329	0,2%
ES	37	36	-2,7%	29.637	32.519	9,7%	2.052	1.807	-11,9%
MG	198	193	-2,5%	159.762	169.724	6,2%	15.594	15.790	1,3%
RJ	33	33	0,0%	10.986	9.451	-14,0%	453	537	18,5%
SP	133	138	3,8%	128.728	136.708	6,2%	14.170	14.195	0,2%
NORDESTE	334	301	-9,9%	39.043	24.462	-37,3%	1.603	1.523	-5,0%
AL	33	16	-51,5%	5.864	640	-89,1%	53	1	-98,1%
BA	64	31	-51,6%	10.484	5.705	-45,6%	502	289	-42,4%
CE	35	36	2,9%	6.803	4.476	-34,2%	369	360	-2,4%
MA	31	32	3,2%	414	354	-14,5%	67	72	7,5%
PB	38	43	13,2%	2.563	3.032	18,3%	267	229	-14,2%
PE	52	55	5,8%	9.130	4.217	-53,8%	171	379	121,6%
PI	31	32	3,2%	2.348	2.086	-11,2%	158	162	2,5%
RN	37	43	16,2%	829	3.543	327,4%	12	27	125,0%
SE	13	13	0,0%	608	409	-32,7%	4	4	0,0%
SUL	252	236	-6,3%	563.712	562.908	0,1%	149.668	159.595	6,6%
PR	69	61	-11,6%	169.542	170.793	0,7%	76.532	82.421	7,7%
RS	130	128	-1,5%	322.500	320.635	-0,6%	33.440	36.591	9,4%
SC	53	47	-11,3%	71.670	71.480	-0,3%	39.696	40.583	2,2%
CENTRO-OESTE	211	218	3,3%	65.761	64.478	-2,0%	13.554	14.201	4,8%
DF	18	18	0,0%	647	709	9,6%	241	220	8,7%
GO	75	75	0,0%	31.764	32.828	3,3%	5.529	5.693	3,0%
MS	52	58	11,5%	21.621	21.108	-2,4%	5.134	5.312	3,5%
MT	66	67	1,5%	11.729	9.833	-16,2%	2.650	2.976	12,3%
TOTAL GERAL	1.618	1.613	-0,3%	1.017.481	1.021.019	0,3%	198.654	209.778	5,6%

Fonte: Elaborado pela autora adaptado do Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020)

É nesse contexto que uma condição básica para sua eficiência está estruturada no tripé agricultor/cooperativa/mercado. Em outras palavras, é preciso planejar ações que fortaleçam o quadro de cooperados; que garantam a profissionalização das cooperativas; e produzam de acordo com as necessidades do mercado.

A profissionalização e o mercado exigem altos investimentos em comunicação, marketing e treinamento pessoal. Qualquer atividade agropecuária nada mais é do que uma atividade econômica onde o produtor planta, cria, produz e muitas vezes até industrializa, tendo como finalidade escoar seu produto e obter lucros com isso.

3.1 O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO PARANAENSE

No estado do Paraná, as cooperativas agropecuárias sustentaram-se pelo dinamismo do setor agrícola estadual, e com ele perpassaram as crises que o setor agropecuário sofreu ao longo do período de 1950 até final de 1960. A partir da década de 1970 o sistema cooperativado passa por um intenso processo de modernização movido pela tecnificação das lavouras e a introdução do plantio de *commodities*⁹, capitaneadas pela intervenção estatal do governo militar (WILLERS, 2015).

Especificamente para a mesorregião Oeste, a modernização agrícola acima citada foi expressiva, tanto que desencadeou programas de governo que reestruturaram o sistema cooperativista agropecuário existente, fechando àquelas consideradas inviáveis economicamente e direcionando outras a junção. Foram os projetos: Iguazu de Cooperativismo (PIC), Norte de Cooperativismo (NORCOOP) e Sul de Cooperativismo (SULCOOP), todos implantados de 1971 até 1976 (op. cit.).

No Paraná, os primeiros movimentos marcados pela ação de cooperação surgiram no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município. Estes imigrantes já traziam entre seus valores a prática da cooperação e logo procuraram organizar sua vida comunitária em estruturas baseadas em atividades em comum, tanto na prática de compra e venda de produtos, quanto em suas necessidades de educação e lazer (RITZMANN, 2016).

Diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses que, em 1847 fundaram a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje município de

⁹ Termo utilizado nas relações comerciais internacionais que designa um determinado tipo de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, cujo valor é determinado, em nível mundial. (SANDRONI, 2003, p. 112). Em termos agropecuários as principais *commodities* exportadas no Brasil são: soja em grão e farelo de soja, suco de laranja congelado, café em grão, açúcar bruto, carne de frango congelado e carne bovina desossada congelada (SECEX/MDIC). Mais detalhes acessar: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3752&refr=1695>

Cândido de Abreu. Nesta colônia os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre, desencadearam um movimento cooperativista sob inspiração do médico Benoit Joseph Mure, fundador da Vila da Glória em Santa Catarina (NADALIM, 2001)

Em 1890, no município de Palmeira, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas" nasce a colônia Cecília. Seguiram-se vários outros movimentos de cooperação, como por exemplo: a fundação, em 1906, da Associação Beneficente 26 de Outubro, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; em 1909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda, em 1945 (BALHANA, 1969).

Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz) em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930.

Esta foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei n 581/1938, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1942, recebendo o nº 1. Houve ainda uma curiosa experiência realizada no lugar chamado SantAna, atual município de Cruz Machado, com a fundação em 3 de maio de 1920, da Sociedade Cooperativa de Comércio "União Lavoura" pelo padre Teodoro Drapienski, com cunho político confessional (RITZMANN, 2016).

Importante registrar a chegada em Carambeí, no ano de 1911, de 450 holandeses que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje.

Esses movimentos entre imigrantes deram significativo impulso ao cooperativismo estadual com as experiências bem-sucedidas das cooperativas de colonização, como Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro, e Capal, de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial no país (NADALIM, 2001).

Mas a partir da década de 1920, as cooperativas paranaenses tomam o rumo de organização de determinadas atividades produtivas como o dos madeireiros e dos ervateiros. Entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda - Agromate que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então se transformou em Rural Sul, para tentar sobreviver por meio da diversificação de atividades (SERRA, 1991).

Um dos momentos marcantes do cooperativismo paranaense ocorreu na década de 1960, quando o Instituto Brasileiro do Café¹⁰ (IBC) incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor. No ano de 1964 o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio da produção (BALHANA, 1969).

Mas, foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná e Acarpa Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (hoje Emater/PR) , com o apoio do Banco do Brasil, BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo e CFP – Comissão de Financiamento à Produção (RITZMANN, 2016).

O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma (NADALIM, 2001; WILLERS, 2015).

Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo -

¹⁰ O Instituto Brasileiro de Coaching anteriormente do café – IBC, foi fundado em 2007 por seu atual presidente José Roberto Marques, Master Coach Senior, e hoje é referência em treinamento e desenvolvimento humano. Foi a crença de seu fundador de que “cada ser humano possui um potencial infinito que pode ser despertado e desenvolvido”, que fez com que o IBC se tornasse uma instituição conceituada e respeitada, por onde já passaram mais de 500 mil pessoas. O IBC promove formações, programas e eventos em mais de 90 cidades brasileiras, em todas as regiões e em praticamente todos os estados brasileiros. Em uma metodologia inovadora o IBC considera o Coaching como um Estilo de Vida, em que se prima pelo desenvolvimento do ser humano como um todo.

Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos (RITZMANN, 2016).

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial (RITZMANN, 2016).

A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infraestrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agro industrialização.

Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias (RITZMANN, 2016).

No estado do Paraná, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional e as cooperativas agrícolas, em especial, começaram a surgir a partir da década de 1940; mas é a partir de 1970, acompanhando o dinamismo econômico do período, que as cooperativas começaram a se expandir e a se tornar estruturas fundamentais inseridas na realidade econômica da região. As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo braços importantes para a integração do setor produtivo ao mercado (BALHANA, 1969).

A sua importância crescente no segmento agropecuário paranaense pode ser aferida pelos estimados 33% de participação do PIB agrícola do Estado (SESCOOP/PR, 2019). Contribuíram para a construção de laços de cooperação e solidariedade, que são os pressupostos básicos que justificam a sua criação, mas que representam, sobretudo, a construção de referências de convergência de interesse dos sujeitos sociais e das organizações sociais e produtivas, o que configuram um certo poder local (BALHANA, 1969).

Esta reestruturação no setor possibilitou o fortalecimento do sistema cooperativista no Estado, a tal ponto que as cooperativas agropecuárias adentram no ano de 2018 com mais de 1,5 milhão de cooperados e 3,8 milhões de colaboradores. Faturaram mais 2,6 bilhões de reais. (PARANÁ COOPERATIVO, 2018).

Em termos de cooperativas agropecuárias, estavam registradas na OCEPAR, até o ano de 2018, 81 empresas, as quais são responsáveis por 55% da economia agrícola do Estado e representam 58% do PIB estadual. Essas cooperativas participam de forma intensa de todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização da produção agropecuária¹¹ estadual.

Reconhecida como importante instrumento de difusão de tecnologias da produção agropecuária e de implementação de políticas desenvolvimentistas, as cooperativas agropecuárias são nos municípios da mesorregião Oeste do Paraná, as mais importantes empresas locais e regionais, configurando-se nas maiores empregadoras e geradoras de receitas (ALVES; LIMA, 2017).

O impacto da organização e da atuação das cooperativas na economia do Paraná e, em especial da região Oeste, trouxe reflexos que se projetaram sobre o perfil do desenvolvimento, contribuindo para a mudança dos indicadores econômicos pela geração de empregos, de postos de trabalho, de geração e circulação de renda e pela diversificação de iniciativas empresariais.

3.1.1 O Cooperativismo Agropecuário na Mesorregião Oeste do Paraná

As cooperativas, exerceram papel importante no sistema de assentamento, na estruturação da produção e na organização de redes de captação, de transformação e de comercialização dos produtos agropecuários do Oeste do Paraná.

A recente história de colonização da região Oeste do Paraná registra algumas peculiaridades que podem ser evidenciadas a partir dos movimentos de ocupação e de colonização. Na década de 1920, a Coluna de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa desvelou uma região de fronteiras vulneráveis e não plenamente integrada no território nacional. A apropriação do espaço e a organização do território tornaram-se

¹¹ O termo agropecuário é entendido de forma genérica para denominar as atividades de produção de alimentos, bem como de matéria-prima, à agroindústria, tanto de origem vegetal quanto animal (SILVA, 2010, p. 30).

fundamentais para a consolidação das fronteiras nacionais (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

A necessidade de inserção da economia brasileira no mercado mundial, do pós-guerra, só se faria possível mediante o ajuste da produção agrícola, principal fonte geradora de riqueza do Brasil, às demandas desse mercado. A integração de novas fronteiras agrícolas, para aumentar a fatia de participação no mercado mundial, produziu políticas públicas e mobilizou capital humano que desencadeou um significativo processo migratório (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

A intensificação desse processo para o Oeste do Paraná deu-se com a vinda de empresas colonizadoras que passaram a atuar com força na região a partir das décadas de 1940 e 1950, dentro do contexto nacional de expansão das práticas agrícolas, do que resultou uma relativa homogeneização do processo produtivo, definindo, de certa forma, o perfil do desenvolvimento regional (MONDARTO, 2011).

Ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, o Estado do Paraná recebeu um expressivo número de imigrantes europeus. Esses imigrantes concentraram-se na capital Curitiba e região e nos Campos Gerais¹².

A partir da década de 1940, o governo federal dá início ao processo de colonização e de povoamento do interior do Estado, incluindo nesse íterim a mesorregião Oeste (WILLERS, 2015).

Colonizada ao longo das décadas de 1950 e 1960, a mesorregião Oeste paranaense foi formada por migrantes do interior dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Famílias de agricultores descendentes dos imigrantes europeus que colonizaram o interior daqueles estados ao longo do século XIX e início do século XX.

Esses migrantes trouxeram consigo, além da esperança de uma vida nova e próspera, o espírito comunitário étnico-cristão que alicerçou as iniciativas de associação e de cooperação entre as famílias como forma de sobrevivência na terra nova (WILLERS, 2015).

É neste sentido, que o processo de colonização dirigida, capitaneada pelo governo e pelas companhias privadas de colonização, executado na mesorregião Oeste do Paraná, contribuíram para a reprodução do modelo cooperativista implantado no Sul do Brasil. Tanto que, segundo a Organização das Cooperativas do

¹² Extensa região do segundo planalto paranaense que tem como municípios de referência Ponta Grossa e Guarapuava.

Paraná (Ocepar), 2005, foi por meio dessas associações que se desenvolveu na mesorregião Oeste o berço das cooperativas agropecuárias mais bem-sucedidas do Estado, reconhecidas como o modelo associativo mais organizado do país (WILLERS, 2015).

A modernização das atividades agropecuárias teve na década de 1950 os seus primeiros sinais, em virtude das profundas mudanças que o país e o mundo atravessavam no período pós-guerra. Aliadas ao fenômeno populista, a industrialização e a modernização passaram a ser os carros-chefes das políticas oficiais nos mais diferentes setores da economia brasileira. Na década de 1970, o chamado “Milagre Econômico” produziu avanços que alteraram profundamente o panorama da sociedade brasileira, mudando o perfil de diversos setores produtivos, por meio da injeção de capital financeiro e tecnológico, e influenciando substancialmente nos processos de desconstrução e reconstrução social e cultural (PIFFER, 2007).

Em linhas gerais, tais mudanças na realidade brasileira, motivadas por essas políticas modernizantes, produziram, entre outros aspectos, uma alteração no perfil da sociedade brasileira, conferindo-lhe um caráter, cada vez mais, urbano e voltado para as demandas do setor industrial. Na agricultura, as políticas iniciadas pelos governos populistas e continuadas no Regime Militar, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada e dependente, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agroexportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar (PIFFER, 2007).

Na região Oeste do Paraná, apesar da concentração fundiária ser sentida, a onda da modernização forjou uma realidade diferenciada – a existência de uma agricultura predominantemente familiar, de pequenas e médias unidades de produção agrícola, que se adaptaram à dinâmica da modernização e absorveram as inovações tecnológicas derivadas do processo, sem que perdessem de todo o poder decisório do núcleo familiar.

A agricultura familiar representou, nesse contexto, uma construção reativa diante da imposição de um modelo hegemônico, articulado pelos interesses do capital transnacional e ensaiado através do processo de modernização agrícola (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

A modernização, de acordo com Schallenberger (1999), desenvolveu-se em três etapas na região Oeste, a saber: a) fase extrativa e de subsistência familiar; b) fase de consolidação da economia agrícola de exportação e; c) fase de diversidade da base agrícola e da agro industrialização.

A observação sucinta de cada uma dessas fases indica que a primeira, inscrita nas décadas de 1950 e 1960, caracterizava-se como extrativa da erva-mate e da madeira e de uma agricultura de subsistência, marcada pela policultura, responsável pela circulação de produtos que impulsionaram o comércio local, fomentaram o surgimento de vilas e a emergência de cidades na região.

A pequena propriedade familiar e a organização comunitária representaram os esteios da construção social do Oeste do Paraná e engendraram, ao longo da produção social do espaço, a emergência do fenômeno do associativismo.

A solidariedade entre os colonos era uma prática do cotidiano, cultuada, sobretudo, para fazer frente aos obstáculos naturais e às deficitárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade. Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram institutos que caracterizam o perfil social dos sujeitos sociais oriundos das levas de migrantes dos dois estados sulinos, que definiram o modelo hegemônico de assentamento da região. A exemplo do seu local de origem, esses assentados constituíram as mais diferentes modalidades de associações (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

Assim, a dinâmica do crescimento econômico de uma cooperativa relaciona-se com o perfil do seu gerenciamento e do seu ajuste às forças impulsionadoras do crescimento econômico. No Oeste do Paraná as cooperativas estiveram em sintonia com as políticas de modernização do período, que viam a necessidade de especialização da produção como condição para consolidar o modelo agroexportador.

O aceno à crise do cooperativismo aponta, via de regra, para uma crise de participação. As cooperativas, ao contrário das empresas não cooperativas, possuem a dimensão social, que, como princípio, deve estar em sintonia com os fins econômicos; ou seja, quando não há identificação dos cooperados com a própria cooperativa a crise é de participação, podendo ocasionar problemas que abalam até mesmo toda a estrutura econômica e a saúde da cooperativa em questão, uma vez que, não participando de modo efetivo da tomada de decisões e dos rumos da

cooperativa, o cooperado delega suas responsabilidades e rompe com o princípio da lealdade e da confiança (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

Quando o crescimento acelerado de uma organização cooperativa se dá por fatores exógenos, como o motivado pelas políticas de modernização e pela inserção da agricultura brasileira no mercado mundial, há o risco eminente de um distanciamento entre o quadro de cooperados e o corpo diretivo, visto que este passou a mediar, em muitos casos, os interesses de grupos monopolistas e a se movimentar numa esfera simbólica distinta da dos produtores cooperados.

Os interesses puramente econômicos e empresariais atropelam, em muitas situações, os interesses do quadro associativo. Quando isso ocorre de maneira muito nítida, os cooperados são afastados ou se retiram das engrenagens da administração e “a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestor dos bens comuns [...], um novo intermediário para o acesso ao mercado [...] Ela pode até ser percebida como um novo patrão” (SABORIN, apud SERRA, 2003, p. 137).

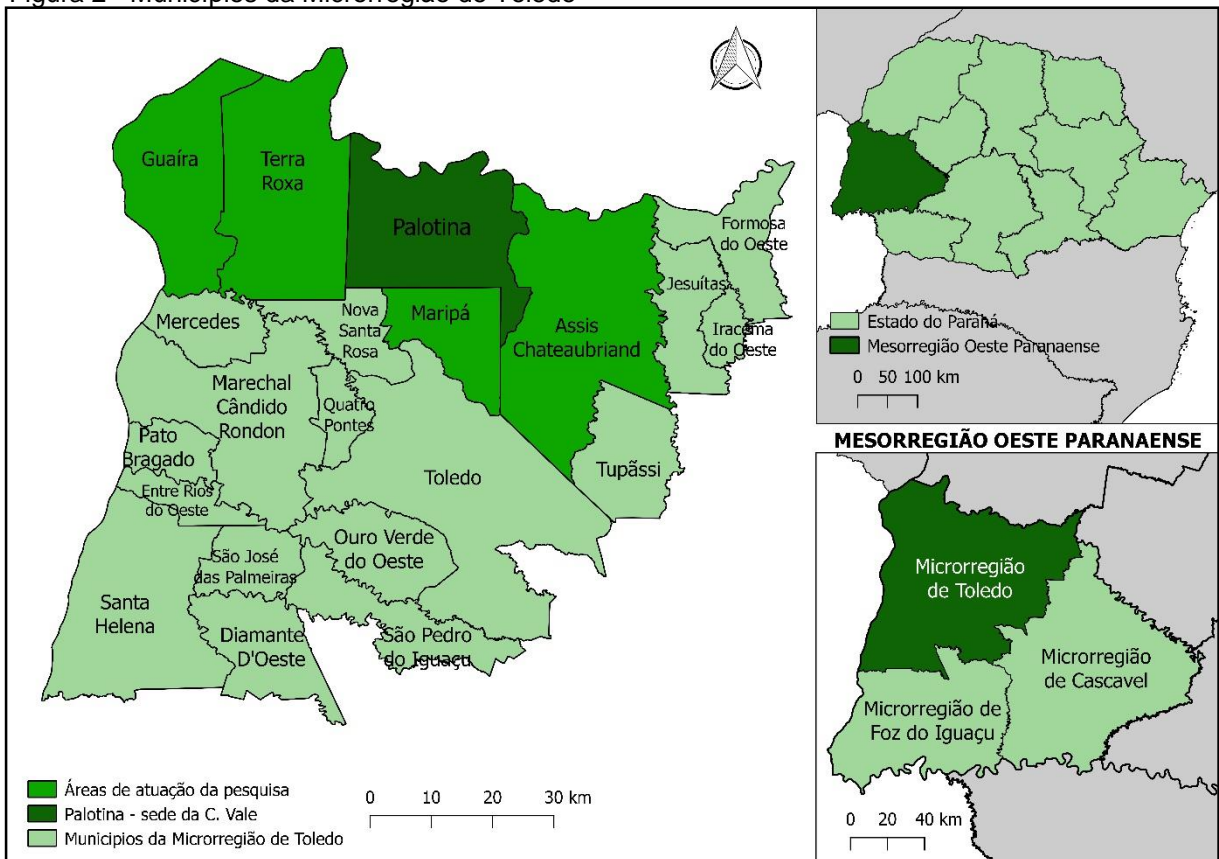
Diante disso, a cooperativa figura para os agricultores unicamente como intermediadora entre plantio e comercialização, limitando a sua importância apenas “nas chances de obtenção de maiores lucros que as cooperativas possibilitam aos produtores rurais, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços” (SERRA, 2001).

Sobre o papel das cooperativas agropecuárias no desenvolvimento regional, elas são também importantes fontes de criação de capital social para as propriedades de produção familiar, além das contribuições em relação à geração de postos de trabalho permanentes e temporários, investimentos e renda para os cooperados (BIALOSKORSKI; BALIEIRO, 2000).

3.1.2 A Microrregião de Toledo – e o avanço das Cooperativas Agropecuárias

A Microrregião de Toledo é uma das microrregiões do Estado do Paraná pertencente à mesorregião Oeste Paranaense e está dividida em 21 municípios, os quais possuem uma área total de 8.754,994 km² é uma população estimada em 377.789 habitantes, conforme destaca a Figura 2 (CIDADE BRASIL, 2019).

Figura 2 - Municípios da Microrregião de Toledo



Fonte: elaborada pela autora (2019).

O município de Toledo é o principal da microrregião, cuja colonização foi no ano de 1946. Seu desenvolvimento econômico deu-se de forma acelerada em torno da economia das comunidades agrícolas. Da década de 1960 até 1970, a modernização agrícola imprimiu novas relações comerciais o que no campo favoreceu a monocultura e a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização (IPARDES, 2010).

O impacto da modernização na agricultura e a inserção no modelo agrícola brasileiro tiveram repercussões significativas no conjunto das relações sociais, na cultura e na estrutura de produção agropecuária do Oeste do Paraná (ALVES, et al, 2013).

Nesse contexto, de acordo com Schallenberger e Colognese (1993), as cooperativas agrícolas foram criadas, a partir de 1957, como mediadoras entre os interesses da modernização e dos vínculos gregários e associativistas dos colonos, que contribuíram para o processo da especialização agrícola. Além de lançar tecnologias novas, mobilizaram capitais sociais com o objetivo de instalar a

infraestrutura necessária para a demanda dos produtos agrícolas no mercado internacional.

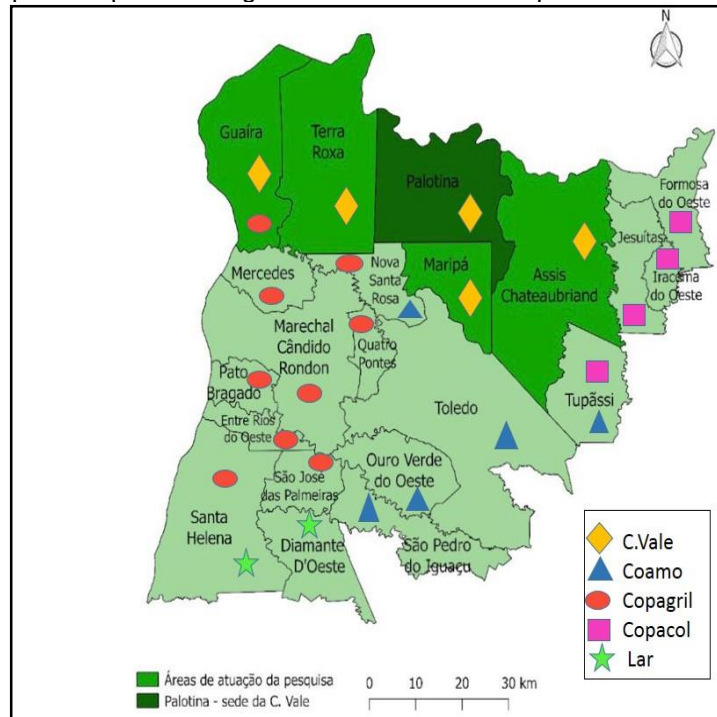
A partir da década de 1940 o governo paranaense impulsionou o comércio de terras na Região Oeste, estimulando a colonização. Com isso, no final da década de 1950, iniciou-se na região a construção das primeiras rodovias, o que favoreceu a expansão do comércio e, conseqüentemente, a vinda de mais imigrantes. No decorrer da década de 1960 e início dos anos 1970, com a modernização da agricultura, muitos desses imigrantes mudaram para as cidades, pois não conseguiram mais se manter no campo (GHIZZO; TEIXEIRA; FANTINEL, 2008)

A Região Oeste paranaense e, em especial, a Microrregião de Toledo, passou a receber novos direcionamentos no campo econômico, desenvolvendo principalmente o setor agroindustrial. Essas inovações proporcionaram, ao longo do tempo, uma relativa concentração da indústria e crescimento populacional (op. cit.).

De acordo com o que Schallenberger e Colognese (1993) mencionaram, o impacto da modernização na agricultura e a inserção no modelo agrícola do país trouxeram uma mudança significativa nas relações sociais, na cultura e também na estrutura de produção agropecuária reconfigurando a economia de toda a microrregião de Toledo.

No conjunto dos municípios que compõe a microrregião de Toledo existe uma série de cooperativas e com elas áreas de atuação bastante variadas. Entre as cooperativas, a mais importante é a C. Vale, com sede no município Palotina (ALVES, *et al.*, 2013).

Figura 3 - Principais cooperativas agroindustriais dos municípios da microrregião de Toledo



Fonte: Alves *et al.* Adaptado pela autora (2019)

A permanência de uma cooperativa, no longo prazo, somente é possível com a presença de relações de confiança e contando com uma educação cooperativista que mantenha o cooperado integrado e buscando o melhor para a cooperativa, sendo essa a essência do capital social (ALVES *et al.*, 2013).

4 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL C.VALE: UMA HISTÓRIA ATRELADA AO CRESCIMENTO E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO OESTE PARANAENSE

A Cooperativa Agroindustrial C.Vale é uma empresa brasileira do ramo cooperativado com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Sua sede é no Município de Palotina, mesorregião Oeste do Paraná, distante 596 Km da capital Curitiba.

Possui 150 unidades de negócios, mais de 21.943 cooperados e mais de 10.500 colaboradores. Destaca-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango, peixes e suínos, e atua na prestação de serviços, com mais de 260 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos cooperados. Para manter os cooperados atualizados tecnologicamente a C.Vale desenvolve cursos, palestras, treinamentos e dias de campo (C.VALE, 2020).

A C. Vale também financia a produção, garantindo crédito aos cooperados, especialmente aos pequenos produtores. Comercializa insumos, peças, acessórios e revende máquinas agrícolas, assegurando preços mais competitivos aos cooperados. Produz semente de soja no estado de Santa Catarina, as quais são comercializadas em todo o país. Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados com oito lojas no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (C.VALE, 2020).

No segmento industrial produz amido modificado de mandioca e rações. Neste mesmo segmento, a cooperativa mantém um complexo avícola com capacidade de abate de 600 mil frangos/dia. É o primeiro sistema de integração avícola brasileiro, em escala comercial, a utilizar processos automatizados para o controle de ambiente (C. VALE, 2019).

Os parágrafos acima sintetizam o que é a C. Vale no final da década de 2010. Mas o início de sua história fez parte de um contexto econômico e social singular do interior do Paraná.

As décadas de 1950 e 1960 são marcadas pelo processo de abertura das fronteiras agrícolas do interior do estado paranaense, mais precisamente, da região Oeste do estado.

De acordo com Willers (2015) o processo de colonização e de povoamento da mesorregião Oeste do Paraná seguiu um plano de colonização dirigido. Desse plano, dos 50 Municípios existentes, três foram emancipados na década de 1950, Cascavel, Guaíra e Toledo. Quatorze na década de 1960, entre eles Palotina, desmembrada e emancipada em 25/07/1960 do município de Guaíra, quatro na década de 1970 e vinte e oito nas décadas de 1980 e 1990.

A história da C. Vale, inicialmente denominada Campal, se funde ao processo de fundação de Palotina. A falta de locais para armazenar a produção, as dificuldades para o escoamento da safra e a ausência de crédito e assistência técnica levaram um grupo de 24 agricultores a fundar, em 7 de novembro de 1963, a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda (Campal). Em 1969 aconteceu o início efetivo das atividades da cooperativa com o recebimento de trigo em armazém de um moinho de Palotina. Em 1970 teve início a construção do primeiro armazém da cooperativa, que ficou pronto no início do ano seguinte.

O rápido crescimento da produção levou a Campal a iniciar a fase de estruturação física com a construção de unidades para recebimento de cereais no município de Palotina. Com a divisão territorial da região Oeste entre as cooperativas,

a Campal expandiu-se para além das fronteiras de Palotina, o que levou os cooperados a modificar a razão social da empresa, em 1974, para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale). Em 1981, a Coopervale passou a atuar no Mato Grosso e, em 1984, no estado de Santa Catarina (C.VALE, 2019).

No início dos anos 1990, a Coopervale montou um Plano de Modernização aprovado em assembleia geral junto aos seus cooperados, um trabalho coordenado, já naquela época por Alfredo Lang, que viria a assumir a presidência da cooperativa em 1995. Naquele ano, a Coopervale começou a executar esse plano para tornar a cooperativa mais competitiva e iniciar o processo de agregação de valores aos produtos primários. Era o início de uma nova era, cuja largada aconteceu em outubro de 1997, quando foi inaugurado o complexo avícola C.Vale (C.VALE, 2019).

Este projeto deu aos cooperados a oportunidade de produzir frango em grande escala. Outro aspecto importante dessa atividade foi o processo de rastreabilidade de toda essa cadeia produtiva. A cooperativa mantém um sistema informatizado que permite o acesso aos procedimentos utilizados para a produção de matéria prima (soja e milho), passando pela fabricação de ração, manejo e industrialização das aves. O objetivo é garantir a segurança alimentar aos consumidores de carne de frango.

A industrialização ampliou-se em 2002 com início das operações de uma amidonaria em Assis Chateaubriand. Em 21 de novembro de 2003 uma alteração estatutária mudou a razão social de Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale) para C.Vale - Cooperativa Agroindustrial.

Em janeiro de 2004, a C.Vale iniciou a duplicação do abatedouro de frangos e a construção da indústria de termo processados de aves, obras que foram inauguradas no dia 8 de abril de 2005. A capacidade de produção passou de 150 mil para 600 mil aves/dia (C.Vale, 2019).

Outro fato histórico importante ocorreu em 2009, quando a C.Vale fechou um acordo com a Coopermibra, cooperativa com sede em Campo Mourão, e passou a atuar no centro-oeste do Paraná. Pelo acordo, a C.Vale passou a operar as 19 unidades de recebimento de grãos da Coopermibra.

Seis anos depois, em 2015, a C.Vale fechou parceria com a Marasca e assumiu as operações de 26 unidades da cerealista gaúcha, passando a atuar no Rio Grande do Sul.

O processo de agroindustrialização avançou ainda mais em 2017 com a inauguração de um abatedouro de peixes com capacidade de processamento de 150

mil tilápias/dia. O empreendimento deu início a um novo sistema de integração que passou a gerar mais renda e empregos. Na tabela 2 pode-se visualizar os números do desempenho da C.vale em 2018.

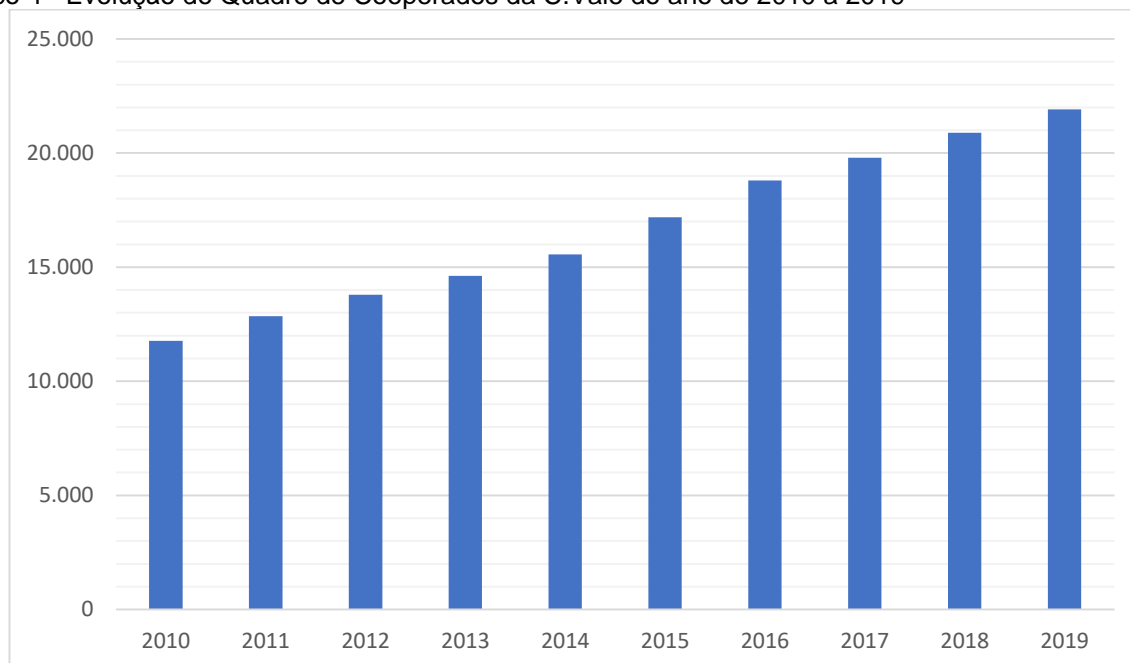
Tabela 1 - Tabela 2: Desempenho da C.vale em 2018

Produção Total recebida	3,99 milhões de toneladas
Número de Cooperados	21.920 cooperados
Número de Colaboradores	10.500 colaboradores
Faturamento	R\$ 8,5 bilhões
Impostos e Contribuições	R\$ 291 milhões

Fonte: C.vale (2019).

Com 21.943 cooperados, houve um incremento no seu quadro social de 1.028 cooperados. Essa variação representou um crescimento de 4,92% na comparação com os números de 2018. Se considerado o quadro social desde o ano de 2010, A C.Vale teve um aumento de cerca de 10.000 cooperados ao longo da última década. O gráfico 4 apresenta a evolução do quadro associativo da C. Vale desde o ano de 2010.

Gráfico 4 - Evolução do Quadro de Cooperados da C.Vale do ano de 2010 a 2019



Fonte: Elaborada pela autora com base no Relatório C.Vale (2019).

Atualmente a C.vale no Brasil está entre as duas maiores cooperativas singulares do país.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é definida como o caminho do pensamento, o que significa a apresentação lógica dos métodos, técnicas e dos instrumentos utilizados para se chegar às indagações investigadas (MINAYO, 2010). Em complemento, Gil (2010) entende que a pesquisa científica possui caráter pragmático e se refere a um processo formal e sistemático do método científico, em que a metodologia fornece os procedimentos racionais e sistemáticos necessários à solução de problemas anteriormente identificados.

Diante disso, e do objetivo desta pesquisa, que foi analisar a relação entre educação cooperativista, participação e permanência dos sócios na Cooperativa Agroindustrial C.Vale, pretende-se, neste capítulo, discorrer sobre os procedimentos metodológicos adotados para se alcançar tal objetivo. Isso inclui apresentar o delineamento da pesquisa, a descrição do universo da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados.

5.1 ESTUDO DE CASO

O Estudo de Caso é o método mais adequado quando se trata de responder às questões “como” e “por que” (RICHARDSON, 2008). Adicionalmente, Gil (2002) afirma que esse método possibilita o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Neste mesmo sentido, Yin (2005) afirma que o estudo de caso pode ser aplicado para explicar relações causais mais complexas. O autor ainda acrescenta que, apesar de não ser possível fazer generalizações estatísticas a partir dele, as generalizações analíticas têm grande validade. Desta forma, o método se mostra adequado aos objetivos da presente pesquisa, a qual pretende entender a relação entre educação cooperativista e participação dentro do quadro social da cooperativa C. Vale.

Para que o estudo de caso tenha rigor científico e seja confiável, Yin (2005) afirma que é necessário elaborar um protocolo. O protocolo constitui um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo ou aplicá-lo em outro caso. Além disso, ele dá condições práticas para testar a confiabilidade do estudo, pois oferece segurança de que a pesquisa foi planejada e que seus resultados

possibilitam explicações sobre a realidade investigada (RICHARDSON, 2008). Desta forma, a seguir é apresentado o protocolo deste estudo de caso.

5.1.1 Delineamento da pesquisa

O protocolo é o delineamento da pesquisa, ou seja, a sequência lógica que conecta as questões propostas pela pesquisa aos dados coletados, e finalmente, as conclusões que serão traçadas (YIN, 2005).

Para Yin (2001), o estudo de caso não representa uma amostragem, mas sim busca expandir teorias a partir de situações específicas. Neste caso, busca-se mensurar o grau de compreensão dos cooperados quanto a educação cooperativista, sua doutrina e princípios vivenciados pela C.Vale, no que se refere à educação cooperativista.

O estudo caracteriza-se principalmente por seu caráter descritivo que, segundo Gil (2010), é aquele que tem como intuito a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre as variáveis analisadas. Dessa forma, esse tipo de estudo é utilizado para proporcionar uma melhor visão do problema ou situação, sendo para tanto convergente ao objetivo desta pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, serão utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa. Para Richardson (2008), as pesquisas qualitativas podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Esse tipo de pesquisa parte de questões amplas, que vão sendo definidas à medida que o estudo é desenvolvido. Esse processo envolve a obtenção de dados descritivos, por meio do contato direto entre pesquisador e situação.

Por outro lado, para Richardson (2008), a pesquisa quantitativa objetiva a produção de medidas quantitativas das características ou comportamentos estudados, possuindo hipóteses e variáveis claramente definidas, cujo intuito é fornecer precisão e evitar distorções na análise e interpretação dos dados.

De acordo com Malhotra (2001) as abordagens qualitativas e quantitativas devem ser encaradas como complementares, em vez de mutuamente concorrentes. Cabe destacar, que a técnica de coleta de dados utilizada foi o questionário, para a

amostra de cooperados da pesquisa e de uma entrevista semiestruturada direcionada para o Gerente de Assessoria de Qualidade e Comunicação Social da C. Vale.

O questionário é uma técnica de coleta de dados da pesquisa descritiva que consiste no preenchimento das respostas das questões com informações do entrevistado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. A técnica de entrevista semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos (SELLTIZ et all. 1987).

5.2 UNIVERSO DA PESQUISA: POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa envolveu os cooperados da cooperativa C.Vale da Microrregião de Toledo, localizada na mesorregião Oeste do Paraná, que possui unidades de atendimento da C.Vale, quais sejam os municípios de Assis Chateaubriand, Guaíra, Maripá, Palotina e Terra Roxa.

Devido ao significativo tamanho e a dispersão geográfica do universo, optou-se por trabalhar com uma amostra da população. Para a determinação da amostra foi utilizada a fórmula a seguir:

$$n = \frac{\sigma \cdot p \cdot q}{E^2(n - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

p = proporção da característica pesquisada no universo

q = 100 – p

N = tamanho da amostra

E² = erro de estimação permitido

Os questionários foram dirigidos para 256 cooperados, sendo sua população de 5.952 cooperados na microrregião de Toledo, com a aplicação da fórmula acima, chegou-se a uma amostra garantindo um nível de confiança de 95% e erro amostral de 6%. Desta forma, a amostragem pode ser considerada probabilística. Para garantir

a representatividade de cada grupo (núcleo), a amostragem foi estratificada, sendo que a população é dividida em subgrupos homogêneos para determinadas características. Estes subgrupos não se interceptam e totalizam a população, sendo cada uma das subdivisões populacionais denominada de estrato. Este tipo de amostragem é recomendado quando se deseja obter estimativas com certa precisão para cada uma das subdivisões (SZWARCWALD; DAMACENA, 2008).

Na Tabela 1 é apresentado os estratos, com o tamanho da amostra de cada unidade.

Tabela 2 - Estratos, com o tamanho da amostra de cada unidade da Cooperativa C.Vale

Unidade de Atendimento	Número de Cooperados	Representatividade	Amostra
Assis Chateaubriand	1.955	32,84%	46
Guaíra	237	3,98%	67
Maripá	1.130	18,98%	10
Palotina	1.563	26,26%	84
Terra Roxa	1.067	17,93%	49
Total	5.952	99,99%	256

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Essa primeira fase da coleta de dados, bem como, os outros passos estão detalhados na próxima seção.

5.3 COLETA DE DADOS

Os dados coletados caracterizam-se como primários. A coleta dos dados primários, realizados com o uso de questionários dirigidos aos cooperados das unidades ocorreu por meio de visitas técnicas realizadas pelos agrônomos da C.Vale, onde os questionários foram entregues e recolhidos no mesmo dia, diretamente ao produtor cooperado.

Para a entrevista concedida à autora em 13/08/2019 com o Gerente da Assessoria de Qualidade e Comunicação da C.Vale, Senhor Jonis Everton Centenaro, foi desenvolvida em um encontro concedido pelo Gerente na sede da Cooperativa C. Vale no município de Palotina-PR (a transcrição completa da entrevista se encontra no Apêndice B), ele foi escolhido por ser justamente o responsável pela assessoria e

comunicação da cooperativa ou seja é nesse setor que são desenvolvidos os programas e as práticas da Educação Cooperativista.

Foi elaborado um questionário composto por 27 questões, conforme disposto no Apêndice A. O intuito foi o de capturar a percepção dos cooperados, analisando a relação entre educação cooperativista e a permanência dos mesmos na cooperativa afeta ao estudo.

O início de aplicação dos questionários se deu entre a última semana de agosto até 31 de outubro de 2019. Foram entregues os 256 questionários, dos quais 100% retornaram, respeitando a estratificação apresentada na Tabela 1.

5.3.1 Escala Likert

Todos os motivos de querer apresentar as médias significativas, considerando tratar-se de uma escala *likert* com variação de (1) a (5) nas respostas.

Rensis Likert, em 1932, elaborou uma escala para medir os níveis de aceitação dos produtos e serviços conforme as experiências e influências sociais dos próprios consumidores (MALHOTRA, 2001).

Nas questões, buscou-se analisar a intensidade da educação cooperativista percebida pelo cooperado. Seu conhecimento e visão diante dos princípios e da doutrina cooperativa. Para tanto, fez-se uso de escala likert para opção de resposta sendo que (1) significa Discordo Totalmente, (2) Discordo em Partes (3) Nem concordo e Nem discordo (4) Concordo em Partes (5) Concordo totalmente.

Na escala de *likert*, as respostas variam segundo o grau de intensidade. Esta escala é comumente utilizada em questionários de pesquisas que visam classificar um elemento/característica em função de um critério determinado, pois fornecem direção sobre a atitude do respondente em relação a cada afirmação (MALHOTRA, 2001). Desta forma, essa escala foi considerada adequada, uma vez que este estudo visa classificar os cooperados de acordo com seus conhecimento e visão do cooperativismo.

A escolha da quantidade de cinco categorias foi feita para facilitar o preenchimento do questionário por parte dos cooperados e tornar a interpretação mais objetiva. Além disso, optou-se por colocar a opção neutra (3) por se entender que ela pode dizer muito com relação ao conhecimento dos cooperados.

Para cada um dos aspectos foram elaboradas frases¹³ por meio das quais se acredita medir o grau de educação e de participação dos cooperados e responder as proposições feitas. Desta forma, para a educação são colocadas frases sobre o cooperativismo para verificar o grau de conhecimento em relação aos seus direitos e deveres, sobre os princípios cooperativistas, os objetivos de uma cooperativa, participação econômica, educação, treinamento e informação. A intenção é verificar não só o grau de conhecimento, mas também de certa forma, a visão dos cooperados com relação à cooperativa.

É importante ressaltar que antes de aplicar o questionário, o mesmo foi submetido à avaliação do diretor da assessoria da C.Vale, bem como aplicado para alguns cooperados escolhidos de forma aleatória, como teste piloto, como forma a corrigir eventuais falhas, principalmente de interpretação, além de adaptar a linguagem ao público alvo. O questionário completo está no apêndice A.

5.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A tabulação dos dados foi feita no software Excel 2013, com a análise descritiva dos dados no *software R*.

Para a preparação dos dados foi realizada uma análise exploratória do banco de dados com a finalidade de identificar ocorrências que pudessem comprometer os resultados e as conclusões da análise, tais como: a presença de observações atípicas (*outliers*) ou dados perdidos.

A interpretação dos dados foi realizada com base na estatística descritiva, por meio do confronto dos resultados empíricos com a teoria abordada. De acordo com Cervo e Bervian (2002), a análise descritiva significa o registro, a análise e a correlação de fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Ou seja, buscou-se analisar a frequência com que algo ocorre e identificar possíveis relações ou conexões com outros fenômenos.

¹³ Algumas frases foram retiradas e/ou baseadas nos questionários utilizados por Sette, Sette e Souza (2005) que pretendiam analisar a compreensão dos cooperados e dirigentes a respeito do significado de uma organização cooperativa; por Frantz e Schneider (2017) por meio de seus estudos sobre a educação cooperativista; e por Mendes (2010) que foi utilizada para mensurar a relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Este capítulo trata dos resultados empíricos desta pesquisa com base nos questionários respondidos pela amostra participante. Também traz partes da entrevista concedida à autora em 13/08/2019 com o Gerente da Assessoria de Qualidade e Comunicação da C.Vale, Senhor Jonis Everton Centenaro (a transcrição completa da entrevista se encontra no Apêndice B).

À medida em que as respostas foram transcritas, foi-se construindo uma análise consubstanciada delas com o aporte teórico apresentado no Capítulo 2 desta dissertação, como forma de atender aos objetivos da pesquisa.

Num primeiro momento, apresenta-se o programa corporativo de educação cooperativista da C.Vale. Esse programa caracteriza-se como um programa corporativo de educação cooperativista, sendo revisado anualmente pela Assessoria de Qualidade e Comunicação Social, “[...] *diretamente ligada à diretoria executiva da cooperativa.*” (CENTENARO, 2019).

A educação deve orientar-se para conseguir o aperfeiçoamento da dimensão associação e empresa junto aos cooperados. Portanto, não basta preparar os futuros sócios por meio da difusão da doutrina cooperativa, mas também é preciso capacitar tecnicamente e em diferentes níveis aos que vão ser os responsáveis do fator empresarial. Pois uma competente formação econômica, administrativa e técnica deve vir acompanhada de uma fundamentação doutrinária, como a “alma da cooperação”

O dirigente corresponde, primordialmente, estudar e difundir os princípios doutrinários, manter vivos e atuantes as ideias, os objetivos e as metas definidas nas assembleias gerais, prevenir os desvios e fortalecer por todos os meios os vínculos associativos. O dirigente quem estimula as associações a fortalecer sua organização por meio da ajuda mútua (SCHNEIDER, 2003).

O Quadro 3 foi elaborado de acordo com as informações repassadas a autora ao longo da entrevista com o senhor Jonis Everton Centenaro.

Quadro 3 - Programa corporativo de educação cooperativista da C.Vale

ESPECIFICAÇÃO DO PROGRAMA	DETALHAMENTO	
Título do Projeto	Programa de Educação cooperativista para o quadro social, colaboradores e comunidade	
Objetivo Geral	Qualificar os cooperados, seus familiares, colaboradores e comunidade sobre os conceitos, princípios e benefícios do cooperativismo e informações sobre a cooperativa	
Objetivo Específico	Proporcionar ao público alvo capacitação e formação sobre cooperativismo, visando sua aproximação, maior envolvimento e integrando-os no cotidiano da cooperativa	
Público Beneficiário	a) Cooperados (as) da cooperativa C.Vale; b) Jovens, filhos, filhas, netos e netas de cooperados; c) Alunos das escolas participantes do Programa Cooperjovem; d) Comunidade em geral; e) Colaboradores da cooperativa C.Vale	
Resultados a serem alcançados	Maior envolvimento da cooperativa com os cooperados, familiares e comunidade e maior engajamento dos colaboradores	
Metodologia utilizada	Cooperados cooperativa C.Vale	a) Integração de novos cooperados; b) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa; c) Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos cooperados; d) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa; e) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale; f) Material em palestras realizadas para cooperados; g) Material sobre cooperativismo em treinamentos para cooperados e líderes cooperativistas.
	Jovens filhos(as), netos(as) de cooperados	a) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa; b) Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos cooperados; c) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa; d) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale; e) Material em palestras realizadas para familiares de cooperados; f) Material sobre cooperativismo em treinamentos para familiares de cooperados, núcleo jovem e adolescentes pertencentes ao Programa Cooperjúnior e Programa de Formação de Liderança Jovem.
	Alunos das escolas participantes no Programa Cooperjovem	a) Material didático disponibilizado pela cooperativa e Sescop; b) Conteúdo sobre cooperação e cooperativismo aplicado pelos professores em sala de aula; c) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa; d) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale.
		a) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;

	Comunidade em Geral	<ul style="list-style-type: none"> b) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa; c) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale; d) Material em palestras realizadas para escolas, universidades e entidades;
	Colaboradores da cooperativa C.Vale	<ul style="list-style-type: none"> a) Integração de novos colaboradores e material disponibilizado na intranet e em Educação à Distância – EAD; b) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa; c) Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos colaboradores; d) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa; e) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale; f) Material sobre cooperativismo no Código de Ética da Cooperativa; g) Material em palestras realizadas para colaboradores; h) Material sobre cooperativismo em treinamentos para colaboradores.
Mensuração de resultados	Qualitativos	<ul style="list-style-type: none"> a) Aumento da confiança e fidelização dos cooperados; b) Melhor relacionamento com a comunidade da área de atuação da cooperativa; c) Maior engajamento dos colaboradores.
	Quantitativos	<ul style="list-style-type: none"> a) Evolução do número de cooperados; b) Evolução do faturamento da C.Vale; c) Evolução do recebimento na produção agrícola; d) Evolução no recebimento da produção avícola e suinícola, nas atividades de integração.

Fonte: adaptado pela autora de acordo com Centenaro (2019).

De acordo com o Quadro 3, a C.Vale detém um programa institucionalizado de educação cooperativista, revisto e ajustado anualmente de acordo com as demandas da cooperativa, dos seus cooperados e familiares e das instituições que contribuem para o fomento da educação cooperativa, como por exemplo o SESCOOP/PR¹⁴.

De acordo com Schneider, (2003) ter um plano de educação cooperativista é vital para que algumas cooperativas possam monitorar a participação social de seus cooperados nos eventos abertos, pontuando sua presença nas assembleias, cursos sobre cooperativismo, palestras e inclusive atividades esportivas. Comprova-se assim os resultados alcançados citados por Centenaro (2019), obtém-se se um maior

¹⁴ O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) é integrante do Sistema Cooperativista Nacional (OCB). Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 03/09/1998. No estado do Paraná é um braço do Sistema de Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) com sede em Curitiba/PR.

envolvimento da cooperativa com os cooperados, familiares e comunidade e maior engajamento dos colaboradores.

Entende-se que a maior importância deste plano reside na oportunidade que está sendo dada ao aspirante a cooperado, para compreender a doutrina cooperativista, passar a praticar os seus princípios, tendo em vista o significado cada vez maior do cooperativismo no contexto da economia como um todo.

A proposta educativa necessita ter presente que aprendizagem contínua não é discurso técnico, mas condição para o enfrentamento das contradições interna e externa da organização cooperativa. Ela é um dos elementos-chave constitutivos de uma pedagogia de construção de saberes que se dá pelo aprofundamento e superação dos conflitos (SCHNEIDER, 2003).

Diante desses aprendizados, verifica-se que a existência de um programa corporativo de educação cooperativista na C.Vale é seu compromisso em buscar soluções aos desafios de manutenção de seus cooperados e da cooperativa, proporcionando a visão de uma formação mais adequada sobre administração e controle do Sistema como aponta (SCHNEIDER, 2003).

Dessa forma, o programa corporativo da educação cooperativista, coordenado pela Assessoria de qualidade e comunicação social da C.Vale. Foi estruturado em núcleos de ação organizado de acordo com seu quadro social. O Núcleo Jovem tem participação ativa desde o ano de 2012 em atividades da cooperativa. Mas foi em 2014 que ocorreu a formalização de seu Regimento Interno. Composto por coordenação de coordenador e secretário, em 2019 era formado por 32 jovens, pertencentes aos municípios: Palotina, Maripá, Terra Roxa e Assis Chateaubriand.

Já os Núcleos femininos são compostos por 98 mulheres associadas e/ou esposas, filhas de cooperados da C.Vale, é regido pelo Regimento dos Núcleos Femininos pertencentes aos municípios de Palotina, Maripá, Candeia, Pérola, Alto Santa Fé, Santa Rita, Terra Roxa, Nice, Encantado, Assis Chateaubriand. Sendo distribuídos da seguinte forma:

Quadro 4 - Composição dos Núcleos femininos da C.Vale

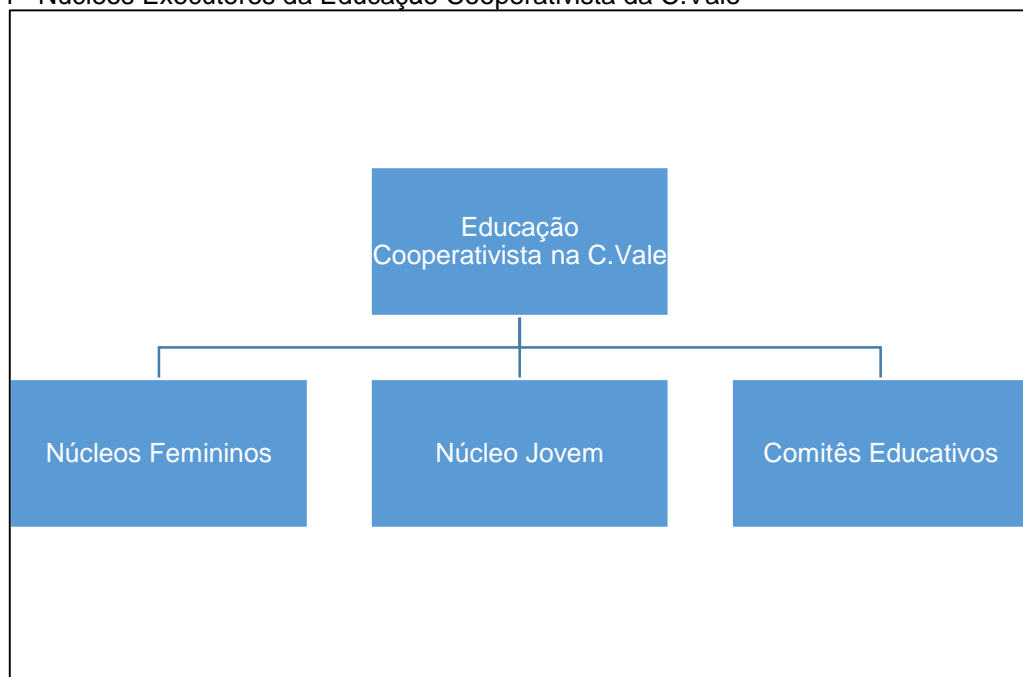
Núcleos femininos distribuído por município	
Núcleo Feminino de Palotina	26 participantes
Núcleo Feminino de Assis Chateaubriand	27 participantes
Núcleo Feminino de Terra Roxa	22 participantes
Núcleo Feminino de Maripá	23 participantes

Fonte: C.Vale (2019).

Já os comitês educativos são composto por 132 homens e mulheres cooperados da C.Vale e dividem-se em quatro Comitês: Assis (Núcleos de Assis e Encantado), Palotina (Núcleo de Palotina), Terra Roxa (Núcleos de Terra Roxa e Santa Rita) e Maripá (Núcleos de Maripá e Candeia) e congregados na CICE – Comissão de Integração dos Comitês Educativos, composto por 32 membros.

A estrutura existente na C.Vale para a execução de seu programa de educação cooperativista congrega seus diferentes públicos, o que vem ao encontro com o que preconiza Schneider (2003) quando afirma que a educação cooperativista é um processo contínuo de aprendizagem, que deve abranger públicos distintos (cooperados, comunidade, dirigentes) e com diferente nível educativo, haja vista que existem determinadas demandas que são específicas para cada um desses públicos, e que por isso, exigem conteúdos variados (SCHNEIDER, 2003).

Figura 4 - Núcleos Executores da Educação Cooperativista da C.Vale



Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir do parágrafo Corporativo da educação cooperativista da C.Vale.

Dando continuidade aos resultados de pesquisa de campo, dividiu-se a mesma em duas etapas.

A primeira trata do perfil dos cooperados da amostra e, a segunda da percepção desses quanto ao programa de educação cooperativista executado pela C.Vale. O ponto de partida dessa análise foi a resposta de Centenaro (2019), quando afirmou que:

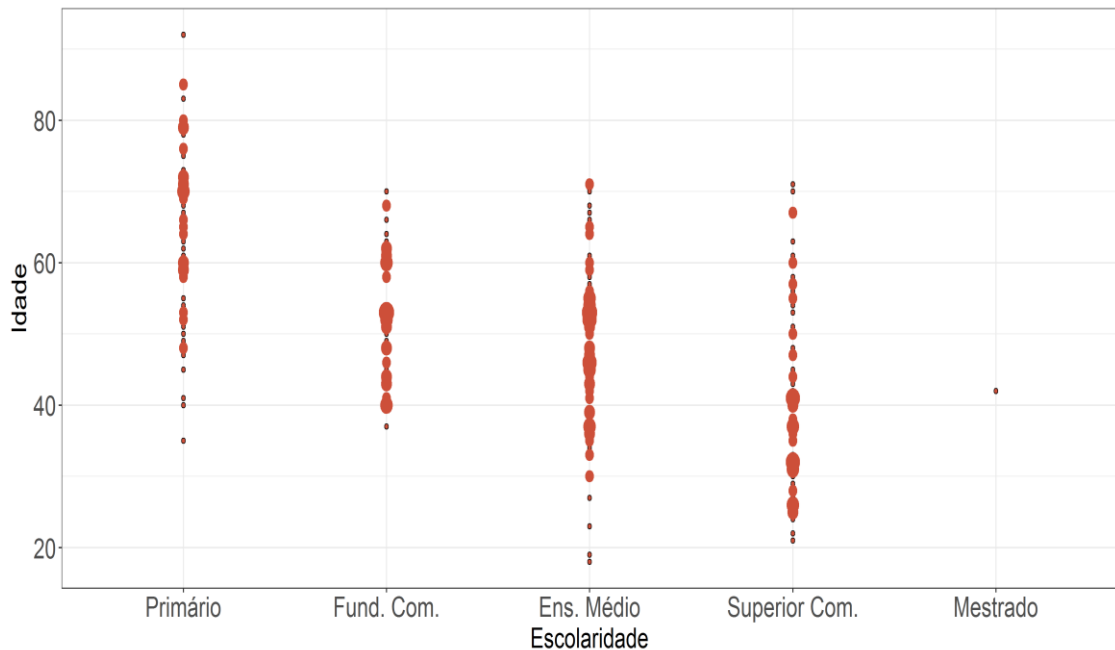
[...] de um modo geral são aplicados todos os princípios cooperativistas. A importância de se adequar os princípios do cooperativismo nesta cooperativa, é a participação dos sócios e comunidade em todos os processos realizados pela cooperativa, além da troca de conhecimentos, desenvolvimento da comunidade local e de assegurar os direitos iguais para com todos.

Ou seja, do ponto de vista da gestão da C. Vale toda a comunidade da cooperativa: empresa propriamente dita, colaboradores, cooperados e familiares participam das atividades desenvolvidas pela C. Vale, o que significaria dizer que o programa de educação cooperativa executado atinge aos objetivos propostos. Vejamos se essa percepção também é percebida pelos cooperados que participaram da pesquisa de campo.

6.1 PERFIL DOS COOPERADOS

Em termos de perfil dos cooperados entrevistados, constatou-se que a idade média gira em torno de 50 anos. Especificamente, 65% possui mais de 55 anos e 11% menos de 35 anos. Ou seja, a maioria de seus cooperados ultrapassou a idade de 50 anos, caracterizando-os como um grupo de pessoas de meia-idade que, em breve, estarão adentrando na terceira idade. Quanto ao nível de escolaridade da amostra, constatou-se que a maioria dos respondentes, 32%, possui ensino médio completo e 26% o ensino superior. Quanto ao ensino fundamental, 19% o concluíram. O Gráfico 5 mostra a idade e o grau de escolaridade de todos os cooperados que participaram da pesquisa.

Gráfico 5 - Idade e escolaridade dos cooperados



Fonte: resultados da pesquisa

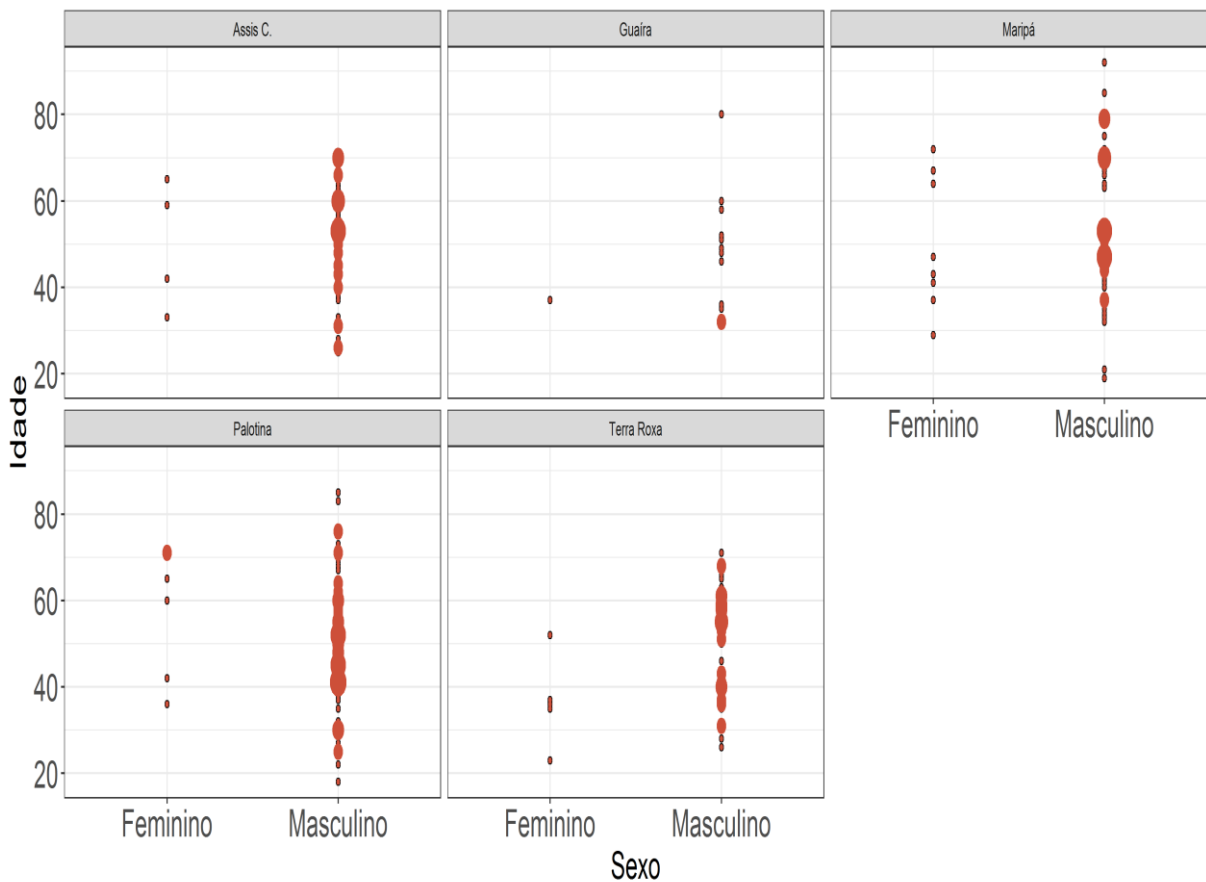
O que também se constatou com o Gráfico 5 é que 22% dos cooperados detêm o ensino primário e que esses têm idade superior a 60 anos. Os que detêm o ensino superior completo são os que têm idade até 40 anos. Contudo, a grande maioria desses cooperados estão entre os 40 até 60 anos e a formação escolar concluída é até o ensino médio. Ou seja, todos os cooperados da amostra concluíram no mínimo o ensino fundamental.

A ideia de que vivemos a “sociedade do conhecimento” faz com que muitas pessoas voltem a estudar, fazendo cursos para complementar a formação inicial, buscando uma nova área de conhecimento ou de profissionalização. Fato comprovado na amostra pois mais de 70% deles prosseguiram em seus estudos.

Em complemento a essa progressão a C.Vale disponibiliza para seus cooperados e familiares todos os programas de educação do SESCOOP/PR, possibilitando ao cooperado constante renovação de seus conhecimentos, como por exemplo o: **Cooperjovem:** destinado para estudantes da área de atuação da cooperativa; **Cooperjúnior:** Disponibilizado para filhos e netos de cooperados, entre 12 e 15 anos de idade; **Jovemcoop:** Destinado para jovens, cooperados e filhos de cooperados, entre 16 e 30 anos de idade; **Elicoop Jovem:** Destinado para jovens líderes, cooperados e filhos de cooperados, entre 16 e 30 anos de idade; **Elicoop Feminino:** Destinado para esposas e filhas de cooperados (CENTENARO, 2019, grifo nosso).

No que diz respeito ao gênero dos participantes, há o predomínio do sexo masculino, com 91% da amostra e, 9% do sexo feminino (Gráfico 6). Destaca-se que a sede da C.Vale, localizada no município de Palotina e a unidade de Maripá (distante cerca de 21 km de Palotina), são as que detêm o maior número de associadas do sexo feminino e que para ambas as unidades essas associadas tem idade superior a 60 anos.

Gráfico 6 - Gênero, por município com unidades da C.Vale, dos cooperados

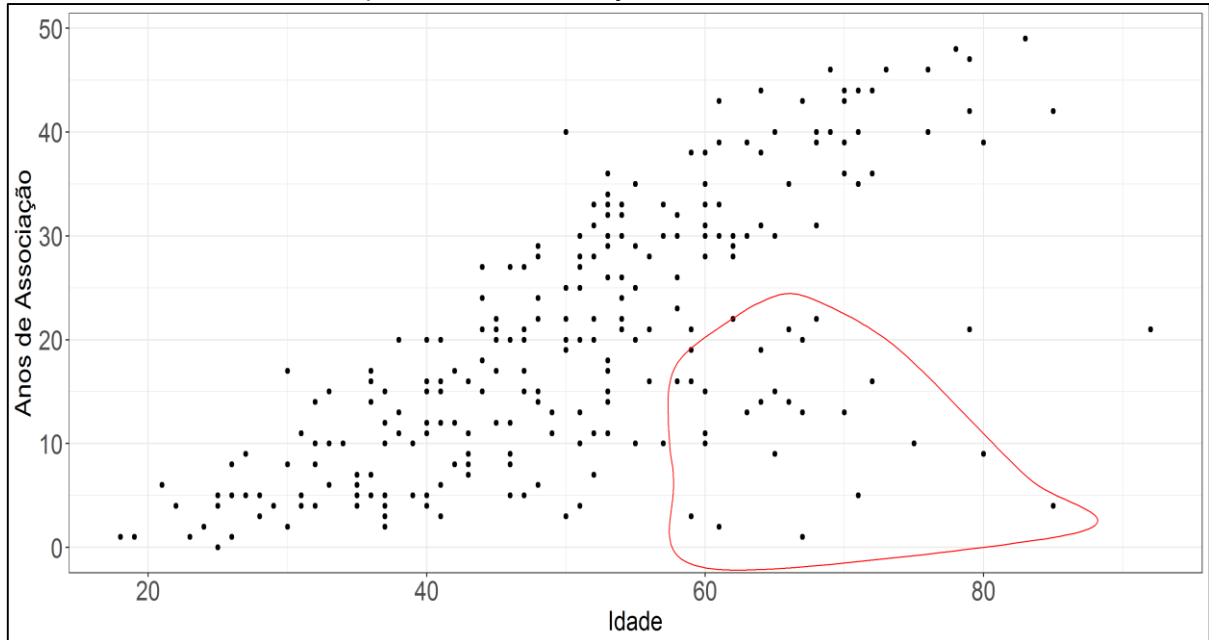


Fonte: resultados da pesquisa

O Gráfico 7 mostra o tempo de associação dos cooperados pesquisados. Constatou-se que 25% são cooperados há mais de 30 anos e, 11% de 7 há 10 anos. Percebeu-se também o quantitativo de 5% que se associaram nos últimos 3 anos.

Esse fato pode ter ocorrido em função da construção do abatedouro de peixes¹⁵ (tilápias¹⁶) iniciado em 2017.

Gráfico 7 - Idade Média e Tempo Médio de Associação



Fonte: resultados da pesquisa

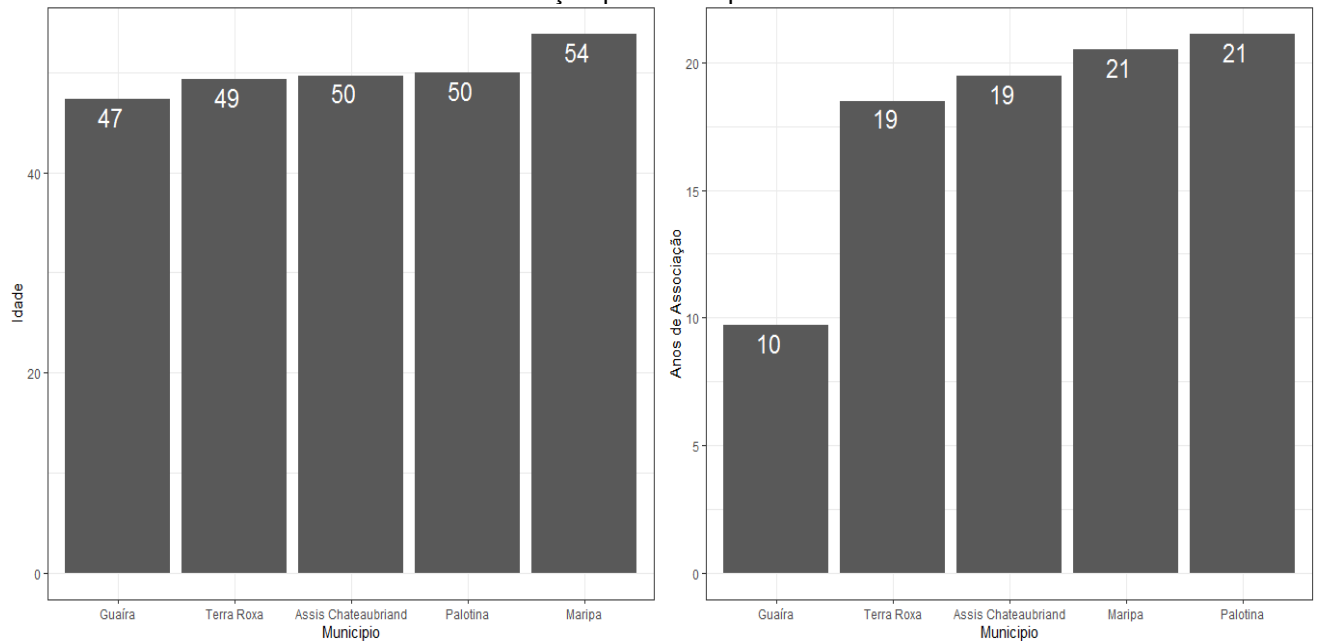
Outra informação interessante que se observa no Gráfico 7 é a associação de cooperados com mais de 60 anos nas duas últimas décadas.

O Gráfico 8 pode sinalizar possíveis respostas.

¹⁵ A cooperativa C.Vale, em 2017, inaugurou a unidade de abate de peixe. O investimento realizado na planta industrial foi de R\$ 110 milhões, gerando 470 empregos diretos. Em 2018 já estavam sendo abatidas 75 mil tilápias/dia e a previsão para o ano de 2019 era de 90 mil tilápias/dia até totalizar o abate de 600 mil tilápia/dia. Dessa forma a C.Vale passa a atender uma demanda do campo, aproveitando a extensa área de criação de peixe em cativeiro e possibilitando o aumento de cooperados que passaram a produzir peixes e/ou deram início a uma atividade de renda extra para os que já eram cooperados (muitos deles, possuem frango, grãos ou suínos e grãos; bovinocultura de leite e grãos) (GOMES, 2019).

¹⁶ Gênero (Tilápia) da família dos Ciclídeos, que compreende peixes de água doce da África introduzidas no Brasil, comestíveis. (<https://www.dicio.com.br/tilapia/> acesso em 20/12/2019).

Gráfico 8 – Média da Idade e anos de associação por município



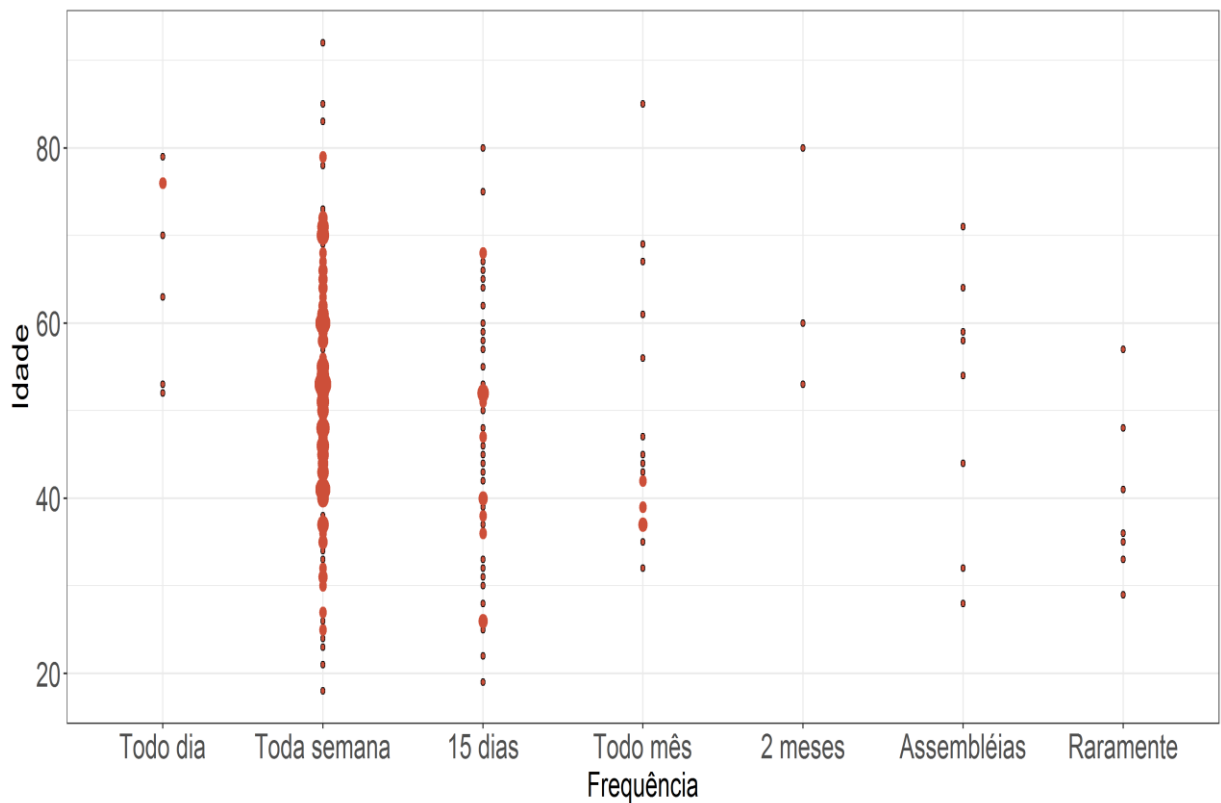
Fonte: resultados da pesquisa

O que se destaca no Gráfico 8 é o número de associação ocorridas na C.Vale entre os anos de 2000 e 2010. Esses números se destacam da média regional, o que leva-se a cogitar duas hipóteses: a) esse fato ocorreu pela ausência de divulgação do que era ser um sócio ou de como participar da cooperativa, ou até mesmo por não saber quais seriam os pontos positivos de se associar à uma cooperativa; b) pelo fato da venda da antiga Sadia¹⁷, hoje BRF.

No que se refere à frequência com que os cooperados vão pessoalmente à cooperativa, constatou-se que 65% a frequenta semanalmente e, 18% uma vez a cada 15 dias (Gráfico 9).

¹⁷ Com a compra da SADIA pela PERDIGÃO no ano de 2009, no município de Toledo (distante cerca de 61 KM de Palotina, formou-se a BRF S.A. Entre as estratégias de marketing da nova indústria, em relação às marcas Sadia e Perdigão, mesmo conhecidas há décadas pelo consumidor e já consolidadas no mercado nacional, a BRF tentou mudar a orientação de ambas, transformando a Sadia em uma marca Premium, mais cara, e a Perdigão em uma mais popular. No fim das contas, o consumidor não aceitou pagar a mais pela Sadia, e os resultados com o reposicionamento da Perdigão também não foram bons. As duas perderam espaço no mercado, cujos integrados passaram a associar-se nas cooperativas locais/regionais que processavam a carne de porco e/ou de frango (GRUPO RBS, 2019).

Gráfico 9 - Frequência com que se vai à cooperativa

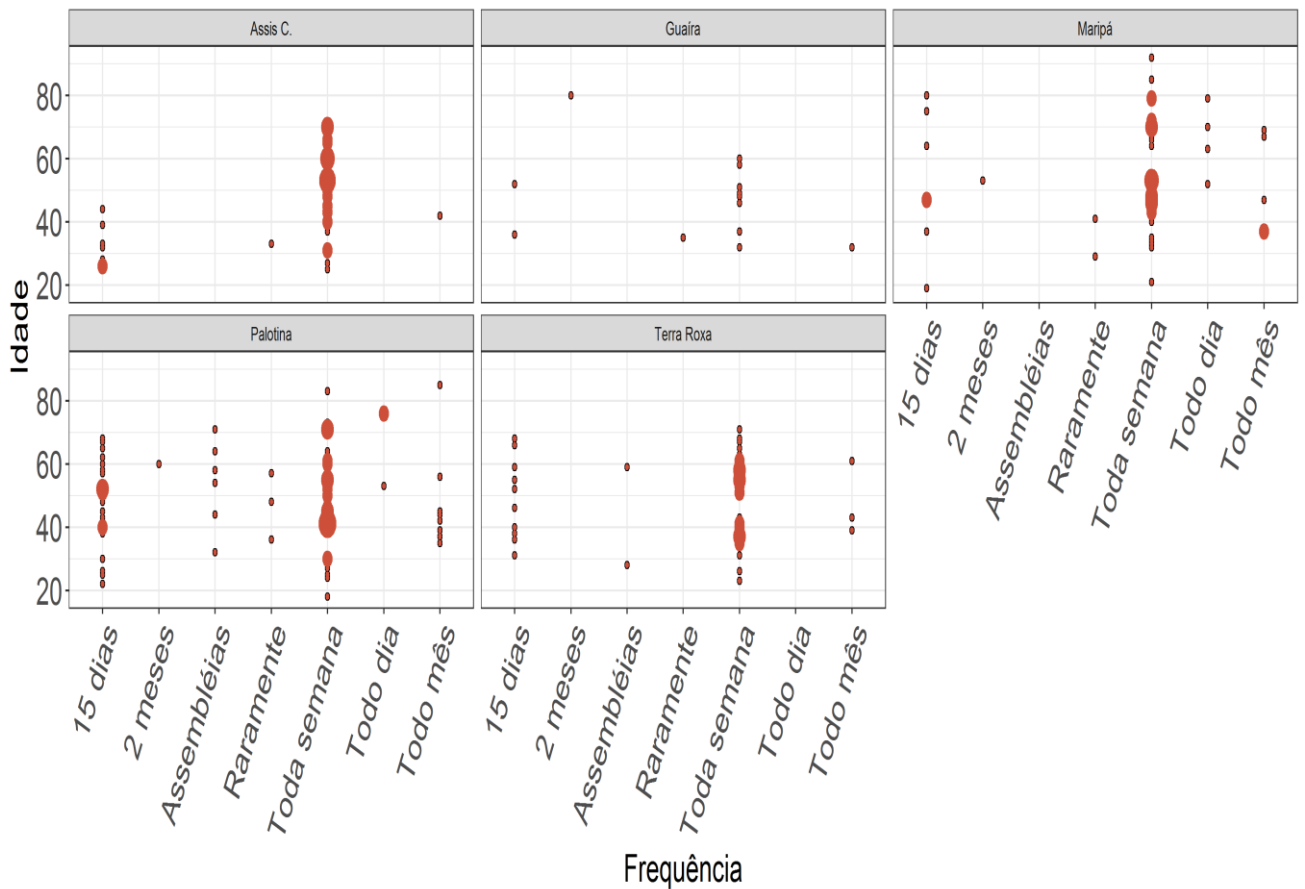


Fonte: resultados da pesquisa

A participação do cooperado, semanalmente, nas unidades da C.Vale é significativa, o que indica o engajamento desses com o sistema cooperativista. Pesquisa realizada por Willers (2015) identificou que o hábito de ir até as cooperativas de forma frequente é uma tradição cultural mantida desde a época da colonização e de fundação das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste paranaense.

O gráfico 9 também expõe a frequência de visitas às unidades da C.Vale, mas distribuídas por municípios. Se for considerada a forma utilizada pelas cooperativas quando de seu processo de tomada de decisões, essas organizações diferenciam-se das demais, sobretudo no tocante aos papéis assumidos pelos atores aí envolvidos.

Gráfico 10 - Frequência com que vai a cooperativa por município



Fonte: resultados da pesquisa

Assim, enquanto nas empresas tradicionais há duas classes distintas: os que detêm os meios de produção e, conseqüentemente, o controle e o poder de decisões, e os que vendem a sua força de trabalho - com papéis claramente definidos quanto à posição que ocupam no sistema produtivo, nas organizações cooperativas os cooperados são, ao mesmo tempo, proprietários, trabalhadores e fornecedores. Ou seja, simultaneamente eles assumem os papéis de donos e trabalhadores, o que lhe dá o direito de participar de forma ativa dos processos de tomada de decisões e de fiscalização da cooperativa.

Um outro fator decisivo no êxito ou fracasso da cooperativa é a coesão grupal (SCHNEIDER, 2003), que deve estar sedimentada nos objetivos da cooperativa e no comprometimento dos membros com as atividades da organização. Nesse sentido, os indicadores que melhor podem determinar uma relação de sucesso para a cooperativa são aqueles que indicam haver um forte comprometimento dos cooperados, fundamentado na defesa dos seus interesses profissionais.

Este interesse deve ser demarcado de tal sorte que os resultados a serem obtidos pelos cooperados dependam antes da cooperativa que dos indivíduos, e que os benefícios individuais se deem por meio da organização cooperativa. A cooperativa deve ser percebida pelos cooperados como um meio político e ideológico para alcançar determinados fins, o que de uma maneira individual seria muito mais desgastante. Entretanto, é imprescindível que os cooperados tenham investido algo seu como bens, capital ou trabalho para a cooperativa, gerando um clima de comprometimento organizacional (SCHALLENBERGER, 2009).

Também cabe citar que as cooperativas, em sua sede ou unidades maiores, se tornaram centros de distribuição de serviços como: supermercados, agropecuárias com farmácia veterinária, postos de combustível e até mesmo postos de atendimento de agências bancárias. Essa diversificação atrai o cooperado diante da comodidade de encontrar, em um mesmo local, vários serviços de que venha a precisar. De acordo com o gráfico 10, essa realidade se confirma. O fato do cooperado ir até a cooperativa toda a semana sinaliza de que o mesmo está fazendo uso destes serviços. Nota-se que quanto mais próximo da sede da C.Vale, em Palotina, maior o número de visitas semanais.

Ao passo que a cooperativa se moderniza, os cooperados passam a possuir uma relação peculiar com a gestão, ao mesmo tempo que ele é cooperado, usufrui da prestação de serviço como usuário e cliente, é proprietário (cotista), gestor e controlador, ou seja, está diretamente ligado a todos os processos decisórios da gestão (SCHNEIDER, 2003).

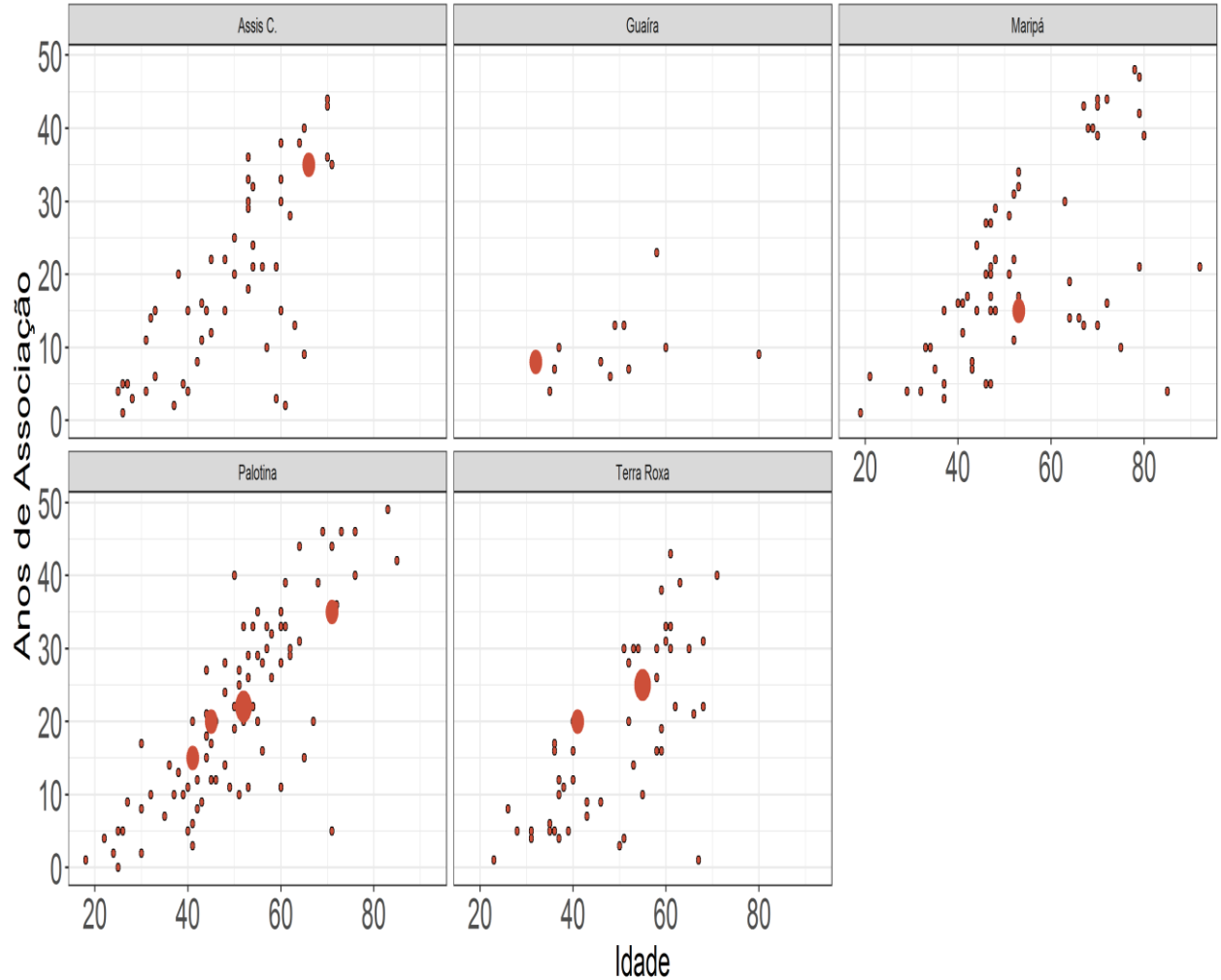
Ménard (2004) e Ostrom (2007) defendem a importância da comunicação face a face, e afirmam que essa pode gerar um aumento da confiança e propiciar maiores níveis de cooperação, sendo fundamental para a sobrevivência e o crescimento de uma cooperativa (MENDES, 2010). Ainda de acordo com os autores, a comunicação face a face é mais eficiente que a comunicação escrita, uma vez que há maior persuasão moral quando os indivíduos “olham nos olhos” uns dos outros durante uma conversa ou reunião.

Findada a exposição dos resultados que compuseram o perfil dos cooperados da amostra, constatou-se que esses resultados apresentam características semelhantes aos estudos realizados em outras cooperativas paranaenses, quais sejam: a maioria dos cooperados são homens com idade média de 50 anos; são agricultores com ensino fundamental completo e com mais de 20 anos de associação;

utilizam os serviços prestados pelas cooperativas pelo menos uma vez por semana (PASINI, 2013; SCHMIDT, 2014; TIERLING, 2016).

Na C.Vale também houve a constatação de que, em média, o tempo de associação corresponde há mais de 20 anos. O Gráfico 11 apresenta esse tempo dividido entre os municípios que compuseram a amostra.

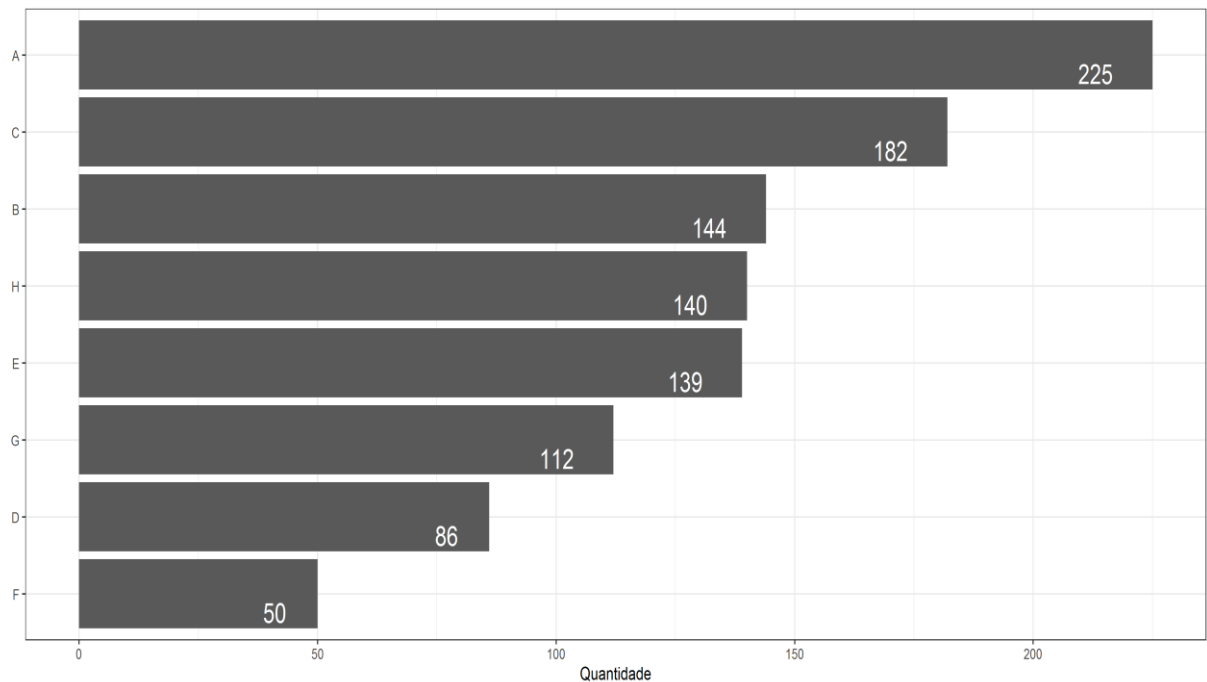
Gráfico 11 - Tempo de associação, por município e idade



Fonte: resultados da pesquisa

O Gráfico 12, sumariza as respostas da amostra quando perguntados dos motivos que o levaram a ser cooperado da C.Vale. Nesta questão os respondentes podiam assinalar mais de uma opção de resposta.

Gráfico 12 - Por que se associar a C.Vale?



Fonte: resultados da pesquisa

As letras no Gráfico 12 se referem as alternativas de respostas: a) porque ela me proporciona segurança com relação à venda e ao recebimento; b) para obter melhores preços de insumos; c) para obter assistência técnica; d) para obter acesso a créditos e financiamentos; e) porque, em termos econômicos, considero mais vantajoso participar de uma cooperativa do que vender meu produto sozinho no mercado; f) para melhorar meu relacionamento pessoal; g) porque acredito que a cooperação promove o desenvolvimento da comunidade; h) porque acredito no sistema cooperativo com forma de alavancar o crescimento econômico do cooperado.

Conforme o Gráfico 12 nota-se que a principal vantagem apontada pelos cooperados está vinculada a segurança, ou porque não dizer, a confiança de receber pelo que entregou (produção) a C.Vale, seguido da garantia de assistência técnica ao longo da produção.

A cooperativa representa para o produtor rural um canal seguro e importante de comercialização e de geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo (SCHNEIDER, 2017).

Fortalecidos dentro de um grupo maior, os cooperados têm segurança que não teriam isoladamente; têm condições, por exemplo, de negociar contratos melhores e preços mais justos para insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos. E

assim, devido ao ganho de escala, as cooperativas beneficiam diretamente o produtor, aumentando seu poder de negociação e suas oportunidades no mercado.

Também tem maior acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária, além de formação na gestão de recursos naturais. O interesse pela Comunidade é um dos princípios básicos do cooperativismo. As cooperativas têm um compromisso com o desenvolvimento de sua região, devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias socioambientalmente, sustentáveis, voltadas ao desenvolvimento da comunidade onde estão instaladas, 112 respondentes, ou seja 50% da amostra afirma que a C.Vale desenvolve essa prática.

Dessa forma, a cooperação no ambiente agropecuário estimula a produção, bem como, sua diversificação e modernização.

A expectativa é de que a partir do conhecimento de sua cooperativa, os cooperados possam entender melhor a realidade que os circunda, passando a ser promotores do seu próprio desenvolvimento e agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades. Nesta direção, Frantz (2003) ressalta:

Quanto mais se compreende os fenômenos e os acontecimentos em todos os espaços da vida, mais possibilidades de organização e ação se apresentam diante de suas dificuldades ou interesses. Entre o conhecimento e a ação dos homens existe uma estreita relação. Dessa relação nasce o poder de ação. Portanto, faz sentido aprofundar o conhecimento teórico sobre o que é e como funciona uma cooperativa. O exercício do poder cooperativo depende dessa compreensão, depende de conhecimento (p. 2-3).

Nessa perspectiva, Freire (1997) afirma que o homem é consciente e na medida em que conhece e compreende, tende a se comprometer com a própria realidade.

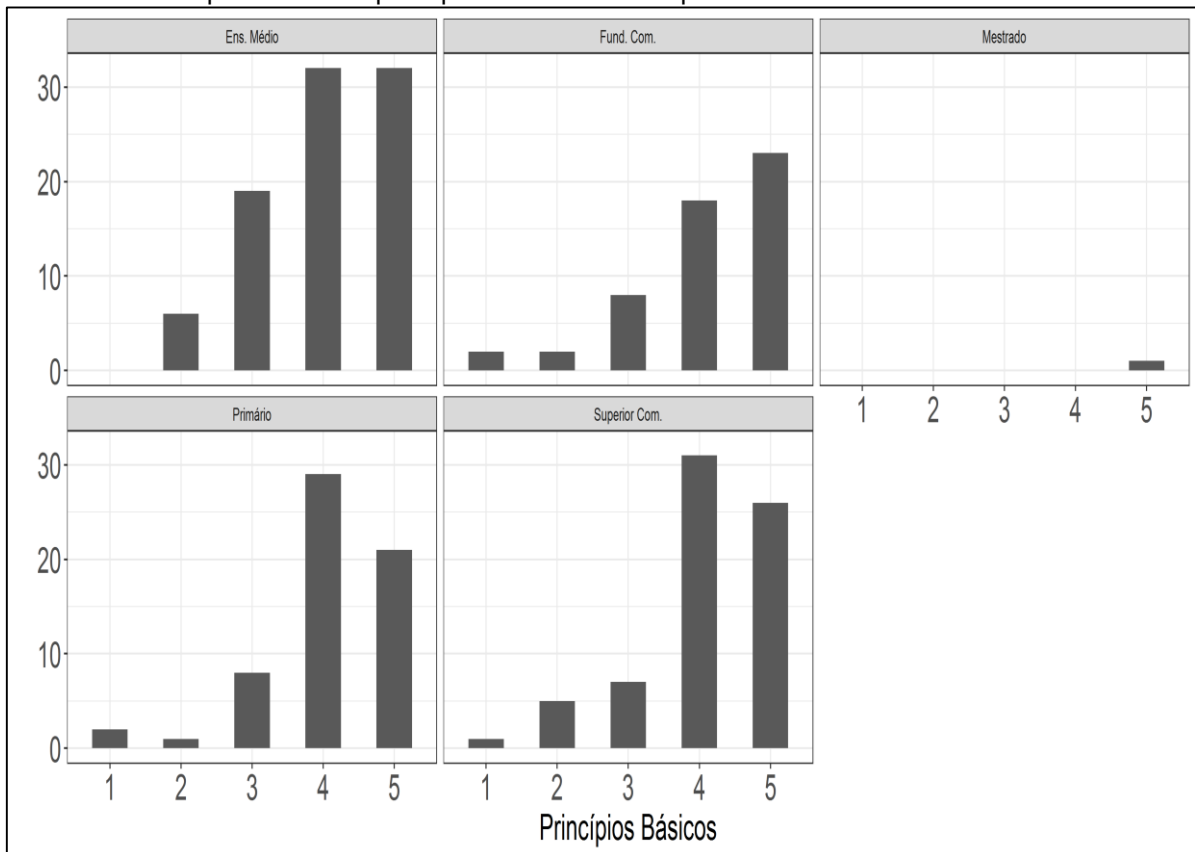
6.2 PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EXISTENTE

O segundo objetivo específico desta pesquisa se refere a análise da relação entre educação cooperativista e a permanência dos cooperados na C.Vale, bem como a compreensão dessa educação cooperativista realizada.

Primeiramente se ensajou saber se os respondentes conhecem e compreendem os princípios básicos do cooperativismo. Os resultados apontam que sim. Os cooperados da amostra conhecem e a compreendem. Interessante destacar

que o grau de instrução não interferiu na resposta. Ou seja, independentemente se o cooperado é graduado ou se concluiu o ensino primário, esse conhecimento faz parte do dia a dia dele. Esse resultado pode ser um indicativo de efetividade da educação cooperativista realizada pela C.Vale (Gráfico 13).

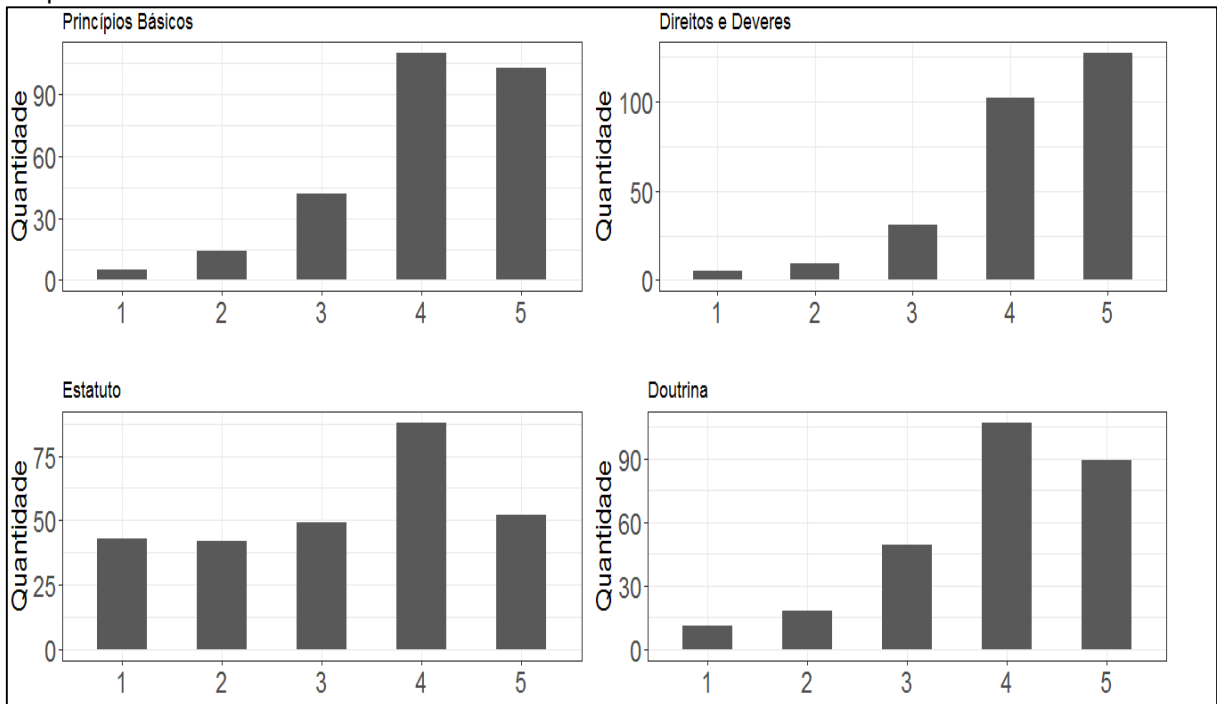
Gráfico 13 - Compreensão dos princípios básicos do Cooperativismo



Fonte: resultados da pesquisa

Como forma de ampliar a análise, investigou-se também o grau de conhecimento da amostra quanto aos seus direitos e deveres enquanto cooperado, bem como se conhece ou não o estatuto da C.Vale e a doutrina cooperativista pregada (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Análise das questões do questionário sobre o conhecimento dos princípios e da doutrina cooperativista:



Fonte: resultados da pesquisa

De acordo com Gráfico 14, o grau de conhecimento da amostra quanto aos princípios básicos e a doutrina cooperativista mostra-se alto. Quanto aos seus direitos e deveres também são de conhecimento da amostra. Contudo, as respostas obtidas quanto ao grau de conhecimento do estatuto da C.Vale foram considerados insuficientes. Cinquenta por cento da amostra respondeu deter baixo ou médio conhecimento desse instrumento.

Esse resultado chama a atenção uma vez que, o estatuto é um dos requisitos para a organização e a constituição de uma sociedade cooperativa, sendo composto por um conjunto de regras norteadoras da sociedade que estabelece os direitos e deveres de seus sócios, além de descrever uma série de determinações legais que regulamentam o seu funcionamento. Como se pode conhecer seus direitos e deveres e atestar que desconhece o estatuto da C.Vale? Cabe aí uma investigação futura.

De acordo com Schneider (2003) não se nasce cooperado em um ambiente predominantemente competitivo e individualista. Não se muda o comportamento de uma pessoa sem mudar sua mentalidade. Uma mentalidade diferente só se adquire por meio de uma educação continuada e persistente, motivando-a em prol de ideias, valores, princípios e atitudes que apelem para a solidariedade e a ajuda mútua.

O crescimento de um forte e autêntico movimento cooperativista está indissoluvelmente vinculado ao cumprimento do trabalho educativo que, para ser integral, deve trabalhar de forma equilibrada e harmoniosa a difusão de valores e princípios que compõem a doutrina cooperativista, tais como: a capacitação nos métodos e procedimentos próprios da gestão empresarial; a informação adequada sobre o “entorno” socioeconômico que gravita em torno das organizações cooperativas; e a capacitação nas técnicas exigidas pela atividade que se pretende desenvolver.

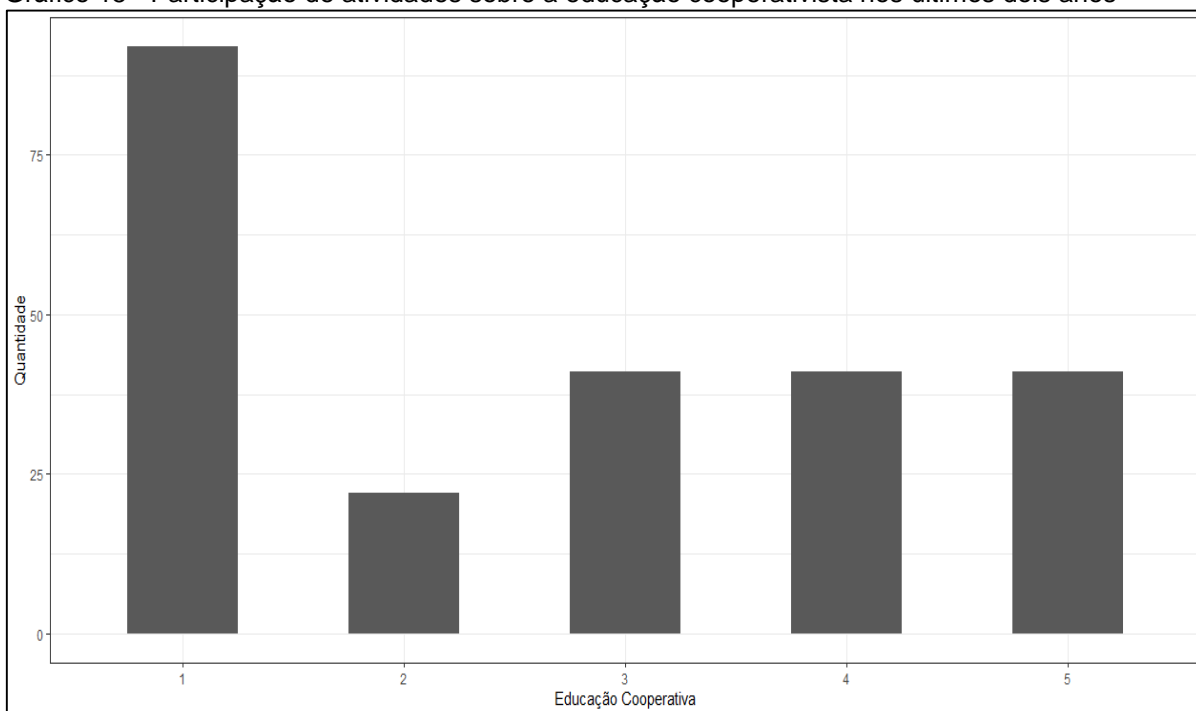
De acordo com as respostas do Gráfico 15, há indicativos de que a educação cooperativista desenvolvida pela C. Vale, vem atingindo seu objetivo, por meio da mensuração da compreensão do cooperado observado pelo questionário.

Neste sentido as respostas a questão sobre a participação da amostra em atividades desenvolvidas pela C.Vale que estão relacionadas à educação cooperativa surpreendeu.

De acordo com o Gráfico 16, a opção de resposta 1 ‘discordo totalmente’, teve expressivo número de respondentes. O que isso significa? Que do ponto de vista do cooperado não há participação nessas atividades. Se considerado o número que participa de forma regular a frequentemente, tem-se em torno de 50% que não participa.

Esse número sinaliza a falta de atividades neste sentido organizadas e executadas pela C.Vale ou, que as mesmas ocorreram, mas esses cooperados não participaram por desconhecimento das mesmas ou por desinteresse.

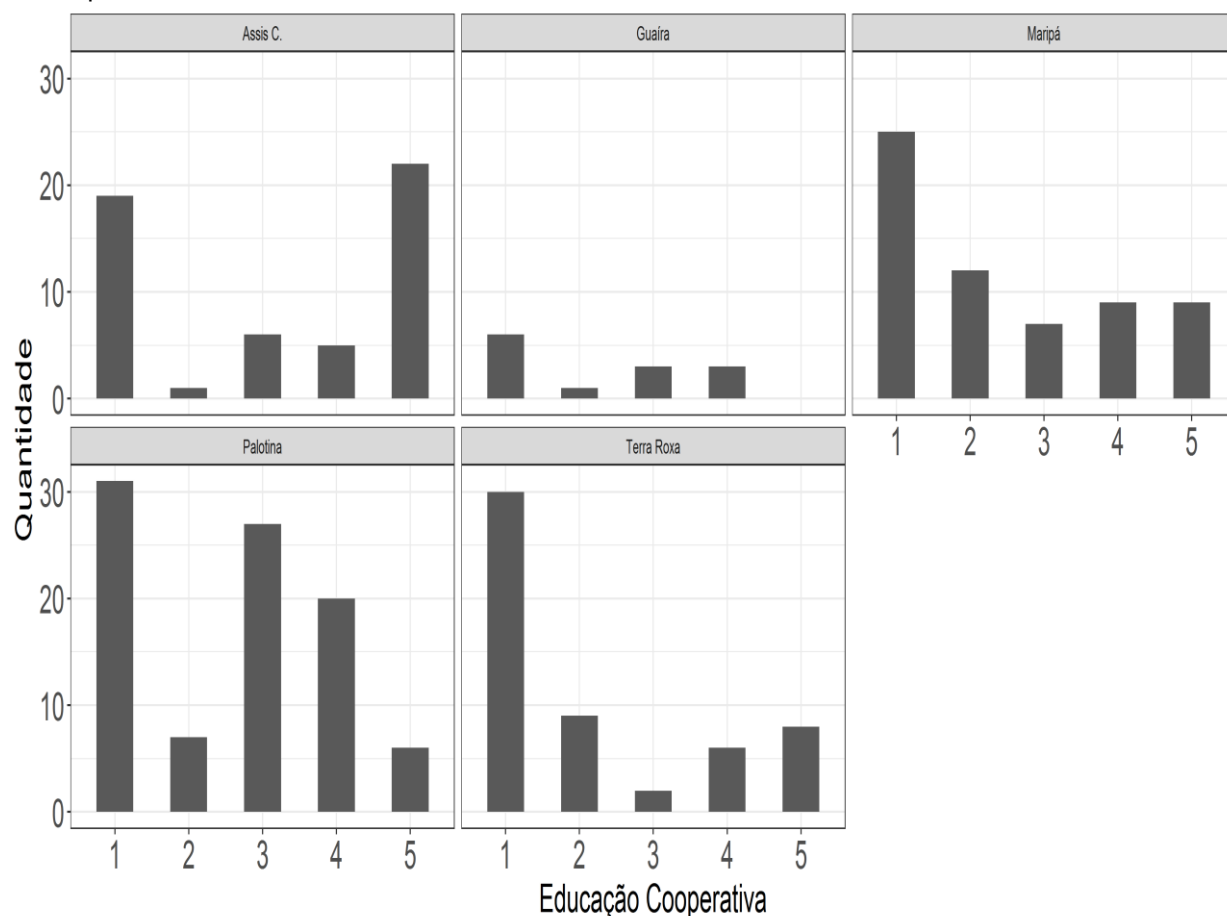
Gráfico 15 - Participação de atividades sobre a educação cooperativista nos últimos dois anos



Fonte: resultados da pesquisa

Desmembradas as respostas por municípios que detêm unidades da C.Vale (Gráfico 16), pode-se constatar que a quantidade de cooperados que não participam é elevada. Contudo, os cooperados que residem no município sede da cooperativa e em Assis Chateaubriand (distante cerca de 48 km da sede), têm uma participação maior, sendo o destaque para os cooperados do município sede. Por que dessa participação maior e mais efetiva? Seria a questão distância da unidade? Ou o acesso aos meios de comunicação utilizados pela C.Vale?

Gráfico 16 - Participação de atividades sobre a educação cooperativista nos últimos dois anos por município



Fonte: resultados da pesquisa

Para Schneider (2003) as cooperativas necessitam de programas de comunicação que favoreçam a educação cooperativista aos seus cooperados e estabeleçam uma dimensão apropriada para os valores e princípios que a perpassam. Para tanto as ações organizadas devem fazer parte de um programa permanente, com iniciativas e objetos claramente definidos e com meios de divulgação apropriados ao cotidiano do cooperado.

O conhecimento e o reconhecimento dos destinatários, considerados os públicos a serem trabalhados por meio de mecanismos formais ou informais de comunicação e a determinação de uma escala de prioridades, constituem passo importante para o estabelecimento de políticas internas e externas à organização.

De acordo com Centenaro (2019), a C.Vale faz uso de diversos veículos de comunicação tais como: “*Jornal local/regional; Revista da C.Vale; Rádio própria da cooperativa bem como Rádio AM/FM; TV; Internet; Dias de Campo e atividades realizadas nas comunidades onde há entrepostos.*”

Pois bem, a C.Vale então detém uma programação contínua de divulgação de suas ações de educação cooperativista. Então é preciso avaliar o quanto dessa programação realmente chega até os cooperados que não residem no município sede. Schneider (2003) destaca a necessidade da constantemente avaliação dos programas de divulgação das ações e da educação cooperativista por parte das cooperativas. O monitoramento do processo permite verificar a ação sobre atividades e propostas da educação cooperativista. A medida que estes processos se apresentam como parte do cotidiano das cooperativas, estas tendem a possuir um quadro associativo mais coeso e atuante, identificado com o seu próprio negócio, como também assumindo atitudes solidárias, fortalecendo-se enquanto indivíduo e enquanto grupo.

6.2.1 Conhecimento Específico

Nessa etapa de análise, o foco foi a visão do cooperado em relação à educação cooperativista, em seus aspectos específicos, quais sejam: importância e atualidade relacionadas à doutrina cooperativista. A base teórica que consubstanciou as análises foram Frantz (2001; 2007), Charles Gide (1969) e Schneider (2003), autores que aprofundaram sistematicamente estudos sobre a doutrina do cooperativismo.

A educação visa explorar as potencialidades e habilidades do indivíduo e fazer com que o ser humano pense, reflita, discuta, aja. Pretende-se que a pessoa conheça sua organização e se encontre com sua realidade. Deseja-se, por meio de um processo gradual, despertar o interesse das pessoas e motivá-las para que possam participar ativamente em suas cooperativas e serem agentes de melhoria ou de transformação de sua realidade (SCHNEIDER, 2003).

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência, sem essas atitudes, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. Transformando assim o perfil do cooperado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de cooperado bem informado, solidário, motivado e participativo (op Cit.).

Os conteúdos da educação cooperativa devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é

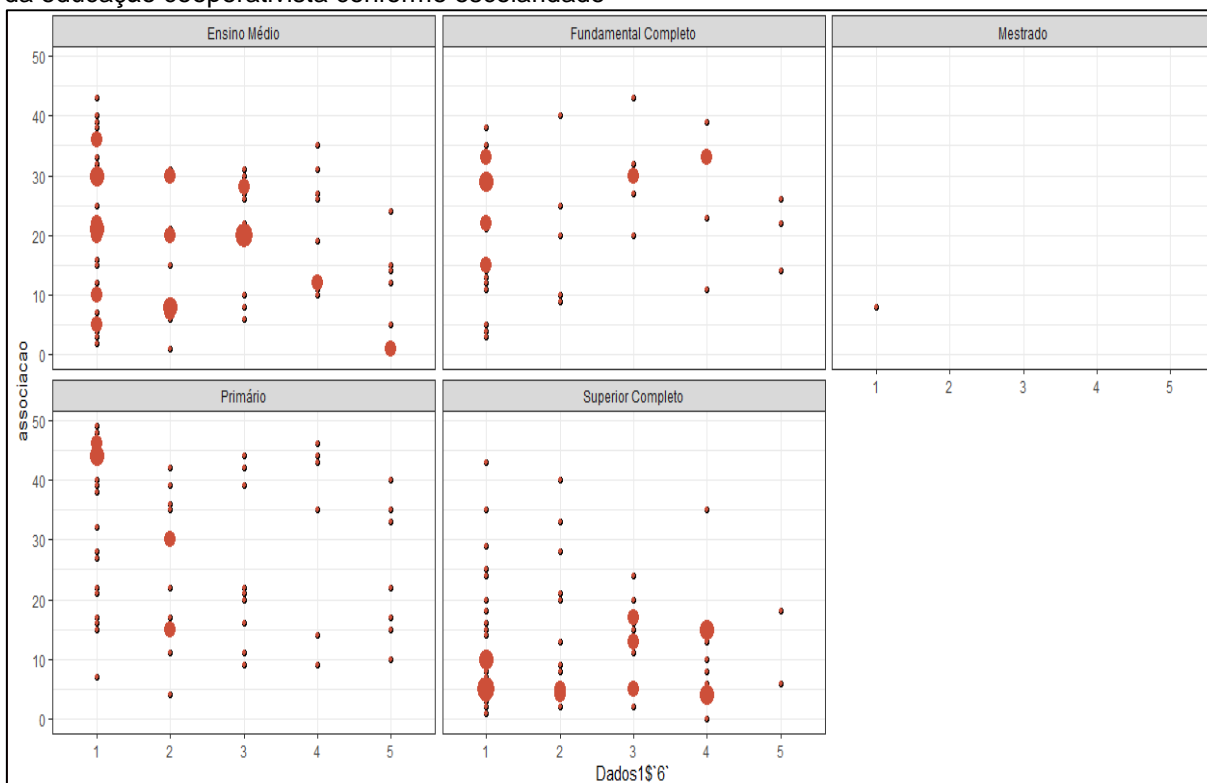
fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que formata entre os agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando (SCHNEIDER, 2003).

Para tanto, os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre cooperativismo e educação (SCHNEIDER, 2003).

Questionados se: A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os cooperados e sobre essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo;

Os resultados indicaram que essa afirmativa está incorreta, na percepção dos cooperados pesquisados. A cooperativa não se preocupa somente em trazer o retorno financeiro, mas sim em organizar um processo educativo que faça o cooperado crescer pessoalmente e profissionalmente dentro da cooperativa (Gráfico 17).

Gráfico 17 - A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os cooperados e sobre essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo. Percepção dos cooperados sobre o grau da educação cooperativista conforme escolaridade

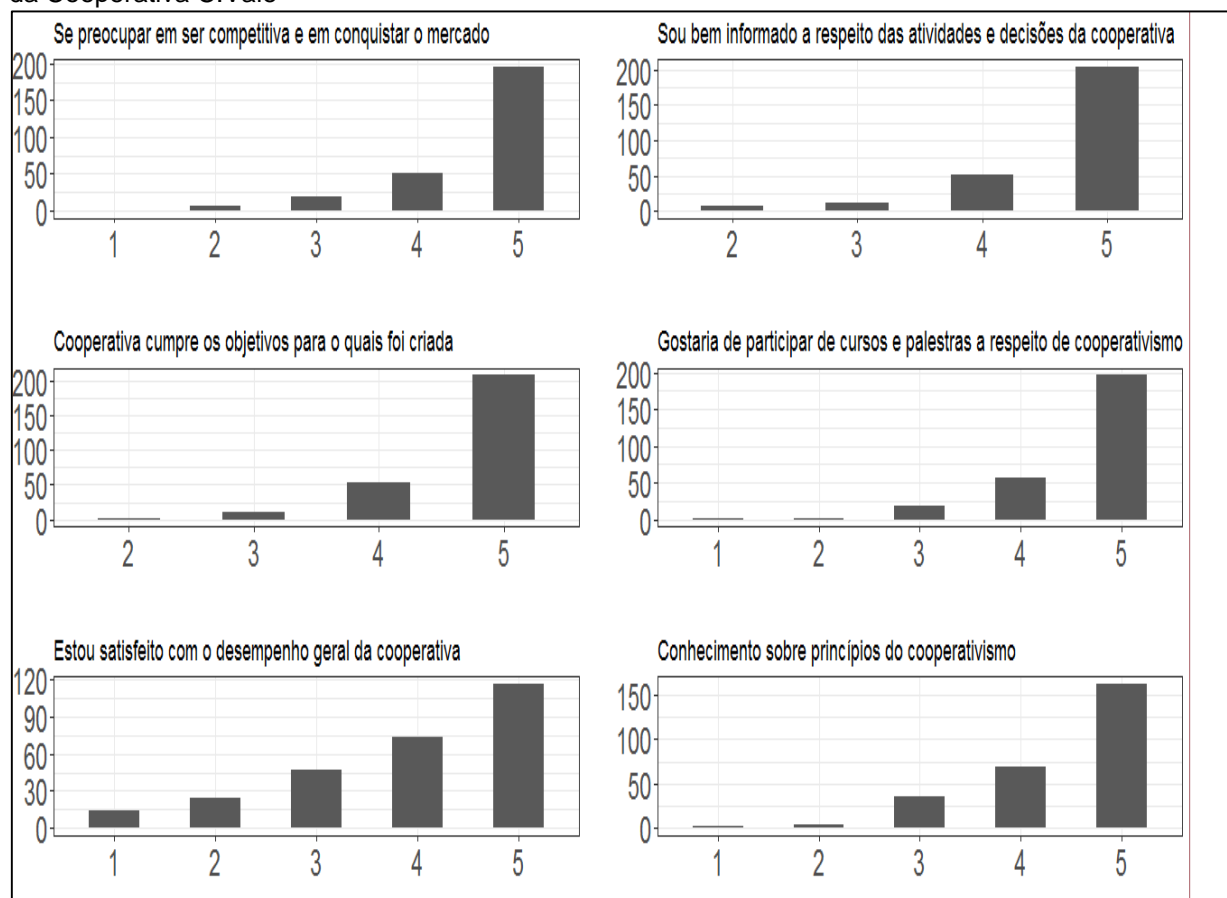


Fonte: resultados da pesquisa

No processo da educação é possível identificar práticas cooperativas e no processo da cooperação pode-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada cooperado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e potencializam-se, como práticas sociais específicas (SCHNEIDER, 2003).

Para as questões de conhecimento específico, no tocante à Cooperativa constatou-se que os entrevistados, em sua maioria concordam totalmente com as afirmações: a) C.Vale se preocupa em ser competitiva e em conquistar mercado; b) é de conhecimento desses cooperados as atividades e decisões da diretoria da cooperativa; c) a cooperativa cumpre com os objetivos de sua criação; d) detém conhecimento dos princípios do cooperativismo, mas gostariam de participar de cursos e palestras sobre educação cooperativista.

Gráfico 18 – Explicação do conhecimento específico por meio dos gráficos destinado aos cooperados da Cooperativa C.Vale



Fonte: resultados da pesquisa

Assim, no diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa, como um processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação.

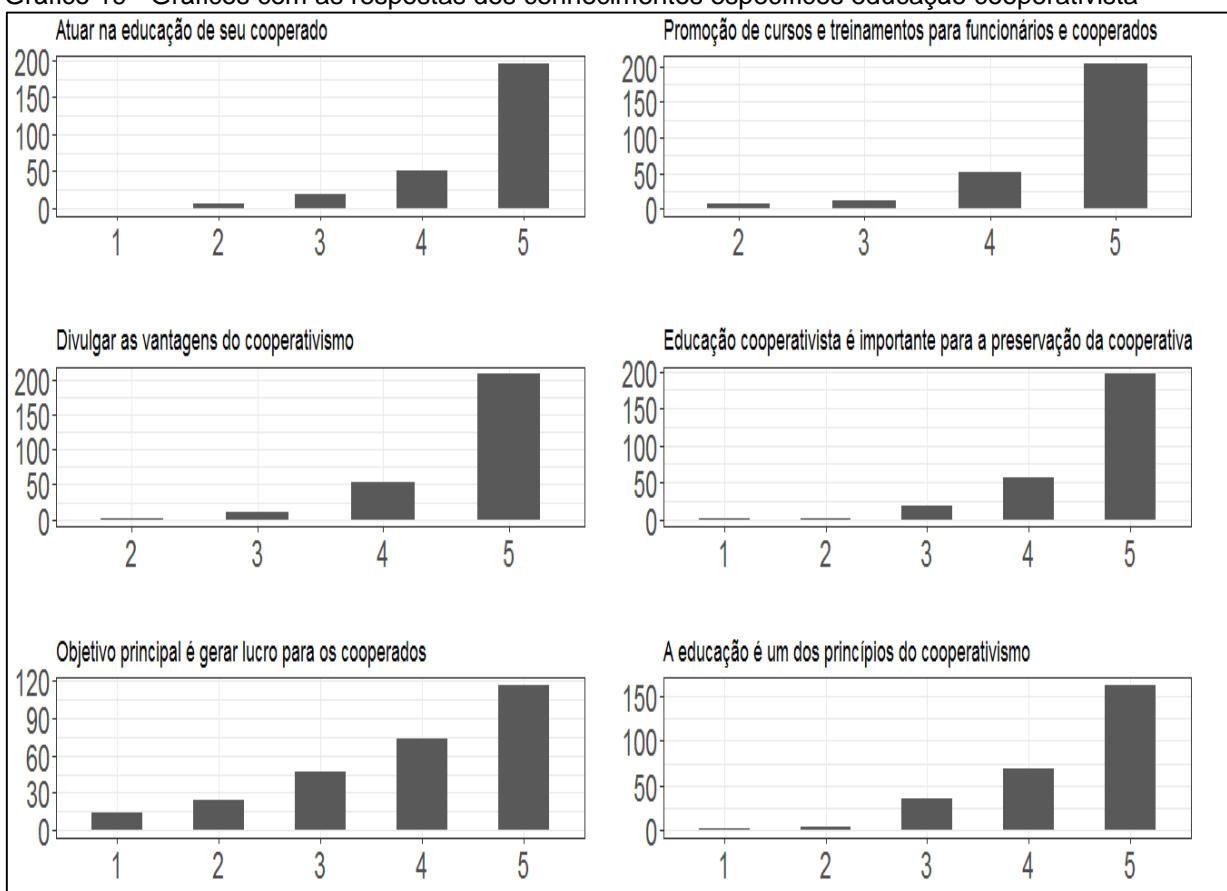
Para compreender essa relação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, deve-se olhar e perguntar pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Deve-se perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a cooperação, de quem está envolvido no processo da educação. Deve-se compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo (SCHNEIDER, 2017).

Educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação. A educação é um processo cooperativo, desde que esteja voltado à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes (SCHNEIDER, 2017).

Nas organizações cooperativas produz-se educação, mas ela se faz cooperativa nas práticas da interação dos cooperados, seja pela ação discursiva da argumentação sobre o fazer, ou seja, pelo fazer. Ela se faz cooperativa na prática, nas relações dos cooperantes. A educação no espaço da organização cooperativa, a sua prática pedagógica, contém e revela a noção, a compreensão que se tem do que vem a ser uma cooperativa (FRANTZ, 2003).

Para as questões de conhecimento específico: Educação cooperativista: a C.Vale vem produzindo essa educação cooperativista conforme a resposta dos cooperados, comprovando com grau 4 e 5, afirmando ter conhecimento sobre a educação cooperativista.

Gráfico 19 - Gráficos com as respostas dos conhecimentos específicos educação cooperativista



Fonte: resultados da pesquisa

Por meio do gráfico 19 constata-se que os cooperados assinalaram, em sua maioria, a opção 5 – concordo totalmente. Essas respostas significam que, para eles a C.Vale deve: a) atuar na educação do cooperado; b) promover cursos e treinamentos para cooperados e colaboradores; c) que a educação cooperativista é importante para a preservação da cooperativa, pois a educação é um dos princípios do cooperativismo. Também assinalaram concordar plenamente de que a C.Vale deve divulgar as vantagens de estar cooperado a cooperativa.

Ressalta-se a questão na qual afirmam ser o principal objetivo da C.Vale gerar lucro para seus cooperados. As respostas para essa questão concentraram-se nas opções 4 e 5, mas, se somadas as opções que também foram assinaladas: 1 a 3 se somadas ultrapassam o número das assinaladas na opção 4. O que isso quer dizer?

A educação cooperativa como ação continuada por parte das cooperativas precisa ser retomada de forma abrangente no cooperativismo, pois somente assim garantir-se-á o desenvolvimento pleno e duradouro do cooperativismo e da cooperação como prática cotidiana (FRANTZ; SCHONARDIE; SCHNEIDER, 2017).

É notório que os aspectos econômicos, técnicos e de gestão são fundamentais para a manutenção do funcionamento e desenvolvimento das cooperativas e dos cooperados, no entanto, para que realmente seja implementada a prática da educação cooperativista com base nos princípios fundamentais é necessário que o processo de educação esteja presente e permanente.

Assim, a garantia da manutenção do cooperado como cooperado perpassa pela credibilidade e confiança, valores que se complementam e fortalecem os vínculos entre cooperativa e cooperado.

Os valores acima citados, ratificados pela pesquisa de campo realizada, se traduzem nos números alcançados pela C. Vale no término de 2019.

Consequente a cooperativa C.Vale vem promovendo a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus colaboradores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgando-se os princípios de cooperativismo e informando a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar a relação entre educação cooperativista e a participação dos cooperados da Cooperativa Agroindustrial C.Vale.

Partiu-se do pressuposto de que a educação cooperativista é de fundamental importância para o bom desempenho de uma cooperativa, à medida que permite compreender que essa formação favorece a cooperação e a fidelização dos cooperados, tão essencial para a sobrevivência da organização em mercados cada vez mais competitivos (FERREIRA; PRESNO AMODEO, 2008).

A partir da premissa acima duas hipóteses de pesquisas foram construídas e descritas na introdução desta dissertação: a) a participação do cooperado na C.Vale é consequência da educação cooperativista executada por ela; b) o cooperado que faz parte da cooperativa mais tempo percebe mais os efeitos das ações da educação cooperativista praticada pela C.Vale.

Tão importante quanto a gestão empresarial é a gestão social (educação e participação) pois é ela que objetiva gerar sentimentos de pertencimento e de identidade dos cooperados com a cooperativa da qual fazem parte. É esse pertencimento que aumenta a fidelidade e a confiança do cooperado para com a cooperativa.

E cabe a educação cooperativista levar até os cooperados e aos demais integrantes da comunidade C. Vale o melhor entendimento do que significa cooperar e ser cooperado. É a educação cooperativista que promove a reflexão, a discussão e a ação entre os cooperados envolvidos na cooperativa, contribuindo para um despertar gradual e constante de interesse pela participação e envolvimento ativo desses para com a cooperativa (SCHNEIDER, 2003; FERREIRA; PRESNO AMODEO, 2008). Neste sentido a educação cooperativa se apresenta como um fato decisivo para o desempenho desse tipo de arranjo organizacional (MENDES, 2010).

Do ponto de vista operacional e funcional a falta de programas direcionados à educação cooperativista está associada à origem de problemas de infidelidade e oportunismo (free-rider) presenciados em grande parte das relações entre cooperados e cooperativas, levando a um baixo desempenho econômico e ao endividamento, prejudicando a capitalização e até a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Esses problemas foram amplamente discutidos em Willianson (1985), Cook (1995), Bialoskorski Neto, e Lago (2008).

Na C. Vale os resultados da pesquisa realizada afirmam que a cooperativa, por meio de seu programa corporativo de educação cooperativista, vem atingindo os objetivos traçados, quais sejam: a) Qualificar os cooperados, seus familiares, colaboradores e comunidade sobre os conceitos, princípios e benefícios do cooperativismo e informações sobre a cooperativa e; b) proporcionar ao público alvo capacitação e formação sobre cooperativismo, visando sua aproximação, maior envolvimento e integrando-os no cotidiano da cooperativa. Ou seja, os resultados demonstraram que o programa de educação cooperativista da C. Vale é atuante e é percebido pela maioria dos cooperados que participaram da amostra da pesquisa, confirmando as hipóteses de pesquisa: a participação do cooperado na C.Vale é consequência da educação cooperativista executada por ela e; b) o cooperado que faz parte da cooperativa mais tempo percebe mais os efeitos das ações da educação cooperativista praticada pela C.Vale.

Assim para que se alcance cem por cento de efetividade do programa a Assessoria de Qualidade e Comunicação Social precisa rever e adequar os veículos de informação utilizados para divulgar as ações do programa de educação. O fato de muitos residirem em zonas rurais pode limitar o acesso a comunicação virtual, canal de comunicação muito utilizado pela C. Vale.

É importante que a cooperativa não só continue com o programa de educação cooperativa como também o amplie, buscando alcançar cada vez mais um maior número de cooperados bem como o transforme em uma das estratégias de atração de novos cooperados.

Neste sentido, uma pequena ação foi desencadeada pela autora, a partir da aprovação da diretoria da C. Vale, no sentido de contribuir na ampliação de divulgação da importância da educação cooperativista. Na assembleia geral realizada no dia 31/01/2020, na sede da C. Vale no município de Palotina, foi divulgado que na próxima edição da Revista Institucional da cooperativa, janeiro/fevereiro de 2020, irá constar um folder elaborado pela autora (Apêndice C), que trata da importância da educação.

Por fim, compreendeu-se durante o desenvolvimento dessa pesquisa a necessidade de outros desdobramentos de estudo, como por exemplo a análise de inserção e de efetividade desse programa de educação cooperativista nos demais municípios que detêm unidades da C. Vale para, a partir desses resultados, poder construir um estudo comparativo com as demais cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste e porque não do estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ACI, Aliança Cooperativa Internacional. Statement on the co-operative identity: define uma cooperativa e descreve seus princípios e valores. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>>. Acesso em: 13 de mar. de 2019. (a).

ACI, Aliança Cooperativa Internacional, 2019. Statistical Information on the Co-operative Movement: apresenta as estatísticas do movimento cooperativista no mundo. Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/statistics.html>>. Acesso em: 15 mar de 2019. (b).

Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (s.d). Recuperado <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>> Acesso: em 10 de Abri de 2019.

ALVES, A; SILVA, C. L. da; FREIRE JR, W. R. Cooperativismo e Desenvolvimento no Oeste Paranaense: o caso da C.Vale na Região de Palotina/PR. 2008. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/109983/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2019

ALVES, A. G. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, 92 p. , 2003.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J. Cooperativismo Agropecuário e de Crédito no Brasil do Agronegócio. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 14, p. 558-587, 2018.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J. . Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio. 3º Lugar no VI Prêmio BRDE de Desenvolvimento. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2011.

ALBUQUERQUE, P. P. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: Unisinos, 2003. p. 109-134.

ALVES, L., BILHA CRUZ, L., FERRERA DE LIMA, J., & PIFFER, M. O Capital Social na Microrregião de Toledo-PR – 1985/2009. **Desenvolvimento Em Questão**, 11(22), 139-172. 2013.

AMODEO, N. B. P. **Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural.** In: AMODEO, N. B. P. ; ALIMONDA, H. (Org.). Ruralidades, capacitação e desenvolvimento. Viçosa: UFV, 2008. p. 151-176.

BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná.** Curitiba: Graphipar, 1969. Vol.1.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). Desenvolvimento regional, capital social e democracia local. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2008.

BARTON, D. **What is a Cooperative?** In: Cobia, D. W.: Anderson, b. L (Editors). Cooperatives in Agriculture. Edição online, 2000. Disponível em: <http://www.agecon.ku.edu/accc/textbook/login_page.htm>. Acesso em: 22. de mar. de 2019.

BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar. 1977.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas:** economia, crescimento e estrutura de capital. Piracicaba, 202p. Teses (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. **Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo: um ensaio analítico.** Texto para discussão, Série Economia, 2000. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/pesquisa/images/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2000/wpe12.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2019.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M.F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIALOSKORSKI, N, S. **Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: Um ensaio analítico.** In. Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias. Universidade Federal de Viçosa, DER. Viçosa, MG. P. 305, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BRAGA, M. J.; REIS, B. S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico. **Agronegócio Cooperativo:** reestruturação e estratégias. Viçosa, p. 77-97. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S.; FERREIRA JUNIOR, W. **Evolução e Organização das Cooperativas Agropecuárias Paulistas na Década de 90.** In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, **Anais...** Cuiabá, 2004.

BOETTCHER, E. (1974): Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft. Tübingen: J. C. B Mohr.

BOOK, S. A. (1993) Valores Cooperativos num mundo em mudança. Lisboa: Incoop.

CENTENARO, JONIS EVERTON. **Questionário destinado ao dirigente da C.Vale.** [Entrevista concedida a] Daiane F. Staback. Disponível no Apêndice B. Toledo, 2019.

CENZI, N. L. **Cooperativismo:** desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro, Curitiba: Juruá, 2012. 171p.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIDADE BRASIL. **MICRORREGIÃO DE TOLEDO. 2019.** Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-toledo.html?c=habitants>> Acesso em: 09 de dez. de 2019.

COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA OCEPAR. Informações e Dados: Gerência de Cooperativismo (Gecoop) e Gerência Técnica (Getec). Diagramação: Celso Arimatéia. Edição 2018.

COOK, M. L. The future of US Agricultural cooperatives: a neo-institutional approach. **American Journal of Agricultural Economics**, n. 77, p. 1153-1159, 1995.

COOK, M. L.; PLUNKETT, B. Collective Entrepreneurship: An Emerging Phenomenon in Producer-Owned Organizations. *Journal Of Agricultural and Applied Economics*, Griffin, v. 38, p. 421-428, 2006.

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E.; **Cooperativismo e Agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná.** 2005. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/coop-agr-famil-oeste-parana.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

C. Vale. Cooperativa Agroindustrial. História da C.Vale, c2019. Página inicial. Disponível em: <<http://www.cvale.com.br>>. Acesso em: várias datas de 2019.

C.Vale. Cooperativa Agroindustrial. **Despertar nas pessoas um mundo mais próspero**. Revista C.Vale – Relatório anual, Palotina: Tuicial, 63p. Janeiro 2020.

C.Vale. Cooperativa Agroindustrial. C. Vale a 2ª maior empresa agropecuária do Brasil. Relatório anual. Jan., 35p. 2020.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção prospectiva; v.6)

DUGATKIN, L.A. **Cooperation among animals An evolutionary perspective**. Oxford University Press, 1997.

FAJARDO, S. ROCHA, M. M. **Cooperativismo e contradições: o caso brasileiro**, Curitiba: CRV, 2018. 148p.

FAUQUET, G. *Le secteur coopératif*. Basileia: USC; Paris: PUF; Bruxelas: Les Propagateurs de La Coopération, 1942 (Tradução brasileira. O setor cooperativo. Lisboa: Horizonte, 1981).

FERREIRA, P. R. **A educação cooperativista em Minas Gerais: mapeando as organizações**. 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

FERREIRA, P. R.; PRESNO AMODEO, N. B. O SESCOOP e a criação do campo da educação cooperativista. ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 2008, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2008.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Lisboa: LCE, 1978.

FRANTZ, W. (1980): Genossenschaftsentwicklung und genossenschaftliche Erziehung. Eine Fallstudie aus Brasilien. In: Jahrbuch für Bildung, Gesellschaft und Politik in Lateinamerika. Münster, n. 5, pp., 3-275.

FRANTZ, W. **A Organização Cooperativa: Campo de Educação e Espaço de poder.** In: IV Jornada de Pesquisa. Livro de Resumos, Novembro. Ijuí: Editora Unijuí, 1999, p. 59-60.

FRANTZ, W. **Educação e Cooperação:** Práticas que se relacionam. Sociologias, ano 3. n° 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

FRANTZ, W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.37, n. 119, p. 65-84, 2002. (Série Cooperativismo n. 52).

FRANTZ, W. Educação para o cooperativismo: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP. 2003. p. 59-108.

FRANTZ, W.; SCHONARDIE, P. A. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. In REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa de Educação, 2007. p. 1-15.

FRANTZ, W. Razões do cooperativismo moderno. **O Interior**, Porto Alegre, v. 32, n. 963, p. 12, mar. 2007.

FRANTZ, W. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Editora Unijuí: Ijuí, 2012.

FRANTZ, W. SCHONARDIE, P. A. SCHNEIDER, J. O. **As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação.** 2017. Revista de didáticas Específicas, n°16. p. 14-26. Disponível em: <www.didaticasespecificas.com>. Acesso em: 18 de abri. de 2019.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GHIZZO, M. R.; TEIXEIRA, J. M. C.; FANTINEL, A. L. A Feira do produtor como estratégia de desenvolvimento: o caso de Toledo-PR. SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL E XVII SEMANA DE GEOGRAFIA, Maringá. Anais. ago. 2008. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo_3/25.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. G. (1999) **Educação não-formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez.

GONÇALVES, J. E. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário**. 2001.

HENDGES, M.; SCHNEIDER, J. O. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. *Economia Solidária e Ação Cooperativa (Esac)*, Unisinos, v. 1, n. 1, p. 33-48, jul./dez. 2006.

JAKOBSEN, G. When business leads to cooperative development: a study of educational processes in a cooperative firm. In: **Review of International Cooperation**. v. 89/2, p. 25-33, 1996.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado – BDEweb**. (2010) Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em 18 de set. de 2019.

LAGO, A. educação cooperativa: a experiência do programa do Sicredi. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Brando. **Anais...** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 1998.

FERRERA DE LIMA, J. ALVES, L. R.:. Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio. 3º Lugar no VI Prêmio BRDE de Desenvolvimento. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2011. Disponível em: <http://files.luciralves.com/2000000415598056904/Cooperativismo%20e%20desenvolvimento%20rural%20no%20Paran%C3%A1%20do%20agroneg%C3%B3cio.pdf>.> Acesso em: 20 de nov. de 2019

LOUREIRO, M.R.G. **Cooperativismo e reprodução camponesa**. In.: LOUREIRO, Maria Rita Cardoso. (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

MACHADO, P. A. **Comentários à lei do cooperativismo**. São Paulo, Unidas Ltda, 1975.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática – uma introdução ao estudo da sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MÉNARD, C. *The economics of hybrid Organizations*. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MENDES, M. M.; **Relação entre a educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados**: verdades incertas. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MENEGÁRIO, A. H. **Emprego de indicadores sócio-econômico na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MÉSZAROS. I. (2005): **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo.

MILAGRES, C. S. F.; AMODEO, N. B. P. ; SOUSA, D. N. *As Cooperativas Agropecuárias e o desafio da gestão: um estudo na Região Sul/Sudoeste de MG*. In: Congresso da Sober, 47p. Porto Alegre/RS, 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MÓGLIA, L. C.; PARADA JÚNIOR. I.; BIALOSKORSKI NETO, S.; MARCHI, D. Fidelidade e reciprocidade do cooperado: o caso da Carol. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 42. 2004, Cuiabá.

MONDARDO, M. L.; A dinâmica migratória do Paraná o caso da Região Sudoeste ao longo do século XX. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a06v28n1>. Acesso em: 16 set. 2019.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista**. In: MACÊDO, K. B.; XIMENES, J. A. A. (Orgs). Cooperativismo na era da Globalização. Goiânia: UCG/Terra, 2001. 446 p.

MOREIRA, J. C. P. et al. **Capital social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso**. Rio Branco, Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/905.pdf>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

NADALIM, S. O. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativa como Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 209p.

NINAUT, E. S.; MATOS, M. A. Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. *Informações Econômicas*. SP. v.38, n.8, ago. 2008.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativas de sucesso no agronegócio mundial**. 2015. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=12218>. Acesso em: 12 jun. de 2019.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Cooperativismo: Forma ideal de organização. 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Relatório de Atividades e planos de ação. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/relatorio-de-atividades>>. Acesso em: 22 de abr. de 2019.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná. **Cooperativismo paranaense**: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> Acesso em: 24 abr. 2019.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. **Bologna, 2007**.

PARANÁ COOPERATIVO. Somos o Cooperativismo no Paraná. (2018). Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/>>. Acesso em: 15 de mai. De 2019.

PASINI, A. H. **A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR**. 111p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2013.

PIFFER, M. et al. Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social. [s.l.], 2007. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/14.pdf>> Acesso em: 9 de ago. de 2019.

PINHO, D. B. **Doutrina cooperativa nos Regimes capitalistas e socialistas**. 2 Ed. São Paulo: Pioneira, 1966

PINHO, D. B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977. Referência da tabela atualizada sobre os ramos cooperativos. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramos>>. Acesso em: 9 de ago. de 2019.

PINHO, D. B. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: Unisinos, 2003. p. 135-177.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saravia, 2004. 357 p.

PORTAL DO PARANÁ. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/>>. Acesso em 20 de mai. De 2019.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REIS, B. S. et al. Administração financeira e social em cooperativas agropecuárias de Minas Gerais. In: **Seminário internacional la co-construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá**, 2009, Buenos Aires, Argentina.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RITZMANN, S. U. L. **História do Paraná**. 2016. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 22 de abr. de 2019.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SANTOS, F. E. G. Educação cooperativista e organização do quadro social de cooperativas. Belo Horizonte: SESCOOP-MG, 2000, p. 1-34.

SILVA, C. F. Agropecuária. In.: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R.; TOMIO, M.; TOMÉ, L. H. P. ; CIELO, I. D. Ações coletivas no agronegócio: uma análise do estado da arte a partir dos congressos da Sober (2004-2013). In: **52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2014, Goiânia, **Anais...** Goiânia, 2014.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. Migrações e comunidades cristãs no Sul do Brasil: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná. Toledo, PR: Unioeste; Facitol, 1993.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**. v.8. n.2. Londrina/PR. jul./dez.2003. p. 9-26.

SCHALLENBERGER, E. O associativismo cristão e desenvolvimento comunitário - imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil. Cascavel. Edunioestes. 2009.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHALLENBERGER, E. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SCHALLENBERGER, E. Associativismo. MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHNEIDER, J. O. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In.: LOUREIRO, Maria Rita Cardoso (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

SCHNEIDER, J. O. **A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Cedope, 1993.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1999. 417p.

SCHNEIDER, J. O. (org.). 2003. **A educação cooperativa e suas práticas**. Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/UNISINOS. 256 p.

SCHNEIDER, J. O. **Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e direitos humanos**. Unisinos, Brasil. *Perspectiva Econômica*, 13(2):147-157, julho-dezembro 2017.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo. 1991.

SERRA, E. **A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais**. In:

VILLALOBOS, José Guerra. Geografia social e agricultura no Paraná. Programa de Pós- Graduação de Geografia, Maringá: UEM, 2003.

SETTE, A.T. S.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43. 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 2005.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, A. R. (2000): Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In SINGER, P. ; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, pp. 7-10.

SOUZA, D. N. A comunicação na articulação agroindustrial no modelo federado de cooperativas. 2011. 89f. Dissertação (Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2011.

SZWARCWALD, C.; DAMACENA, G. “Complex Sampling Design in opulation Surveys: Planning and effects on statistical data analysis”. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, volume 11, pp. 38-45, 2008.

TIERLING, I. M. B. M. **Ação coletiva no contexto da agricultura familiar**: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul. Dissertação de Mestrado. 155 f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2016.

VALADARES, J. H. (2005). Participação e poder: o Comitê Educativo na Cooperativa Agropecuária. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG.

VEIGA, Sandra M.; RECH, Daniel. **Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

WILLERS, Ednilse Maria. **Cultura associativa**: a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2015 (Tese de Doutorado).

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting.** New York, USA: The Free Press, 1985.

WHITE, L.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

CRÉDITOS

O Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo e gentilmente cedido para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. As adaptações foram realizadas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI em conjunto com as bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COOPERADO

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo verificar o grau de conhecimento dos cooperados com relação a doutrina da cooperativa em que são associados e se a educação cooperativa faz parte dos associados.

A UNIOESTE, por meio de seu programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e agronegócio, assegura ao anonimato desta pesquisa.

VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR

Não existe resposta certa, o objetivo é apenas conhecer os associados e não avaliá-los.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Muito obrigada!

Dados Pessoais

- 1- Idade: _____ anos
- 2- Sexo: () Masculino () Feminino
- 3- Grau de escolaridade:
 - () Primário (1° a 4° série)
 - () Fundamental Completo (Ginásio)
 - () Ensino Médio (2° grau)
 - () Superior Completo (Faculdade)
- 4- Qual o município que reside: _____
- 5- Há quanto tempo é associado da C.Vale: _____ anos.
- 6- Frequência com que vai pessoalmente à cooperativa:
 - a) () uma vez por mês
 - b) () a cada dois meses
 - c) () raramente
 - d) () uma vez a cada 15 dias
 - e) () uma vez por semana
 - f) () somente nas assembleias
- 7- A agropecuária é a sua principal atividade econômica? () Sim () Não
- 8- Você é ou já foi membro da diretoria? () Sim () Não

Questões gerais

9 – Assinale quais são os motivos que o levaram a fazer parte da Cooperativa (Poderá assinalar mais de uma opção):

- a) () Porque ela me proporciona segurança com relação à venda e ao recebimento
- b) () Para obter melhores preços de insumos
- c) () Para obter assistência técnica
- d) () Para obter acesso a créditos e financiamentos
- e) () Porque, em termos econômicos, considero mais vantajoso participar de uma cooperativa do que vender meu produto sozinho no mercado
- f) () Para melhorar meu relacionamento pessoal
- g) () Porque acredito que a cooperação promove o desenvolvimento da comunidade

- h) () Porque acredito no sistema cooperativo com forma de alavancar o crescimento econômico do cooperado.

Responda, assinalando com um "X" na afirmativa que expresse a sua opinião:

1 – Discordo totalmente 2 – Discordo em partes 3 – Nem concordo e nem discordo
4 – Concordo em partes 5 - Concordo totalmente.

- 10 - Eu conheço e compreendo os princípios básicos do cooperativismo:

1	2	3	4	5

- 11- Eu conheço os meus direitos e deveres como cooperado:

1	2	3	4	5

- 12 - Eu conheço o estatuto da C.Vale:

1	2	3	4	5

- 13 – Na sua opinião a doutrina e os princípios cooperativistas são estimulados na C.Vale?

1	2	3	4	5

- 14 – Você participa ou participava de alguma atividade relacionada à educação cooperativa da C.Vale nos últimos dois anos?

1	2	3	4	5

Responda, assinalando com um "X" na afirmativa que expresse a sua opinião:

1 – Discordo totalmente 2 – Discordo em partes 3 – Nem concordo e nem discordo
4 – Concordo em partes 5 - Concordo totalmente.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

1	As cooperativas devem atuar na educação de seu cooperado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoa mais solidárias e participativas.	1	2	3	4	5
2	As cooperativas devem promover cursos e treinamentos para colaboradores e cooperados	1	2	3	4	5
3	As cooperativas devem informar a comunidade e divulgar as vantagens do cooperativismo	1	2	3	4	5
4	A educação cooperativista é importante para a preservação da cooperativa?	1	2	3	4	5

5	O objetivo principal das cooperativas é gerar lucro para os cooperados?	1	2	3	4	5
6	A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os cooperados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo	1	2	3	4	5
7	A educação é um dos princípios do cooperativismo	1	2	3	4	5
8	Da mesma forma que é importante a cooperativa prover serviços aos cooperados, ela deve se preocupar em ser competitiva e em conquistar o mercado	1	2	3	4	5
9	Eu sou bem informado a respeito das atividades e decisões da cooperativa	1	2	3	4	5
10	A cooperativa cumpre os objetivos para o quais foi criada	1	2	3	4	5
11	Gostaria de participar de cursos e palestras a respeito de cooperativismo	1	2	3	4	5
12	Estou satisfeito com o desempenho geral da cooperativa	1	2	3	4	5
13	Em uma escala de 1 a 5 qual seu conhecimento sobre os princípios do cooperativismo? Sendo um para menos e 5 para mais	1	2	3	4	5

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA A AUTORA EM 13/08/2019 COM O GERENTE DA ASSESSORIA DE QUALIDADE E COMUNICAÇÃO DA C.VALE, SENHOR JONIS EVERTON CENTENARO

Questionário destinado a C.Vale

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo analisar o processo da educação cooperativista da cooperativa junto a seus cooperados
 A UNIOESTE, por meio de seu programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e agronegócio, assegura a confidencialidade e o sigilo da pesquisa.
 Não existe resposta certa, o objetivo é analisar a Educação Cooperativista realizada pela **C.Vale**, e não avaliá-los.
 Antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Muito obrigada!

1- O setor que organiza e define as metas da Educação Cooperativista na C.Vale está alocado em que departamento na cooperativa?

Na C.Vale existe uma assessoria, denominada de Assessoria de Qualidade e Comunicação Social que contempla a área de qualidade, assessoria de imprensa, marketing institucional e cooperativismo. A mesma está diretamente ligada à diretoria executiva da cooperativa.

2- Existe(m) programa(s) regular(es) de educação cooperativista? Com que periodicidade?

Existe um programa corporativo de educação cooperativista, revisado anualmente, que contempla:

*I. **Título do Projeto Finalístico:** Programa de Educação cooperativista para o quadro social, colaboradores e comunidade.*

*II. **Objetivo Geral:** Qualificar os cooperados, seus familiares, colaboradores e comunidade sobre os conceitos, princípios e benefícios do cooperativismo e informações sobre a cooperativa.*

*III. **Objetivo Específico:** Proporcionar ao público alvo capacitação e formação sobre cooperativismo, visando sua aproximação, maior envolvimento e integrando-os no cotidiano da cooperativa.*

IV. Público Beneficiário

1. Cooperados (as) da cooperativa C.Vale;
2. Jovens, filhos, filhas, netos e netas de cooperados;
3. Alunos das escolas participantes do Programa Cooperjovem;
4. Comunidade em geral;
5. Colaboradores da cooperativa C.Vale.

*V. **Resultados a serem alcançados:** Maior envolvimento da cooperativa com os cooperados, familiares e comunidade e maior engajamento dos colaboradores.*

VI. Metodologia utilizada

1. **Cooperados (as) da cooperativa C.Vale:** A educação cooperativista para o quadro social será realizada através de:
 - a) Integração de novos cooperados;
 - b) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;
 - c) Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos cooperados;
 - d) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa;
 - e) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale;
 - f) Material em palestras realizadas para cooperados;
 - g) Material sobre cooperativismo em treinamentos para cooperados e líderes cooperativistas.
2. **Jovens filhos, filhas, netos e netas de cooperados :** A educação cooperativista para este público será realizada através de:
 - a) Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;
 - b) Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos cooperados;
 - c) Quadro no programa de rádio informativo C.Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa;
 - d) Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C.Vale;

- e) *Material em palestras realizadas para familiares de cooperados;*
 f) *Material sobre cooperativismo em treinamentos para familiares de cooperados, núcleo jovem e adolescentes pertencentes ao Programa Cooperjúnior e Programa de Formação de Liderança Jovem.*
- 3. Alunos das escolas participantes no Programa Cooperjovem:** *A educação cooperativista para este público será realizada através de:*
- a) *Material didático disponibilizado pela cooperativa e SESCOOP;*
 b) *Conteúdo sobre cooperação e cooperativismo aplicado pelos professores em sala de aula;*
 c) *Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;*
 d) *Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C. Vale.*
- 4. Comunidade em Geral:** *A educação cooperativista para a comunidade em geral será realizada através de:*
- a) *Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;*
 b) *Quadro no programa de rádio informativo C. Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa;*
 c) *Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C. Vale;*
 d) *Material em palestras realizadas para escolas, universidades e entidades;*
- 5. Colaboradores da cooperativa C. Vale:** *A educação cooperativista para o quadro funcional será realizada através de:*
- a) *Integração de novos colaboradores e material disponibilizado na intranet e em Educação à Distância – EAD;*
 b) *Material sobre cooperativismo disponibilizado no site da cooperativa;*
 c) *Sessão sobre cooperativismo na revista bimestral destinada aos colaboradores;*
 d) *Quadro no programa de rádio informativo C. Vale, disponível em cadeia de emissoras de rádio, no aplicativo e no site da cooperativa;*
 e) *Material sobre cooperativismo nas redes sociais da C. Vale;*
 f) *Material sobre cooperativismo no Código de Ética da Cooperativa;*
 g) *Material em palestras realizadas para colaboradores;*
 h) *Material sobre cooperativismo em treinamentos para colaboradores.*

VII. Mensuração de resultados

Os resultados a serem alcançados são:

Qualitativos:

- a) *Aumento da confiança e fidelização dos cooperados;*
 b) *Melhor relacionamento com a comunidade da área de atuação da cooperativa;*
 c) *Maior engajamento dos colaboradores.*

Quantitativos:

- a) *Evolução do número de cooperados;*
 b) *Evolução do faturamento da C. Vale;*
 c) *Evolução do recebimento na produção agrícola;*
 d) *Evolução no recebimento da produção avícola e suinícola, nas atividades de integração.*

3- Que veículo de comunicação é utilizado?

- (x) Jornal (x) Revista (x) Rádio própria da cooperativa
 (x) TV (x) Internet (x) Rádio AM/FM
 (x) Dias de Campo (x) Nas comunidades onde há entrepostos

4- Em termos gerais a C. Vale segue os princípios do Cooperativismo, quando do processo de educação cooperativista?

- () nunca () raramente () as vezes () frequentemente (x) sempre

5- A C. Vale acredita que é importante que os cooperados conheçam os princípios do cooperativismo, como forma da cooperativa atingir melhor desempenho econômico-social?

- () nunca () raramente () as vezes () frequentemente (x) sempre

6- Os programas/projetos que promovem a educação cooperativista existentes são destinados para:

- (x) os cooperados (x) colaboradores da C. Vale (x) comunidade em geral

7- A C.Vale participa de algum programa de educação disponibilizado pelo SESCOOP/PR? Já participou do Cooperjovem ou de Programa Jovens Lideranças?

A C.Vale participa de todos os programas de educação disponibilizados pelo SESCOOP/PR:

Cooperjovem: *Disponibilizado para estudantes da área de atuação da cooperativa;*

Cooperjúnior: *Disponibilizado para filhos e netos de cooperados, entre 12 e 15 anos de idade;*

Jovemcoop: *Destinado para jovens, cooperados e filhos de cooperados, entre 16 e 30 anos de idade;*

Elicoop Jovem: *Destinado para jovens líderes, cooperados e filhos de cooperados, entre 16 e 30 anos de idade;*

Elicoop Feminino: *Destinado para esposas e filhas de cooperados.*

Além disso, com o apoio do SESCOOP/PR desenvolvemos um programa de formação de jovens líderes, realizado anualmente, composto por seis módulos, destinado a jovens cooperados ou filhos de cooperados da C.Vale.

8- Como o setor C.Vale avalia a participação geral dos cooperados?

A participação dos cooperados é positiva. Acreditamos que por questões culturais, nossos cooperados são bastante engajados no sistema cooperativista.

9- Na concepção da C.Vale, o que poderia ser feito para melhorar a participação dos cooperados?

Sempre manter ativo os programas de educação cooperativista e a proximidade entre cooperativa e cooperado.

10- Existe alguma preocupação da diretoria em preparar novas lideranças para a cooperativa? O que é feito neste sentido?

A diretoria está preocupada em preparar novas lideranças para a cooperativa.

A C.Vale possui práticas padronizadas, realizadas regularmente, para desenvolver novas lideranças, denominado Programa de Formação de Lideranças Jovens, realizado anualmente com jovens de 16 a 30 anos em seis módulos.

- *Protagonismo juvenil e sucessão familiar;*
- *Cooperativismo/C.Vale;*
- *Mobilização de potencialidades humanas;*
- *Comunicação e oratória;*
- *Liderança;*
- *Empreendedorismo cooperativista.*

Os jovens que se destacam durante o treinamento modular são chamados para compor o núcleo jovem e/ou núcleo feminino, com calendário de reuniões e treinamentos previamente definidos. Os jovens que se sobressaem nessas duas instâncias são convidados a fazer parte dos comitês educativos, também com calendário próprio de treinamento. Conselheiros fiscais e administrativos passaram por essas instâncias. Na elaboração do programa são estabelecidas as competências necessárias de liderança desejadas pela cooperativa, que estão em conformidade com as exigidas para os cargos de conselheiro fiscal e de administração.

11- Existe algum comitê educativo na C.Vale?

A C.Vale organiza seu quadro social da seguinte forma:

NÚCLEO JOVEM

O Núcleo Jovem tem participação ativa desde 2012 em atividades da cooperativa, mas apenas em 2014 teve a formalização do Regimento Interno do Núcleo Jovem da C.Vale, composto por coordenação de coordenador e secretário. Em 2019 está composto por 32 jovens, pertencentes aos municípios: Palotina, Maripá, Terra Roxa e Assis Chateaubriand.

NÚCLEOS FEMININOS

Composto por 98 mulheres associadas e/ou esposas, filhas de cooperados da C.Vale, atuantes mediante o Regimento dos Núcleos Femininos. Pertencentes aos municípios de Palotina, Maripá, Candeia, Pérola, Alto Santa Fé, Santa Rita, Terra Roxa, Nice, Encantado, Assis Chateaubriand. Sendo distribuídos da seguinte forma:

Núcleo Feminino de Palotina: 26 participantes

Núcleo Feminino de Assis Chateaubriand: 27 participantes

Núcleo Feminino de Terra Roxa: 22 participantes

Núcleo Feminino de Maripá: 23 participantes

COMITÊS EDUCATIVOS

Composto por 132 homens e mulheres cooperados da C.Vale. Divididos em 4 Comitês Educativos: Assis (Núcleos de Assis e Encantado), Palotina (Núcleo de Palotina), Terra Roxa (Núcleos de Terra Roxa e Santa Rita) e Maripá (Núcleos de Maripá e Candeia) e congregados na CICE – Comissão de Integração dos Comitês Educativos, composto por 32 membros.

12- Existe algum projeto/planejamento da C.Vale para atrair novos cooperados?

A estratégia da C.Vale para atrair novos cooperados é a expansão horizontal, com a ida para novas regiões e a expansão vertical, com a agroindustrialização, agregando valor à produção primária, dando oportunidade de diversificação de atividades aos cooperados.

13- Quais os planos para o futuro da cooperativa? Como a C.Vale vê a cooperativa daqui a 20 anos?

O planejamento estratégico da cooperativa, com visão de trinta anos, apresentado aos cooperados na assembleia geral ordinária de 2019, prevê:

Continuidade da implantação das propostas do **Plano de Modernização da C.Vale**. Dentre as atividades propostas, destacamos:

1. Aquisição de máquinas e equipamentos para aumentar a produção, produtividade, automação e a qualidade da industrialização de frangos e peixes.
2. Continuidade da implantação de melhorias nas unidades com o objetivo de agilizar a recepção, beneficiamento, secagem, armazenagem e a expedição dos produtos.
3. Continuidade do arrendamento, aquisição ou construção de unidades de recebimento de produção, sementes, armazéns destinados a depósito e/ou comercialização de insumos, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios e produtos veterinários, visando à melhoria do atendimento ao quadro social.
4. Aumento da rede de supermercados através do arrendamento, aquisição ou construção de lojas e ampliação dos estabelecimentos já existentes. No ano de 2019 será iniciada a construção do Hipermercado de Assis Chateaubriand, no Paraná
5. Continuidade da revitalização do Plano de Modernização C.Vale através do Programa C.Mais.
6. Ampliação do processo de agroindustrialização da C.Vale com o arrendamento, aquisição ou construção de unidades de industrialização de suínos, soja, frango, milho, peixe, mandioca e outros produtos, visando atender a diversificação das atividades dos cooperados e melhorar os resultados aos cooperados.
7. Continuidade dos programas de qualidade e treinamento dos quadros social e funcional, objetivando a melhoria dos resultados e da qualidade de vida.

Além disso existe a projeção do complexo agroindustrial C.Vale para os próximos 30 anos, onde passará de 74 mil para 321 mil metros quadrados de área construída e empregará 23 mil pessoas. Processamento de milho e soja será ampliado de 13 para 45 milhões de sacas/ano. Em três décadas, abatedouros de frangos e peixes irão processar 1,6 milhão de cabeças/dia cada.

Apêndice C – Folder elaborado pela autora:



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



CAPES

Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio

DISCENTE
Daiane F. Staback
daiane.staback@hotmail.com

ORIENTADORA
Dr^a. Ednilse Maria Willers
ednilse26@gmail.com

**EM UMA COOPERATIVA:
VOCÊ DECIDE JUNTO.**



c.vale

A importância da Educação Cooperativista

Educação Cooperativa



Contribuir para que os associados aprendam a cooperar, participar e gerir a cooperativa da qual são os donos, compreendendo, deste modo, qual o seu papel na organização. Para tanto, é necessário que entendam o que é uma cooperativa, o que a diferencia de outros tipos de empresas, como se dá o seu funcionamento, como se estrutura, atentando, ao mesmo tempo, para os valores e princípios que norteiam o cooperativismo e que determinam diretamente sua identidade e a sua cultura organizacional (AMODEO 2006).



O objetivo para se estimular a fidelidade e a reciprocidade é assegurar o envolvimento dos cooperados na cooperativa, com a participação efetiva para agregar valores a cadeia produtiva. Esse problema pode ser resolvido também pela educação: a resposta está relacionada basicamente a atividades educacionais completas. (MOGLIA et al., 2004).

Os 7 Princípios do Cooperativismo

- 1) Adesão livre e voluntária
- 2) Gestão democrática
- 3) Participação econômica
- 4) Autonomia e Independência
- 5) Educação, Formação e Informação
- 6) Interooperação
- 7) Interesse pela Comunidade

A Cooperativa C.Vale, vem promovendo a educação e a formação de seus associados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgando se assim os princípios do cooperativismo, e informam a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião.